



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCEG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

FERNANDO VIEIRA DA SILVA

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PARAÍBA, PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

CAJAZEIRAS - PB

2018

FERNANDO VIEIRA DA SILVA

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PARAÍBA, PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras com a finalidade de obtenção do título de Graduado no referido curso.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

CAJAZEIRAS - PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S586d Silva, Fernando Vieira da.
Dinâmicas migratórias de trabalhadores de São José de Piranhas-
Paraíba, para o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo /
Fernando Vieira da Silva. – Cajazeiras, 2018.
130f. : il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.

1. Migrações temporárias. 2. Corte de cana. 3. Agricultura canavieira.
4. Sobrevivência-corte de cana. I. Di Lorenzo, Ivalda Dantas Nóbrega.
II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

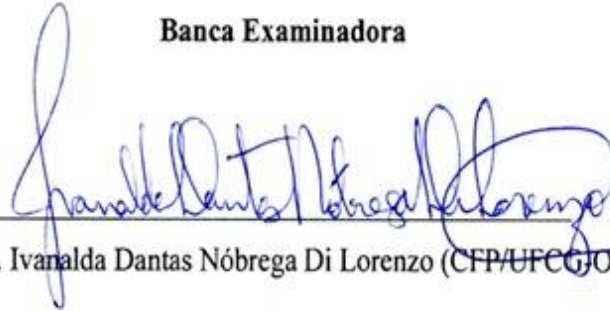
CDU - 314.15-022.326

FERNANDO VIEIRA DA SILVA

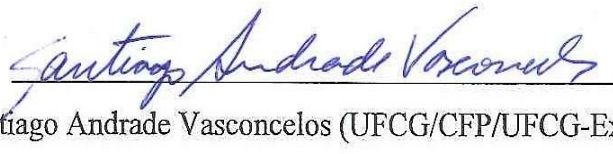
**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PARAÍBA, PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Aprovada em: 17 / 12 / 2018

Banca Examinadora



Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (CFP/UFCG-Orientadora)



Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos (UFCG/CFP/UFCG-Examinador Interno)



Professor Dr. Josias de Castro Galvão (CFP/UFCG-Examinador Interno)

CAJAZEIRAS - PB

2018

*Resistir para existir
Persistência neste chão
Deserto verde da cana
Promovendo escravidão
Vejo além do infinito
O céu tão alto e bonito
Um sonho de liberdade
Casebre que se abandona
Na cana que aprisiona
A cruel realidade*

João Muniz, 2010

AGRADECIMENTOS

Devido a todas as dificuldades que se encontra para tecer uma pesquisa de tal complexidade, são frequentes os obstáculos que muitas das vezes testam a nossa persistência. Nada seria possível sem a contribuição de pessoas muito importantes que se fizeram presentes durante esta caminhada, portanto é relevante destacar que esta pesquisa não é fruto de um esforço individual, mas sim de contribuições coletivas. Sendo assim, expresso meus agradecimentos:

A Deus por ter me iluminado com paciência, sabedoria, saúde e força para que pudesse superar as dificuldades. A fé na conclusão desta pesquisa foi indispensável para que tal objetivo fosse alcançado.

A minha orientadora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, pelas contribuições, conselhos e principalmente pela paciência e pelos puxões de orelha, aos quais sempre buscando aconselhar e mostrar o caminho mais sensato, além é claro, pela amizade. Muito obrigado!

A minha mãe Maria do Socorro, mulher guerreira que batalhou muito para que eu pudesse estudar. Em meio a tantas adversidades, sempre fez dos meus sonhos os seus, foi exemplo de honestidade e dignidade, sem a senhora não teria chegado aqui.

Aos meus avós por todas as contribuições, em especial ao meu avô Francisco Vieira e minha saudosa avó Francisca Maria, alicerces da minha formação. Ao meu irmão Diego, ao meu padrasto Damião Trajano e aos demais familiares, pelas contribuições principalmente incentivo e força para que continuasse na luta.

A minha amada noiva Edigesca Tavares pela paciência, companheirismo e incentivo principalmente nos momentos mais difíceis desta caminhada, pela compreensão da ausência durante muitos momentos dedicados a pesquisa, além é claro pela ajuda com as transcrições cuidadosas das entrevistas, e por ouvir por horas e horas o que eu havia escrito no texto para ver se estava ficando bom.

A todos os integrantes do Sindicato dos trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, em especial aos amigos Damião e Gerlândia pelo acolhimento e disponibilidade em contribuir com a pesquisa. Aos integrantes do STR de Cajazeiras, principalmente ao presidente Rildo por abrir as portas do sindicato, e pela acolhida e disponibilidade em contribuir.

Aos cortadores de cana que generosamente contribuíram com informações muito valiosas para a confecção deste trabalho durante as entrevistas e conversas, bem como aos ex-cortadores de cana que compartilharam suas vivências e ao meu primo e grande amigo

Adalberto Mariano pela disponibilidade de registros como fotos e relatos. Sem vocês este trabalho não seria possível, logo são os principais responsáveis pelo mesmo.

A Banca Examinadora desta pesquisa, os Professores Dr. Josias de Castro Galvão e Dr. Santiago Andrade Vasconcelos pela disponibilidade bem como as contribuições apontadas, além de todos os ensinamentos durante o curso.

A todos os demais professores do curso de Licenciatura em Geografia pelas contribuições durante minha formação. Em especial aos professores Ms. Henaldo Gomes de Moraes, Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa, Dra. Alexsandra Bezerra da Rocha e Dr. Marcelo Henrique Brandão pela amizade e pelas valiosas contribuições durante o curso e para a realização deste trabalho. Cada ensinamento tem valor inestimável em minha futura carreira profissional.

Aos meus amigos que tive a honra de dividir república durante a maior parte do curso, principalmente Danilo Nobre, Gutierrez Dantas, João Paulo, Josué Alves e Heverton Aquino, amigos aos quais dividi momentos de angústia e de alegria, e acabaram se tornando verdadeiros irmãos.

Aos companheiros de luta da turma, pela amizade e momentos inesquecíveis, pelas risadas e por todos os momentos que marcaram a graduação, em especial a Heverton Aquino, Márcio Almeida, Élio Parnaíba, Jucier Ricarte, Rodrigo Sousa, Mariana Batista, Roseane Sousa, Cícera Fortunato, Gerlane Sousa, Genilson Silva e Raiza Albuquerque. Que a nossa amizade dure para sempre!

Mais uma vez ao meu amigo Genilson Silva pelas contribuições com leituras e sugestões valiosas, bem como ajuda com a ABNT, além dos incentivos e do apoio moral, como também a sua namorada Jessika Sudário pela amizade.

Ao meu amigo Neto Souza pela ajuda com as transcrições das entrevistas, pelo apoio e incentivo.

A todos os integrantes da UFCG campus de Cajazeiras que fazem diariamente esta universidade funcionar, do zelador ao Diretor.

A Claudia dona da Copiadora Universitária, pela amizade e ajuda com muitos trabalhos.

A Ironildo Júnior, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

Portanto, a todos que de alguma maneira fizeram parte da minha caminhada acadêmica e tem contribuição para esta pesquisa, o meu muito obrigado!

Dedico

A Deus, pelas oportunidades e pela força e sabedoria para o êxito nos momentos difíceis; a minha mãe Maria e aos meus avós pelo pelas contribuições para minha formação como cidadão; a minha orientadora pelas contribuições e amizade; aos guerreiros cortadores de cana pelas contribuições valorosas; aos demais familiares, professores e amigos que de alguma forma fizeram parte da construção deste trabalho. Sem vocês nada disso seria possível!

RESUMO

A agroindústria canavieira tem papel de destaque na moldagem socioeconômica e do território brasileiro. Seu processo de modernização ao longo dos séculos, desde a colonização até os dias atuais, contribuiu e contribui para a consolidação das fortes disparidades socioeconômicas das regiões do país. É nesse contexto de desigualdade de acesso ao trabalho e renda, que milhares de nordestinos, entre eles, trabalhadores residentes no município de São José de Piranhas na Paraíba, são obrigados a migrar anualmente com destino a colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Este deslocamento apresenta-se como estratégia de sobrevivência desses sujeitos, bem como a possibilidade de reprodução dessas condições na própria terra de origem, possibilitando assim sua permanência juntamente com o grupo familiar. Essas migrações em busca de trabalho são sazonais, e estão subordinadas aos interesses da reprodução do capital. Com isto, esta pesquisa tem como objetivo entender como acontecem as migrações temporárias no contexto do município de São José de Piranhas, nesse novo período de reestruturação da agroindústria canavieira paulista no século XXI. Para obter êxito no objetivo proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, bem como história oral e pesquisa participante, somado a entrevistas contendo 24 perguntas, realizadas com 30 cortadores residentes no município, no ano de 2017. Estas entrevistas buscaram traçar o perfil desses sujeitos, e entender esta expulsão dentro do contexto do espaço lócus da pesquisa. Constatou-se que esse fenômeno acontece unicamente pela impossibilidade que estes sujeitos têm de acesso ao trabalho no município, e por este motivo são obrigados a migrar, visto a incapacidade dos programas sociais de mantê-los na terra. Espera-se que este estudo possa enriquecer o entendimento acerca deste fenômeno, bem como contribuir para futuras estratégias de geração de trabalho e renda, possibilitando a permanência desses trabalhadores em seu lugar.

Palavras-chave: Migrações Temporárias; Corte de Cana; Sobrevivência; Permanência.

ABSTRACT

The sugarcane agroindustry plays a prominent role in the socioeconomic molding and in the Brazilian territory. Its modernization process over the centuries, from the colonization to the present day, has contributed to and contributes to the consolidation of the strong socioeconomic disparities in the regions of the country. It is in this context of inequality of access to work and income that thousands of Northeastern people, including workers living in the city of São José de Piranhas in Paraíba, are obliged to migrate annually to the sugarcane harvest in the State of São Paulo. This displacement presents itself as a survival strategy of these subjects, as well as the possibility of reproduction of these conditions in the own land of origin, thus enabling their permanence together with the family group. These labor-seeking migrations are seasonal, and are subordinated to the interests of the reproduction of capital. With this, this research aims to understand how temporary migrations occur in the context of the city of São José de Piranhas in this new period of restructuring of sugar cane agroindustry in São Paulo in the 21st century. In order to succeed in the proposed objective, we used bibliographical and documentary research, as well as oral history and participant research, together with interviews containing 24 questions, with 30 cutters residing in the municipality, in the year 2017. These interviews sought to outline the profile of these subjects, and understand this expulsion within the context of the research space. It was verified that this phenomenon happens mainly because of the impossibility that these subjects have to access to the work in the municipality, and for this reason they are forced to migrate, added to the incapacity of the social programs, as the only alternative to keep them on earth. It is hoped that this study can enrich the understanding about this phenomenon, as well as contribute to future strategies of generation of work and income, allowing the permanence of these workers in their place.

Keywords: Temporary Migrations; Cutting of cane; Survival; Permanence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAI	Complexo Agroindustrial
CE	Ceará
CEAM	Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina
CFP	Centro de Formação de Professores
CZ	Cajazeiras
DR.	Doutor
DRA.	Doutora
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
EPI	Equipamento de Proteção Individual
HAB.	Habitante
IAA	Instituto de Açúcar e Álcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEM	Do mesmo autor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KM	Quilômetro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MS.	Mestre
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PLANALSÚCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROFA.	Professora
SAA	Sistema Agroalimentar

SPGG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SP	São Paulo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNAGEO	Unidade Acadêmica de Geografia
UNICA	União da Indústria da Cana-de-Açúcar

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil e no Centro-Sul (2001 – 2016).....	39
Gráfico 2 - Evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil (2001-2017)	40
Gráfico 3 - Evolução da produção nacional de açúcar e etanol (2001 – 2017).....	41
Gráfico 4 - Percepção dos migrantes quanto à atividade que desenvolvem.....	52
Gráfico 5 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2018	70
Gráfico 6 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2016	72
Gráfico 7 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2015	73
Gráfico 8 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2014.....	74
Gráfico 9 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2012	75
Gráfico 10 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2010	76
Gráfico 11 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2009	77
Gráfico 12 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2008	77
Gráfico 13 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2006	78
Gráfico 14 - Faixa etária dos trabalhadores entrevistados.....	83
Gráfico 15 - Estado civil dos trabalhadores	84
Gráfico 16 - Quantidade de filhos	85
Gráfico 17 - Quantidade de integrantes do grupo familiar	85
Gráfico 18 - Escolaridade dos trabalhadores.....	86
Gráfico 19 - Oportunidades de emprego quando não estão migrando	87
Gráfico 20 - Como soube do corte de cana-de-açúcar	88
Gráfico 21 - Tempo de permanência dos trabalhadores no corte de cana	92
Gráfico 22 - Principais dificuldades inerentes à atividade canavieira.....	93
Gráfico 23 - Pretensão voltar a sua terra ao final da safra.....	96
Gráfico 24 - Quantidade de viagens dos trabalhadores	101

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Máquinas agrícolas utilizadas na colheita da cana-de-açúcar.....	43
Imagem 2 - Trabalhadores de São José de Piranhas – PB na colheita de cana no município de Piracicaba- SP.....	47
Imagem 3 - Realização dos exames no prédio do Sindicato em 2018	69
Imagem 4 - Assinatura dos contratos de trabalho	70
Imagem 5 - Momento da partida dos trabalhadores rumo ao estado de São Paulo	83
Imagem 6 - Despedida entre migrantes e familiares	94
Imagem 7 - Despedida entre migrantes e familiares	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização geográfica do município de São José de Piranhas-PB	82
Mapa 2 - Deslocamento do grupo entrevistado	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O ENGENDRAMENTO TERRITORIAL PRODUZIDO PELO CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	22
2.1 A agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital ...	22
2.2 A modernização da agroindústria canavieira e a expansão do agronegócio no Brasil	32
2.3 A dependência e a superexploração dos trabalhadores da agroindústria canavieira.	44
3. FLUXOS MIGRATÓRIOS DE TRABALHO NO BRASIL PARA O CAPITAL, NO SÉCULO XXI	58
3.1 Os processos migratórios no Brasil no século XXI	58
3.2 As migrações de nordestinos para os canaviais paulistas	67
3.3 Fluxos migratórios em São José de Piranhas-PB	79
4. A MIGRAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIA: DA RESISTÊNCIA À SUPEREXPLORAÇÃO	97
4.1 Estratégias de sobrevivência no Semiárido paraibano: a migração permanentemente temporária e migração temporária	97
4.2 Trajetórias migratórias: um ato de resistência à permanência no lugar	103
4.3 Entre a liberdade e o aprisionamento: ou isto ou aquilo	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	119
Apêndice A- Instrumento de coleta de dados.....	120
Apêndice B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	121
Apêndice C - Termo de Compromisso dos Pesquisadores.....	124
Apêndice D – Termo de Divulgação dos Resultados.....	125
ANEXOS	126
Anexo A - Termo de Anuência Institucional da Secretaria Municipal de Agricultura de São José de Piranhas-PB.	127
Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	128

1. INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno que acompanha a própria história da humanidade, podendo ser promovida pelos mais variados motivos, de forma que cada deslocamento possui suas especificidades. As migrações internas no Brasil do século XXI, acontecem em um contexto de enormes disparidades regionais, dotadas de contrariedade e dificuldade de reproduzir as condições de sobrevivência. No contexto de tantas adversidades, o trabalho na colheita da cana se apresenta como possibilidade de melhoria de vida para uma grande quantidade de trabalhadores, a grande maioria deles provenientes do Nordeste.

O Nordeste brasileiro por sua vez é uma Região considerada ainda pouco desenvolvida economicamente em relação ao Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, onde as condições climáticas, somadas a outros fatores como a escassez de oportunidades para obtenção de trabalho e renda muitas vezes testam a capacidade de sobrevivência de sua população. A agricultura de base familiar e outros meios de subsistência ainda são muito dependentes das condições da natureza, o que agrava ainda mais tal fragilidade social a que estão submetidos. Na falta de trabalho na própria terra, a saída encontrada são os empregos temporários fora do seu lugar, e com ele a esperança de melhorar as duras condições de vida sem ter que migrar em definitivo.

Referindo-se aos locais de origem dos migrantes, Gonçalves (2001) coloca que estados como a Paraíba, Ceará e Bahia figuram como principais pontos de origem destes, enquanto São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco são os principais destinos desses indivíduos.

Nesse contexto pode-se encontrar o município de São José de Piranhas-PB, assim como outros municípios do Semiárido nordestino, como local que possui grande fluxo de trabalhadores migrando para os canaviais paulistas anualmente.

Essa pesquisa monográfica surge então como resultado de uma necessidade de se entender esse fenômeno, tão claramente presente e visto com naturalidade no cotidiano municipal. Assim, a inquietação de estudante do curso de geografia e sujeito dessa história, instigaram e proporcionam a este autor significativas condições de promover esse estudo.

Como autor, é necessário evidenciar a ampla vivência com este fenômeno, os inúmeros testemunhos de ver familiares deixarem seus entes queridos e migrarem para o estado de São Paulo para cortar cana, amigos serem obrigados a trocarem os livros pelo facão, e até pensar que talvez fosse a única coisa reservada para o futuro, visto que esta prática era bem presente

em grande parte das famílias quando pequeno, estudar, em meio a uma família pobre e do campo não foi tarefa fácil, todavia, evitou mais um possível integrante das estatísticas de migrantes deste município.

Debater um tema tão complexo como é o caso das dinâmicas migratórias de trabalhadores do município de São José de Piranhas-PB, para o corte de cana-de-açúcar nos canaviais paulistas não foi tarefa fácil, poderiam muito bem terem sido abordados uma diversidade de outros temas, mas devido a todo o conhecimento empírico e interesse por este tema e por pertencer a esta história, foi de grande satisfação que o mesmo fosse discutido nesta pesquisa monográfica.

Os motivos que justificam a escolha da temática são, além do pertencimento dessa realidade, a necessidade de suprir uma carência de estudos sobre esse fenômeno particularmente no município de São José de Piranhas, visto a grandiosidade dessa atividade no espaço estudado e a relevante influência dessas migrações sobre a população local. Busca-se também a possível contribuição para um olhar mais aprofundado das políticas e dos programas sociais, em prol da geração de trabalho e renda, fortalecendo a permanência dos sujeitos no lugar, bem como, a valorização de suas identidades. Uma premissa relevante a se considerar é que os programas sociais vigentes ainda não são o suficiente para a permanência desses trabalhadores.

O trabalho é uma das principais atividades que ocasionam o fenômeno migratório no mundo moderno. Trazendo para o contexto da pesquisa, este tipo de migração reflete a oscilação dos períodos de produção da agroindústria canavieira, que faz com que os trabalhadores deixem para trás periodicamente seu lugar de origem e na maioria das vezes sua família, para viver e trabalhar em condições muitas vezes precárias.

Silva (2007), afirma que o trabalho pode ser considerado como componente pertencente ao homem, ao ser social, sendo assim, por meio de tal prática, o ser humano transforma a natureza, sendo assim importante para o mesmo.

Surge assim a necessidade de responder alguns questionamentos, a fim de verificar cientificamente o que se percebe empiricamente, como: Por que essa atividade é tão intensa no município e como ela acontece? Qual a importância dessa atividade para os indivíduos e seus familiares? Quem são esses sujeitos? O que motiva o seu retorno para o seu lugar de origem? A partir desses questionamentos formulam-se algumas hipóteses, que são elas:

- As melhorias sociais ocorridas nos últimos anos no país não são suficientes para a permanência dos sujeitos no seu lugar de origem;
- Essa atividade atribui a esses indivíduos poder de aquisição de recursos capazes de proporcionar mais conforto e melhores condições de vida no seu lugar;

- A identidade dos mesmos com seu lugar e seus elementos é fator determinante para o seu retorno, somado ao fato de que ambos os espaços, tanto de origem quanto de destino, são, também espaço de expulsão e atração, variando com os interesses do capital.

Tem-se como objetivo geral desta pesquisa investigar o fenômeno migratório de trabalhadores do município de São José de Piranhas-PB, com ênfase na sazonalidade dessas migrações para o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

Para tanto, foram elencou-se alguns objetivos específicos, que são eles:

- Refletir sobre a agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital na modernização da agricultura;
- Investigar os fluxos migratórios de trabalho no Brasil para o capital, no século XXI;
- Compreender a migração permanente e temporária, refletindo sobre a resistência e a superexploração.

Para a realização deste estudo necessitou-se de um cuidado quanto a escolha do método, neste caso, utilizou-se o método Dialético. No tocante a metodologia, partiu-se de conhecimentos empíricos de experiências vividas no cotidiano, além de experiências de trabalhos de campo realizados durante o curso, as quais instigaram pesquisas bibliográficas, história oral e pesquisa documental, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São José de Piranhas-PB e uma parcela de contribuição do STR de Cajazeiras- PB, enriquecidas com entrevistas (APÊNDICE A) compostas por 24 perguntas aplicadas aos migrantes sobre sua percepção dessa atividade, como também as peculiaridades e a influência de tal sobre eles, seus familiares e seu local de vivência.

As entrevistas foram realizadas com 30 trabalhadores residentes no município. A escolha dos mesmos foi feita de forma aleatória, no dia da viagem no mês de maio de 2017, rumo ao município de Itapetininga no estado de São Paulo. A única seletividade foi com relação ao local dos sujeitos, visto que no dia das entrevistas estavam presentes também migrantes de outros municípios, os trabalhadores selecionados foram somente os residentes no município da pesquisa.

Esta pesquisa teve também contribuições de sete ex-cortadores de cana no mês de setembro de 2018, todos residentes do município. Os mesmos têm ampla experiência no ofício, migraram até os primeiros anos do século XXI, e relataram situações e experiências do cotidiano desse fenômeno. Seus relatos foram muito relevantes, devido principalmente ao fato de não migrarem mais, e por esse motivo não terem receio de contar determinados fatos. O medo de muitos dos entrevistados em responder os questionamentos se apresentou como uma

das maiores dificuldades encontradas na coleta de dados, pois os mesmos tinham receio de se prejudicarem ao cederem ou detalharem certas informações.

Outras contribuições foram feitas por um amigo, também residente no município, que migrou para a colheita da cana em Piracicaba- SP no ano de 2018, e que se dispôs a cooperar com fotografias referentes ao cotidiano da atividade, além de relatos sobre tal. Os arquivos foram recebidos no mês de setembro de 2018 via aplicativo *WhatsApp*¹, e utilizados no texto de acordo com a necessidade.

A utilização do aplicativo Whatsapp como ferramenta de obtenção de conteúdo referente a temática foi de grande valia, visto sua praticidade e por ser um aplicativo bastante utilizado nos dias atuais, o mesmo apresentou-se como instrumento bastante eficaz e que merece uma atenção especial nos estudos científicos.

Sofreram intervenção direta um total de 38 sujeitos com ligações diretas com a atividade canavieira. A utilização de suas falas e fotografias foi autorizada pelos mesmos, e com isso, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa para que todos os dados fossem utilizados de forma legal, porém, com o intuito de preservar suas identidades, seus nomes foram substituídos por outros. Os documentos que comprovam a permissão para a utilização desse material podem ser consultados nos anexos e apêndices da pesquisa. A redação do trabalho aconteceu entre os meses de maio de 2017 e dezembro de 2018 e foi dado ênfase as migrações desse início do século XXI.

A pesquisa documental ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2018. Inicialmente ela ocorreu no município lócus da pesquisa, visto que o STR dispunha de grande banco de dados. Alguns dados por sua vez, só constavam no STR do município de Cajazeiras, então neste STR a pesquisa foi realizada no mês de outubro.

Após esta introdução que se trata do capítulo I, este trabalho está organizado da seguinte maneira:

Capítulo II, trabalha a importância da cana-de-açúcar na formação do território e da sociedade brasileira, bem como o percurso da modernização da agroindústria canavieira mediante a modernização da agricultura e com isso esmiuçar as relações de trabalho nessa agroindústria, bem como a dependência e a superexploração dos trabalhadores em grande parte migrantes que nela atuam.

¹ De acordo com Paulino *et al.* (2018), Whatsapp é um aplicativo utilizado em celulares smartphones que possibilita a transferência de informações entre seus usuários como texto e imagens em tempo real.

Capítulo III, aborda as transformações dos padrões migratórios no Brasil, que já vem desde as últimas décadas do século XX, e são matrizes dos atuais processos no século XXI. Outro ponto a se destacar foi a abordagem a questão das disparidades regionais historicamente estruturadas, que funcionam como fortes catalizadores para as migrações de nordestinos na atualidade. Destaca-se o município de São José de Piranhas, na Paraíba, como considerável viveiro de mão-de-obra de trabalhadores para a agroindústria canavieira paulista. Sendo assim, busca-se entender este fenômeno neste município, lócus da pesquisa.

Capítulo IV, discute a migração temporária como estratégia de sobrevivência em meio as adversidades em que se encontram esses trabalhadores e seu grupo familiar, além de discutir esse fenômeno como estratégia de permanência dos sujeitos no lugar de origem. Um dos pontos chaves deste capítulo foi quanto a noção de liberdade e aprisionamento que vivem os trabalhadores, e o seu dilema de partir ou ficar.

2. A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O ENGENDRAMENTO TERRITORIAL PRODUZIDO PELO CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Historicamente a agroindústria canavieira exerceu papel de peso na formação socioeconômica do Brasil. Por muito tempo foi o principal produto nacional, todavia, sua produção sempre esteve assentada em moldes capitalistas, responsáveis pela disseminação do latifúndio, da monocultura e da exploração do trabalho escravo, grandes responsáveis pelas desigualdades dentro do território nacional até os dias atuais.

O processo de modernização dessa agroindústria, ocorreu de maneira desigual no cenário nacional, sendo umas regiões mais beneficiadas do que outras, como também de forma contraditória, ou seja, ao mesmo tempo que gera riqueza gera também miséria, isso se explica simplesmente ao se analisar as formas de exploração do trabalho nesse setor.

Com isso, neste capítulo, será abordada a disseminação da agroindústria canavieira, bem como seu processo de modernização frente ao modelo capitalista, como também a exploração desenfreada da força de trabalho, principalmente de migrantes, provenientes de regiões menos dinâmicas economicamente como é o caso do Nordeste.

2.1 A agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital

A partir da chegada dos colonizadores no século XVI, teve-se a cultura da cana como ferramenta de destaque na afirmação da colonização do território brasileiro, visto que a ocupação das novas terras era necessária para afirmar a posse sobre as mesmas, isso muito contribuiu para que a agroindústria canavieira tomasse dimensões tão colossais em importância para o Brasil até os dias atuais.

Antes de mais nada se faz necessário uma abordagem em torno do que seria a agroindústria, e uma breve abordagem histórica da expansão da cultura canavieira e sua influência na formação do território nacional.

Belik (2007), afirma que o conceito de agroindústria vai bem além da união entre agricultura e indústria, mesmo sendo a principal formadora do conceito, acaba por ocasionar comparações inadequadas, gerando problemas quando se trata sobre comparações setoriais. O autor reforça que é errado universalizar a atuação da agroindústria apenas em forma de setor, onde cada um seja encarregado de específica atividade econômica, mesmo que essa

generalização possibilite conferir sua estrutura e algumas relações que desapareceram com o estudo dos grandes agregados.

Historicamente a agroindústria nasceu a partir das atividades agrícolas. Já nos antigos complexos rurais, a agroindústria estava presente com o beneficiamento de matérias-primas e a sua conservação. Mais modernamente, as atividades industriais realizadas no interior das fazendas passaram a ser denominadas como indústria rural, um complemento das atividades agrárias. Mas, no passado, era muito difícil separar as chamadas indústrias rurais da indústria propriamente dita. As atividades industriais complementares à agricultura se confundiam com a própria agricultura (BELIK, 2007, p. 143).

A agroindústria, expressivamente a canavieira tem grande papel na história do Brasil. Sobre ela Szmerecsányi (1979, p. 43) *apud* Campos (2011, p. 27) traz que:

O desenvolvimento da agroindústria canavieira teve um papel de grande relevo na história econômica do Brasil. Durante quase dois séculos após o descobrimento, ela constituiu praticamente o único pilar em que se assentava a economia colonial. Até a época, o Brasil era o maior produtor e exportador de açúcar do mundo. Daí em diante, apesar das numerosas crises havidas no subsetor, em consequência da perda da posição hegemônica do Brasil no mercado açucareiro mundial, a cana continuou sendo o principal produto comercial de sua agricultura, condição que só veio perder em fins do século passado [XIX], quando definitivamente se firmou o ciclo do café.

A primeira grande lavoura brasileira segundo Prado Júnior (1987), foi a da cana-de-açúcar, alguns fatores como o solo de massapê propício a essa cultura e a valorização do açúcar no mercado europeu, foram determinantes para a valorização deste produto como sendo capaz de gerar muitos lucros para Portugal.

De acordo com Machado (2003), a primeira muda foi trazida oficialmente da Ilha da Madeira em Portugal em 1532 por Martim Afonso de Sousa, que foi o responsável pela formação do primeiro engenho² em terras brasileiras chamado de “Governador” e mais tarde de “São Jorge dos Erasmos” na capitania de São Vicente.

Esses engenhos também chamados de banguês³ que mais tarde se difundiriam por todo o território nacional colonizado, concentravam-se inicialmente nas proximidades do litoral

² Segundo Soares (2009, p. 64), no uso corrente, a palavra “engenho” é uma designação genérica, aplicada tanto às “oficinas” ou “fábricas” de açúcar, quanto ao processo de moagem da cana, e por extensão às plantações e ao conjunto da propriedade onde se produz açúcar.

³ De acordo com Barbosa (2014, p. 31) banguês são pequenos engenhos de rapadura e cachaça movidos a bois ou cavalos, também conhecidos como trapiche.

onde, através da navegação de cabotagem⁴ a produção de açúcar era escoada para os portos para abastecerem o mercado externo, visto que o grande valor comercial desse produto na Europa proporcionava grande lucro sobre o capital investido. Já no interior, onde o transporte do açúcar era mais difícil, eram construídas apenas pequenas engenhocas (engenhos) para a produção de cachaça e rapadura destinado ao mercado local, logo essa atividade era subsidiária de outras atividades como exemplo a pecuária e o algodão.

Sobre a distribuição geográfica da cana-de-açúcar, Prado Junior (1987, p. 144) traz que:

A distribuição geográfica da cana é ampla; encontramos-la disseminada por todo litoral, do Extremo-Norte, no Pará, até o Sul, em Santa Catarina; e no interior, salvo nas regiões semi-áridas do sertão nordestino, ela aparece, em maior ou menor escala, por todas as zonas habitadas do território da colônia.

Todavia, ainda de acordo com o autor as áreas de maior relevância, ou seja, as áreas que constituíam a grande lavoura canavieira se restringiam a algumas áreas do litoral, no Nordeste, da Paraíba a Sergipe e o Recôncavo baiano, com grande destaque para Pernambuco além do Rio de Janeiro e São Paulo no Sudeste, como as áreas mais importantes da cultura canavieira, sendo as duas primeiras as mais importantes e mais antigas. Da Paraíba à Sergipe os engenhos se aglomeravam no curso dos pequenos rios para facilitar o acesso a comunicação e o transporte de produtos.

Sobre as transformações provenientes da apropriação inicial do território brasileiro pelo colonizador, Andrade (1994) afirma que foram grandes tais transformações, sendo desde a rápida destruição da Mata Atlântica nas áreas de colonizações iniciais, ou seja, o litoral, pela construção de todo o aparato necessário à instalação e exploração do território como a construção de casas para os proprietários e agregados, construção de estradas e cidades portuárias, introdução de animais domésticos, como também a construção de engenhos e edifícios para a instalação da indústria, formando-se assim a base de uma sociedade patriarcal que vigorou no período colonial.

Prado Júnior (1987), aponta a figura do engenho como componente principal e comum dentro da organização da lavoura canavieira, considerando que a mesma apresentava traços gerais bem parecidos em todo o país, necessitando de grandes quantidades de terras e trabalhadores. O engenho possuía toda uma estrutura e organização que já apresentavam de forma discreta traços da indústria. Para Machado (2003, p. 3), “Era o início de uma indústria

⁴ Segundo Fonseca (2015) a navegação de cabotagem refere-se a uma modalidade de transporte que é feita somente nas águas territoriais, ou seja, rios e lagos de um país.

que encontrou no Brasil, dentre todas as nações que mais tarde também se tornariam produtoras, seu campo mais fértil para uma rápida expansão e perpetuação”, tornando-se assim base econômica da colonização entre os séculos XVI e XVII e persistindo sua importância econômica até os dias atuais.

A cultura da cana-de-açúcar representou, segundo Andrade (1994), uma atividade que necessitava de investimento de grandes capitais, fato até então novo na agricultura. A partir de sua consolidação esta cultura caracteriza-se como uma atividade latifundiária⁵ monocultora e de mão-de-obra a princípio escravista de índios e negros sob a égide de tal sociedade patriarcalista⁶, representada pela casa-grande e completada pela senzala, que determinam a estrutura agrária do Brasil-Colônia, como aponta Freyre (2003) *apud* Pinheiro (2013, p. 62):

[...] todo um sistema econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o cavalo); de religião (o catolicismo de família); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola.

Na Paraíba assim como em outras localidades, destaca Moreira e Targino (1997), que outras formas de trabalho foram introduzidas durante os períodos de baixa da monocultura açucareira no cenário internacional, visando a sobrevivência dessa atividade, visto a grande necessidade de mão-de-obra nos engenhos, o que fez surgir em meados do século XVII a figura dos lavradores e dos moradores.

Os lavradores eram agricultores que forneciam cana para o engenho e pagavam tributos ao proprietário dependendo se a produção ocorria em terras próprias ou do engenho, isso fazia aumentar ou diminuir tal imposto. Os moradores, por sua vez, eram camponeses sem terra que recebiam autorização do senhor de engenho para habitar em um pedaço de terra em sua propriedade, podendo criar animais e cultivar uma roça, e em troca, eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao proprietário (cambão) ou pagar uma quantia em dinheiro (o foro), quando não eram obrigados a pagar os dois, “desse modo no sistema de morada, as condições de sobrevivência da população mantinham uma estreita relação com o acesso à terra” (MOREIRA E TARGINO, 1997). Essas formas de trabalho conviveriam com o sistema escravista até o seu

⁵Conforme Mosolino e Piletti (1999, p. 23), atividade latifundiária corresponde a divisões administrativas formadas por grandes extensões de terras, com o objetivo de promover o povoamento, a ocupação, a defesa do território, a produção de alimentos e outras riquezas.

⁶ De acordo com Junior (2013), o termo patriarcalismo tem como definição ideológica a supremacia do homem nas relações sociais.

colapso, posteriormente com o sistema de morada vindo a dominar nos engenhos de açúcar do litoral do Estado da Paraíba.

Com relação ao sistema patriarcal, este perdurou durante todo o período colonial, onde não houve grandes avanços tecnológicos, sendo assim, permanecendo nesse período o cultivo do mesmo tipo de cana, do banguê movido a água ou tração animal e da produção do açúcar mascavo para exportação, sendo beneficiado de forma artesanal.

Vale aqui salientar que a expansão da produção canavieira e conseqüentemente da produção do açúcar era regulamentada pelo mercado externo, logo, como o aumento da demanda do produto aconteceu de forma lenta, e devido às dificuldades de escoamento do produto até os portos, houve uma expansão lenta desta cultura pelo território nacional.

Sobre a influência do mercado externo na economia nacional, Pinheiro (2013) evidencia a grande fragilidade da riqueza agrária nacional com base em um só produto, seja ele a princípio o açúcar ou mesmo posteriormente o café, mostrando assim a grande subordinação e dependência da economia brasileira aos mercados internacionais. Nesse contexto, Prado Júnior (1987) complementa que a produção de um só produto evidencia o cenário internacional favorecendo a confecção de um produto qualquer que a colônia é capaz de fornecer, porém, basta que se esgotem os recursos ou mesmo haja um deslocamento daquela cultura para que a mesma decline.

Devido ao fim da exportação do açúcar, Andrade (1994, p. 19), evidencia as oscilações de tal cultura na economia nacional afirmando que:

[...], o açúcar teve, naturalmente, momentos de grande euforia, como nos fins do século XVI, começo do século XVII e início do século XIX, e grandes períodos de crise como na segunda metade do século XVII, com a produção das Antilhas no mercado europeu, e em meados do século XIX, com a concorrência do açúcar de beterraba, produzido na própria Europa. Nas últimas décadas do século XIX, a situação do açúcar tornou-se muito difícil para o Brasil, em razão não só do custo da produção, como da má qualidade do produto.

Surgem então, financiadas pelo governo imperial na segunda metade do século XIX, modernas fábricas, denominadas de engenhos centrais, na qual eram feitas concessões de exploração a empresas nacionais e internacionais para a produção de açúcar branco. O objetivo principal de tal medida era tornar o Brasil um país mais competitivo no mercado açucareiro internacional, através da melhoria desse produto, de forma a ter condições de concorrer no mercado internacional com o açúcar de beterraba produzido na Europa, e com o açúcar

produzido em Cuba e Java. O primeiro engenho central surgiu no Rio de Janeiro em 1877, e teve vários exemplares instalados pelo governo até 1889 (ANDRADE, 1994).

De acordo com Moreira e Targino (1997), na Paraíba houve uma única concessão para a criação de engenho central, o engenho Central São João em 1880, localizado no município de Santa Rita. Contudo, este também viria a sofrer com problemas comuns desse modelo fabril e acabou por fracassar, não passando de mais um investimento perdido e frustrado.

De acordo com Andrade (1994), na implantação dos engenhos centrais tentou-se separar a atividade agrícola da atividade industrial, visto que era entendido que o problema a ser sanado na produção açucareira encontrava-se na industrialização do produto. Características bem peculiares de tais engenhos eram que os mesmos eram financiados e construídos com a condição de não poderem possuir terras, impossibilitando a produção de sua própria matéria prima, restringindo-se a industrializar as canas compradas a fornecedores, que por sua vez, eram senhores de engenho outrora industriais autônomos na produção de açúcar mascavo através de engenhos bangues. Outra característica marcante dos engenhos centrais era a não utilização de escravos.

A política dos engenhos centrais fracassou devido a uma série de fatores como a relação conflituosa entre fornecedores e industriais, a desorganização da entrega da matéria prima, o que ocasionava funcionamento com capacidade ociosa das fábricas, além do surgimento de setores mais rentáveis para o capital estrangeiro como o setor de transportes e o fornecimento de energia as cidades. Muitas vezes o industrial ou grupo que montava o engenho central o fazia apenas para que especulasse para ser vendido em seguida (ANDRADE, 1994).

Devido a todas as dificuldades enfrentadas pelos engenhos centrais durante o período da república, os senhores de engenho ou grupos destes passaram a se associar para criar modernas fábricas denominadas de usinas. Estas do ponto de vista industrial eram iguais ao engenho central, porém, podiam possuir terras e cultivar sua própria matéria prima e com isso moer suas próprias canas (ANDRADE, 1994).

Moreira e Targino (1997, p. 58) definem a usina como sendo:

[...] um estabelecimento voltado para a produção do açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada de garantir sua sobrevivência.

De acordo com Andrade (1994), as usinas e destilarias modernas se enquadram no período industrial capitalista, excluindo-se assim os engenhos bangues e engenhocas do período

manufatureiro. O mesmo admite ser possível dividir tal processo em quatro períodos distintos, sendo o primeiro período marcado pela intervenção do governo imperial na produção açucareira com a intenção de tornar o Brasil um país mais competitivo no mercado internacional, visto que nesse momento a produção açucareira do país era de alto custo e baixa qualidade, surgindo os engenhos centrais como tentativa de solução para tal obstáculo.

Devido a todas as dificuldades já supracitadas esta política fracassou, sendo que um ou outro engenho central funcionou até os anos 50 do século XX, os demais foram desmontados ou vendidos a capitalistas locais para serem transformados em usinas. Durante esse período foram surgindo usinas ao lado dos engenhos centrais de propriedade do capital estrangeiro, além da modernização de fábricas por senhores de engenho enriquecidos com a atividade açucareira.

Entre o fim do século XIX e início do século XX foram construídas muitas usinas de pequeno porte e de baixa produtividade se comparado com as da atualidade, estas continuaram a destilar aguardente ou passaram a produzir o álcool hidratado que por sua vez era subproduto que ganharia importância a partir da década de 20 com função energética (ANDRADE, 1994).

Sobre as peculiaridades desse período, Andrade (1994, p. 38) ressalta que:

O período em estudo caracterizou-se pela implantação de numerosas usinas de pequeno porte e muitas vezes próximas umas das outras. Isso levou os proprietários a uma intensa luta por áreas produtoras de canas; eles passaram a aplicar capitais na aquisição de propriedades ou reivindicavam o direito de passar os trilhos de suas estradas de ferro por propriedades alheias. Não havia um adequado planejamento na implantação de uma usina; levava-se em conta a existência de uma área produtora de cana, a facilidade de acesso a matéria prima e de escoamento da produção. Muitas usinas tiveram poucos anos de atividade, e foram logo incorporadas a outras.

Tais peculiaridades não fugiram à regra no Nordeste brasileiro. Para se ter ideia, Andrade (2005) relata que em Pernambuco, estado de grande tradição na produção açucareira, sendo um líder regional de produção, implantou só entre 1885 e 1900 um total de 49 usinas, todavia, devido aos empecilhos supracitados muitas destas usinas encontram-se em “fogo morto” até os dias de hoje. O processo usineiro inverteu o retalhamento da propriedade da terra pela sucessão familiar, fazendo com que essa organização fabril se tornasse detentora de uma quantidade descomunal de terras, ocasionando o agravamento da concentração fundiária que assola o Nordeste desde a colonização.

Na Paraíba, assim como nos demais estados açucareiros da Região Nordeste, um fato marcante no início do processo usineiro foi o da transferência da titularidade das usinas, ou

seja, os indivíduos que montavam as usinas dispunham de pouco capital e acabavam por se endividar e eram obrigados a vender as usinas a terceiros. Nesse estado em questão, a família Ribeiro Coutinho apoderou-se da maior parte das terras das usinas litorâneas (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Outro fato marcante nesse período em contexto nacional foi a organização de usineiros para disputar o mercado interno que se encontrava em crescimento, que somado às dificuldades enfrentadas pelo Nordeste para a exportação do açúcar tornou o Sudeste um mercado interno disputado pelo tradicional Rio de Janeiro, Minas Gerais e pelo estado de São Paulo, que vinha em um crescimento acelerado, e o próprio Nordeste. Tal disputa obrigou o Governo Federal a intervir na organização do mercado produtor (ANDRADE, 1994).

O segundo período se inicia com a revolução de 1930, quando o governo inicia uma política de recuperação econômica do país, limitando a autonomia dos estados em uma política centralizadora, criando o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA) em 1933 com intuito de gerir, controlar e estimular a produção de açúcar e álcool no país.

Ainda segundo Andrade (1994), nesse período o governo criou cotas de produção para os estados e proibiu a criação de novas fábricas e engenhos, houve também incentivo por parte do governo na produção de álcool anidro com a possibilidade de sua utilização como combustível, criando a Comissão de Estudos Sobre o Álcool Motor- CEAM, além do incentivo para a modernização do setor agrícola canavieiro, seja com o uso de insumos, irrigação e novas variedades de cana com o intuito de aumentar a produtividade por tonelada de cana.

Contudo, o início da Segunda Guerra Mundial (1939), trouxe forte repercussão do mercado externo para o interno. Com a impossibilidade da navegação de cabotagem devido ao torpedeamento de navios brasileiros, ficou muito difícil para o Nordeste escoar sua produção para o Sudeste, seja para exportação ou para o próprio mercado interno do Sudeste.

Sobre a importância dessa forma de transporte, Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 58-59) esclarecem que:

A navegação costeira tinha naquela época uma importância muito maior do que hoje, devido às deficiências da rede de transportes internos então existentes. Uma boa parte do comércio interno de mercadorias entre o norte e o Sul do país ainda era feita por seu intermédio, e um dos produtos mais afetados pela guerra submarina foi precisamente o açúcar, cujo abastecimento interno dependia fundamentalmente da produção nordestina, enquanto que os seus principais centros consumidores se achavam localizados no Centro-Sul, mais particularmente nas cidades dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um dos primeiros e principais efeitos do conflito foi o de ter cortado o país em duas partes, com uma vendo-se repentinamente à frente de uma

grande superprodução de açúcar, e a outra passando a sofrer uma crescente escassez do mesmo produto.

Com isso, os estados que detinham cotas de produção baixas obrigaram o governo permitir o aumento da produção para o consumo próprio e para o mercado dos estados vizinhos pelo transporte ferroviário e rodoviário, com a instalação de usinas temporárias enquanto perdurasse o conflito. É evidente que com o fim do conflito estas instalações já se encontravam consolidadas de tal forma que o governo nada mais podia fazer. Esse acontecimento foi fundamental para que o estado de São Paulo se tornasse uma potência nacional da produção açucareira, pois além de sofrer efeitos da guerra, era forte produtor de açúcar e possuía grande população (ANDRADE, 1994).

O período da Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a valorização da produção do álcool devido à escassez de derivados do petróleo. O destaque para a expansão da agroindústria canavieira dar-se com a criação da primeira fábrica nacional de equipamentos para a produção do açúcar em Piracicaba no estado de São Paulo (CAMPOS, 2011).

Vale salientar que o Estado de São Paulo já era um considerável produtor de açúcar, porém essa atividade desenvolveu-se a sombra da cultura do café, sendo uma atividade de segunda importância até a crise do mesmo, o que contribuía para que a produção do açúcar paulista fosse inferior a produção nordestina, necessitando que seu mercado interno fosse abastecido pelo açúcar nordestino, pois ainda não detinha autonomia suficiente para suprir seu próprio mercado interno, fato que mudaria a partir deste momento (ANDRADE, 1994).

O terceiro período usineiro inicia-se na década de 50, devido aos problemas herdados dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, fez-se necessário a ampliação do mercado interno para compensar a perda do externo, e segundo Andrade (1994), a industrialização possibilitava o consumo do álcool, onde dava condições a uma indústria sucroquímica, além de mais utilidades as sobras da matéria prima como o bagaço da cana. Porém devido a perda de mercados pelo Nordeste, principalmente durante a Segunda Guerra, esta região enfrentava uma crise em seu sistema de produção, que por sua vez era caro e o seu mercado era menos flexível. Medidas para melhorar tal situação no Nordeste não saíram como o planejado, o que fez com que o estado de São Paulo assumisse o protagonismo da produção açucareira nacional, deixando o Nordeste, principal produtor até então, para trás.

Ainda segundo o mesmo autor, o quarto período usineiro surge no período da ditadura militar, marcado principalmente pela política de internacionalização da economia, onde o governo autoritário amplia a entrada do capital estrangeiro no país, além da forte repressão aos

movimentos dos trabalhadores do campo, que perderam força mediante a influência dos grandes proprietários, somado às políticas governamentais. Tais acontecimentos contribuíram para o surgimento de mais latifúndios de propriedade de empresas nacionais e internacionais, contudo, dotadas de mais poder que os latifúndios tradicionais.

Com o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSÚCAR) e o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o governo militar incentivou a modernização e ampliação da agroindústria canavieira nacional nos parâmetros capitalistas. Esse processo se intensificou ainda mais no governo pós-ditadura, onde acentuou-se ainda mais a internacionalização da economia nacional, e foi de grande peso no aumento da concentração de poder e terras nas mãos de poucos, além é claro, do aumento das desigualdades sociais, degradação do meio ambiente e da qualidade de vida da base da sociedade, o trabalhador, que é com certeza o maior prejudicado no final de tudo. Essa política de “desenvolvimento”, teve o Governo Federal como propulsor, onde se buscou o crescimento econômico dentro dos interesses capitalistas, e foi vendido um falso desenvolvimento, pois na verdade pouco se pensou nas melhorias sociais, essa política define até os dias atuais a geografia canavieira do Brasil (idem).

Na Paraíba, por exemplo, a cana-de-açúcar que encontrava-se mais presente em 15 municípios rumou para municípios do Agreste Baixo, Agreste Ocidental e Piemonte da Borborema, homogeneizando a paisagem rural por mais de 20 municípios, pois, com os investimentos governamentais e modernização da agroindústria tornou-se possível quebrar as barreiras naturais impostas a cultura canavieira até então presentes, representando um grande crescimento na produção canavieira desse Estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Entre os motivos que justificam a modernização da agroindústria canavieira destacam-se também os choques do petróleo na década de 1970, visto o alto preço que atingiu tal recurso energético e também o fato ser um recurso esgotável e não renovável, o que abriu a necessidade e possibilidade de produzir combustíveis menos poluentes com o intuito de preservar os recursos naturais, com isso, a produção do etanol ganhou grande incentivo (ANDRADE, 1994).

Entre a década de 1970 e o início do século XXI, a agroindústria sucroenergética viveu tantos momentos de ápice como na década de 1970 durante os choques do petróleo, como momentos de baixa, no contrachoque do petróleo que ocorreu entre 1985 e 1995, o que impulsionou novamente o aumento do consumo de gasolina. Contudo, na atualidade o setor sucroenergético vive um novo momento de crescimento a partir de uma remodelagem do complexo agroindustrial que será trabalhado mais adiante (CAMPOS, 2011).

Todo esse processo de modernização da agroindústria trouxe um grande avanço econômico ao país, contudo, o discurso de desenvolvimento é contraditório, quando se leva em consideração que este processo contribuiu para a ampliação das disparidades regionais, impactou as relações sociais de trabalho, aumentou a concentração de terras de uma forma nunca antes vista, degradou de forma descomunal o meio ambiente dentre tantos outros impactos.

No próximo item será abordado mais a fundo a modernização da agroindústria canavieira e a expansão do agronegócio no Brasil, onde será aprofundado a análise sobre a influência desse processo no aumento das disparidades regionais, além de se trabalharem uma série de outros conceitos de grande importância na temática.

2.2 A modernização da agroindústria canavieira e a expansão do agronegócio no Brasil

A agricultura brasileira vem de um longo e contínuo processo de metamorfose em sua estrutura que perdura até os dias atuais. Vale aqui ressaltar que a agricultura assim como toda atividade humana acompanha a evolução técnica e científica do homem. No longo processo de modernização da agricultura tem-se como um dos resultados a industrialização da agricultura que culmina no agronegócio, e dentro dessa evolução a passagem do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial (CAI), bem mais adequado ao capitalismo moderno. Todavia antes de conceituar cada um destes se faz necessário uma breve abordagem sobre sua gênese.

De acordo com Botelho e Silva (2014), a modernização da agricultura no Brasil se inicia em meados do século XX, intensificando-se mais exatamente a partir da década de 1960 com a inserção de novas tecnologias, e a formação dos CAIs, influenciadas pelas propostas da modernização da economia brasileira onde, a mesma passa a ser necessária aos propósitos do capital, a partir da conclusão do processo de diversificação e complexificação do parque industrial nacional no fim da década de 1950.

Para Matos e Pessôa (2011), a intenção de elevar a produção e a produtividade da agricultura nacional com auxílio de maquinário moderno e insumos tecnológicos, teve o Estado como principal dirigente desse processo de modernização.

Para a consolidação desse novo modelo, a participação do Estado foi importante. O papel dele para viabilizar a modernização da agricultura teve apoio não só do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, mas também da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de 1972,

e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), de 1974, além do Banco do Brasil. Nos estados, exceto em São Paulo, a modernização da agricultura foi acompanhada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), [...] (PESSÔA, 2007. p. 258).

Nessa perspectiva, o Estado buscava a expansão da produção agrícola nacional integrada ao setor industrial, culminando em produção de culturas de interesse internacional que acarretassem superávit da balança comercial como já vinha sendo feito em países como os Estados Unidos, estimulados pelas políticas elaboradas pela Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), que tinha como um de seus integrantes o grande economista paraibano Celso Furtado.

Essa política buscava estimular o avanço econômico nos países da América considerados atrasados, onde segundo estas o Estado deveria ser o condutor para que esse avanço acontecesse através do aumento da produção e da produtividade no campo, com a adoção do pacote tecnológico proveniente da revolução verde, o que segundo a política Cepalina acarretaria o “desenvolvimento” desse setor e conseqüentemente enquadraria o setor agrícola dentro do contexto de “desenvolvimento econômico” em que o país caminhava. Sobre isso Gomez (2006 p. 185) traz que:

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres.

A Revolução verde é considerada como grande estopim do processo de desenvolvimento econômico do campo, baseado no aumento da produção agrícola e é considerada como sendo grande caracterizadora do processo inicial de modernização da agricultura brasileira (MATOS E PESSÔA, 2011).

Matos e Pessôa (2011) fundamentadas por Mendonça (2004), trazem que a modernização no espaço agrário brasileiro só foi possível em conjunção com a modernização do território, portanto, não deve ser pensada sem tal consideração, pois se faz necessário

considerar a extrema importância da construção de infraestrutura que viabilizasse a modernização da agricultura. Segundo elas:

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho. Essa dinâmica é relacionada à modernização capitalista industrial e financeira, descortinada nos anos de 1990, provocando metamorfoses no mundo do trabalho por meio do crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho, entre outras. Essas metamorfoses no mundo do trabalho não se restringem apenas ao meio urbano; abrangeram também o campo, sendo mais visível nas empresas rurais (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 4).

Quando se fala em meio técnico-científico-informacional, Santos (1994), afirma que este é um meio geográfico que obriga o território a incluir a ciência, a tecnologia e a informação. Segundo ele, ambos os elementos deixaram de ser peculiaridades do meio urbano e passaram na atualidade a ser uma realidade do campo modernizado, através de inovações técnicas no trabalho com a terra, isso inclui recursos tecnológicos, além da inserção de inseticidas, sementes melhoradas e criação de um novo calendário agrícola fundado a partir da informação.

Sobre o termo modernização da agricultura, Teixeira (2005) afirma que este conceito varia entre os autores que trabalham a temática, sendo que alguns levam em consideração as modificações na base técnica, ou seja, “considera-se modernizada a produção agrícola que faz uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que lhe permitam maior rendimento no processo produtivo”. Outros autores por sua vez levam em conta todo o processo de produção, sendo assim, “deve levar em conta todo o processo de modificações ocorridas nas relações sociais de produção”.

Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. Seguramente, as empresas rurais são a “vitrine” da agricultura moderna no Brasil. (MATOS E PESSÔA, 2011, p.3)

De acordo com Teixeira (2005), a modernização da agricultura é fiel a doutrina capitalista, logo, beneficia apenas alguns produtos, produtores, regiões e etapas do processo produtivo o que de fato contribui para a tonificação da monocultura. A partir dessa

modernização essa atividade assume um viés empresarial no momento em que abre as portas para o mercado de consumo de insumos e maquinários modernos, o que vários autores chamam de “industrialização da agricultura”.

O processo de industrialização da agricultura tem início no Brasil após a década de 1950, a partir da substituição do velho complexo rural pelo complexo agroindustrial, o que marca a integração das atividades agrícolas com a indústria. “Esse processo promoveu a intensificação da divisão social do trabalho, as trocas intersetoriais, a especialização da produção e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno” (MESQUITA e MENDES, 2009, p. 7).

Até esse momento a agricultura nacional é tida como atrasada, arcaica ou mesmo primitiva no sentido tecnológico, onde, de acordo com Botelho e Silva (2014, p. 363), “grande parte da produção agrícola era centrada em complexos rurais de pouca articulação com o mercado interno e de baixo suporte tecnológico”. Sendo assim, por produzir em menor escala e não se encontrar assimilado ao setor industrial para o campo, a agricultura até então não harmonizava com a proposta de modernização da economia nacional, que buscava conectar os setores da economia para simplificar a concentração do capital.

Vale ressaltar que transformações mais significativas na forma de se produzir e nas relações de trabalho já vinham acontecendo no Brasil um século antes, desde início da decadência do antigo complexo rural, que seria sepultado de uma vez por todas com o fim da industrialização brasileira, e integração deste setor com a agricultura.

Para Campos (2011) o complexo rural se caracterizava pela internalização dos bens necessários à produção de determinado produto em um único lugar (uma fazenda), além da divisão do trabalho e do direcionamento para o mercado externo, o mercado interno praticamente inexistia nesse período.

Para a autora o trabalho livre pode ser considerado como estopim para a crise do mesmo, todavia, Kageyama (1986) considera outros fatores como a Lei de Terras promulgada em 1850, associada a proibição do tráfico negreiro e complementada pela industrialização voltada para a agricultura um século mais tarde como precursores e sepultura do complexo rural, ocasionando a passagem para os complexos agroindustriais que, segundo Muller (1989, p. 18) *apud* Campos (2011, p. 22), é definido como sendo a “integração entre indústria-agricultura, na qual a produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados”.

As integrações técnicas intersetoriais entre as empresas que produzem para a agricultura, a própria agricultura e as agroindústrias processadoras foram essenciais para a

constituição dos Complexos Agroindustriais. Com a formação destes, ela passa a crescer não somente em razão do mercado externo, mas também em função do próprio mercado interno, para os próprios CAIs. Essa integração de capitais intersetoriais:

[...], tornou-se possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (DI). Sua consolidação foi viabilizada pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas de agroindustrialização, especificamente, instituídas, a partir dos chamados fundos de financiamento (MESQUITA E MENDES, 2011, p. 3).

Logo, para Matos e Pessôa (2011, p. 8), “a constituição de tais complexos representou a arrancada do processo de industrialização do campo e, por conseguinte, da reestruturação produtiva do capital no Brasil”.

Teixeira (2005) afirma que não se pode analisar a agricultura brasileira sem se levar em consideração os CAIs, que segundo ele não englobaram toda atividade agrícola, tampouco em todo o território nacional, sendo fundamental a explicação dos elementos que o compõem para explicar o processo produtivo, e são eles a indústria a montante, agricultura e a indústria a jusante.

A indústria a montante nada mais é do que a provedora dos insumos e bens de capital para a agricultura, já a indústria a jusante é a responsável pelo processamento da matéria-prima produzida pela agricultura, também denominada de agroindústria. “A formação do Complexo Agroindustrial envolveu a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a expansão do sistema agroindustrial viabilizada principalmente pelas políticas estatais” (TEIXEIRA, 2005, p. 33).

Ramos (2007) afirma que devido a forma como são separadas as atividades entre a produção agrícola, a transformação e a distribuição originou múltiplas unidades de análise, sendo três as de maior destaque, e são elas: o CAI que já foi trabalhado anteriormente, o Sistema Agroalimentar (SAA) e o *Agrobusiness* (agronegócio em português).

Resumidamente sobre o Sistema Agroalimentar pode-se dizer que:

O conceito de Sistema Agroalimentar foi criado na década de 1950 por Perroux. Esse conceito é dividido em três subsistemas: Agroindustrial (agricultura + indústria), Distribuição (comércio + restauração) e Transformação-Distribuição (indústria + comércio + restauração). Os produtos agroalimentares compõem um subsistema de produção-transformação-distribuição (CAMPOS, 2011, p. 25).

O termo *Agrobusiness* ou agronegócio foi utilizado pela primeira vez em 1950 pelos professores Ray Goldberg e John Davis da Universidade de Harvard. Este termo surge, contudo, no Brasil na década de 1980 associada aos CAIs, com intenção de maquiagem com tom de modernidade as tradicionais práticas de exploração do espaço agrário brasileiro (CAMPOS, 2011). Sobre sua definição pode se dizer que:

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribuiu com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 3).

Segundo Ramos (2007) o agronegócio brasileiro pode ser dividido em três fases, sendo elas “Antes da Porteira”, que se resume em indústrias fornecedoras de insumos e bens de capital, além de pesquisa e assistência técnica para a produção do campo; “Dentro da porteira”, produção agrícola e agropecuária e por último “Depois da Porteira”, fase final pós produção, desde a estocagem até a chegada ao consumidor.

Para Matos e Pessoa (2011), o Estado como apoiador do agronegócio, é em grande parte responsável pelo alastramento do mesmo no campo brasileiro, o que ocasionou a disputa de territórios utilizados na produção de alimentos, expulsou trabalhadores do campo e/ou foi responsável pela exploração de sua força de trabalho ou mesmo controlou sua produção.

Nessa perspectiva, Oliveira (2004) afirma que acontece a monopolização do território, que segundo o autor, trata-se da sujeição de uma determinada cultura aos moldes e interesses do capital, neste caso o capitalista e o dono da terra são pessoas distintas. No entanto, ambos os sujeitos podem ser a mesma pessoa, neste caso quando o capitalista é também o dono da terra, o autor afirma que há a territorialização do capital. Um exemplo bem claro para essa territorialização é o da agroindústria canavieira, onde o latifundiário é também o dono dos meios de produção, e a terra é ferramenta imprescindível para a expansão do capital.

O agronegócio tornou-se muito valioso para o governo, pelo fato de contribuir expressivamente para o superávit da balança comercial, visto seu destaque na exportação de alguns produtos agropecuários como o café, suco de frutas, soja, milho, carne de frango e bovina, couro, calçados de couro, tabaco, e destacadamente nesta pesquisa, os produtos provenientes da agroindústria canavieira nacional, o açúcar e o álcool, produtos notoriamente de destaque nas exportações brasileiras (MATOS e PESSÔA, 2011).

A agroindústria canavieira nacional vem crescendo e modernizando-se vertiginosamente desde a década de 1960. Segundo Alves (2007), devido aos rumos de sua revolução, Cuba deixou de ser o principal fornecedor de açúcar do mercado americano, com isso o Brasil aproveitou este espaço para expandir a área plantada e a capacidade de moagem das usinas em um expressivo processo de modernização, visando produzir açúcar para a exportação. Com isso, o estado de São Paulo foi muito beneficiado quanto aos direcionamentos dos investimentos de recursos do Estado, o que o consolidou de vez por todas como o maior e mais moderno produtor de cana em âmbito nacional (idem).

Na década de 1970, durante o período denominado como “milagre econômico” o Brasil iniciou uma nova etapa na modernização do CAI canavieiro com a criação de programas como o Planalsúcar e o Proálcool que alavancaram e incentivaram ainda mais a expansão da produção de açúcar, mais principalmente de álcool, visto a grande crise do petróleo nesse período, sem contar com sua disponibilidade finita, obrigando a necessidade de encontrar novas fontes energéticas eficazes (idem).

Antes deste período, a agroindústria canavieira acompanhava os avanços da modernização da agricultura, no entanto, é nesta década que daria grandes saltos na modernidade, destacando-se o Brasil de uma vez por todas como grande produtor de açúcar e álcool provenientes de cana-de-açúcar. É de grande valia, esclarecer que o processo de modernização do CAI canavieiro não aconteceu de forma homogênea em todas as etapas do ciclo de produção (ALVES, 2007).

O mesmo autor afirma que, mesmo com a modernização, a produção canavieira permaneceu com características de produção extensiva, e a mecanização aconteceu fundamentalmente no preparo do solo, o plantio permaneceu manual. No tocante a colheita, apenas duas etapas das três existentes foram mecanizadas, o carregamento e o transporte, o corte permaneceu na prática manual, visto a grande disponibilidade de mão-de-obra de trabalhadores com pouco poder de barganha, o que baratearia o processo de produção e alastrou a exploração de trabalhadores sazonais provindos de outros estados e regiões do país.

Para Novaes (2007), as inovações tecnológicas nesse período se concentraram nas usinas, já na lavoura a incorporação das mesmas foi mais lenta, visto que a carência de matéria prima era suprida com o aumento dos canaviais, fato este que muda a partir da década de 1980 quando o aumento da produtividade é alcançado por melhorias técnicas no cultivo, novas variedades de cana e a própria mecanização da lavoura.

A expansão do setor canavieiro viveu momentos difíceis em toda a década de 1990 com o fim das políticas de financiamento concedidos pelo Estado, e as idas e vindas das

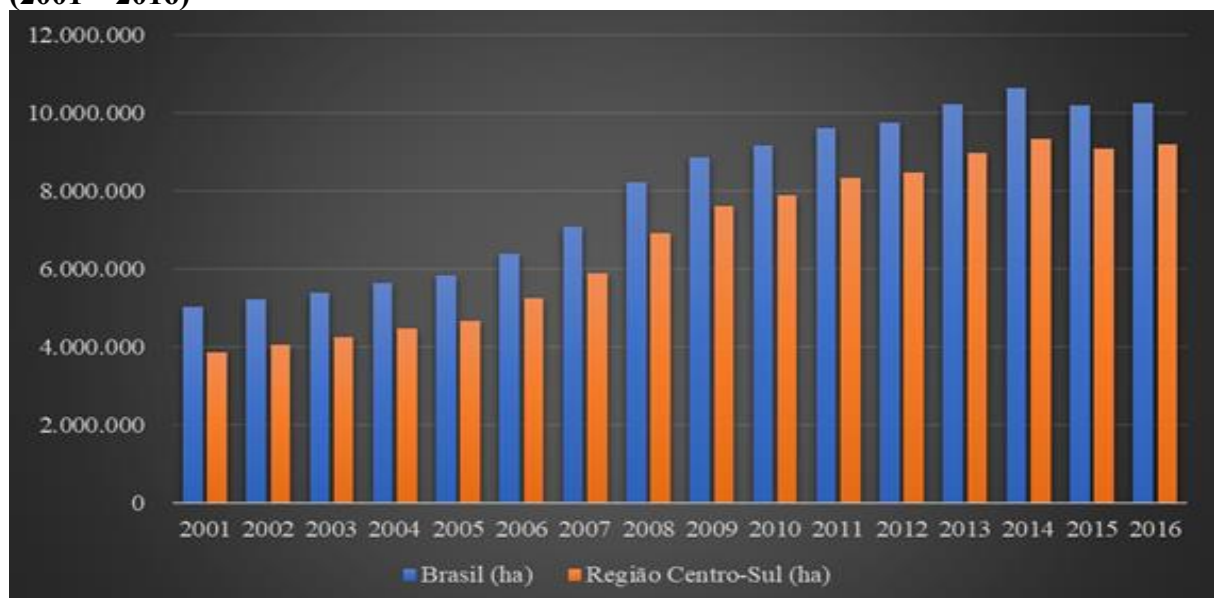
desregulações parciais do setor, que foram juntamente com a quedas dos preços internacionais do açúcar e a queda da demanda interna do álcool, responsáveis por essa conjuntura nesse período. Esse cenário só mudou no início do século XXI, mais precisamente de 2002 em diante (idem).

Para Silva (2012), o setor canavieiro no início do século XXI atravessa uma nova fase de expansão, de forma que se apresenta como emblema do progresso e da modernidade no País. O autor complementa essa perspectiva com uma matéria da Revista Época do ano de 2005, que afirma ser o álcool a nova aposta econômica brasileira para o futuro, devido principalmente a venda dos novos carros *flexfuel*, ou veículos biocombustíveis no País, somado à crescente demanda por fontes de energia mais baratas e menos poluentes que o petróleo.

Campos (2011) aponta os carros biocombustíveis como grandes impulsionadores para a retomada dos investimentos no setor canavieiro, principalmente para a produção do etanol. Essa retomada foi responsável pelo avanço das áreas de cultivo da cana-de-açúcar para além das áreas tradicionais, no entanto, sem que estas perdessem a hegemonia e foi responsável por um grande aumento do número de unidades criadas e reativadas de usinas, sem contar com a expressiva criação de destilarias anexas às usinas para a produção de etanol.

O gráfico 1 abaixo mostra a evolução da área plantada com cana de açúcar no Brasil de 2001 a 2016, e faz uma comparação ao avanço desta cultura na Região Centro-Sul do país no mesmo período.

Gráfico 1 - Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil e no Centro-Sul (2001 – 2016)

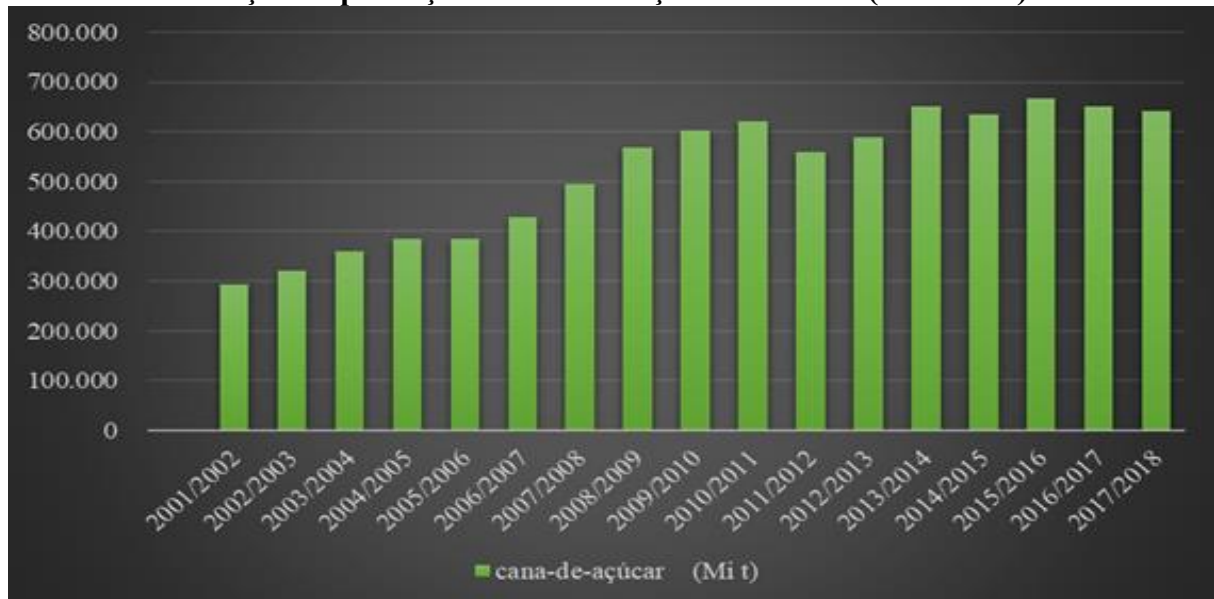


Fonte: Portal UNICA, 2018. Elaborado pelo autor, 2018.

Como se vê, o Centro-Sul do País destaca-se no avanço do cultivo da cana de açúcar em âmbito nacional. De acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), o Brasil em 2016 tinha 10.245.102 hectares de terras ocupadas com o plantio de cana, o que equivale a mais de 1% do território nacional, e desse total 9.182.699 localizam-se na Região Centro-Sul.

O portal eletrônico da UNICA traz também dados da produção de cana-de-açúcar no Brasil de 2001 a 2017, e pode ser visto no gráfico 2 abaixo.

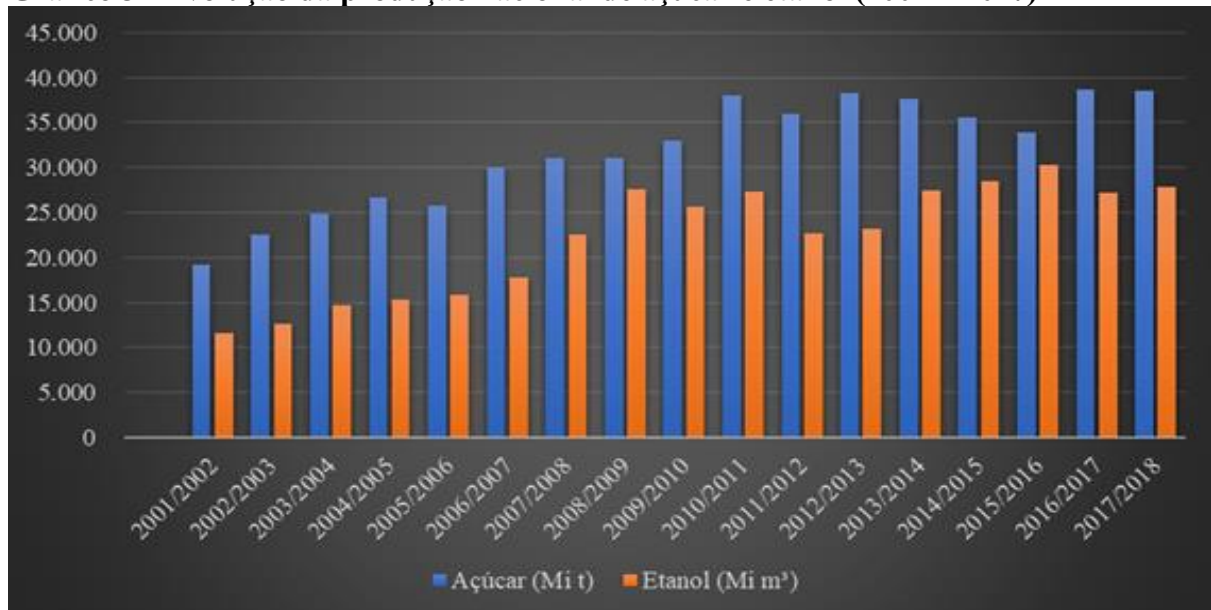
Gráfico 2 - Evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil (2001-2017)



Fonte: Portal Unica, 2018. Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados apontam que a produção de cana-de-açúcar atingiu seu apogeu na safra de 2015 quando atingiu a marca de 666 milhões de toneladas, teve queda nos dois anos seguintes para 651 milhões em 2016 e 641 milhões de toneladas em 2017.

O gráfico a seguir mostra a produção de álcool e açúcar no Brasil de 2001 a 2017 de acordo com dados da UNICA.

Gráfico 3 - Evolução da produção nacional de açúcar e etanol (2001 – 2017)

Fonte: Portal Unica. 2018. Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados sobre a produção de açúcar e etanol mostram uma crescente produção. O etanol atingiu seu ápice na produção no ano de 2015 quando atingiu a marca de 30 milhões de metros cúbicos, já o açúcar atingiu sua maior produção no ano de 2016 quando mais de 38 milhões de toneladas foram produzidos. Embora no gráfico mostre vantagem aparente na quantidade de produção entre açúcar e álcool, deve-se levar em consideração que as medidas são distintas, e embora os dois produtos tenham grande destaque na produção brasileira, é o álcool o produto mais valorizado na atualidade, visto a sua demanda na conjuntura atual de procura por energias alternativas e menos poluentes.

A partir de tantos dados trazidos nos gráficos que mostram o processo de avanço da produção canavieira e seus derivados no país neste início do século XXI, pode-se afirmar que não seria tão expressivo sem que acontecesse uma constante modernização no processo. E mesmo que a agroindústria tenha se modernizado, ela ainda se utiliza de trabalhadores sazonais para o desenvolvimento de várias funções, principalmente o corte da cana, mesmo com o avanço cada dia mais expressivo do uso das máquinas nessa etapa que inicialmente não foi mecanizada.

Novaes (2007) afirma que os variados motivos dessa expansão e modernização do setor nos últimos anos possibilitou a coexistência de dois tipos de corte: o manual e o mecanizado. Para o autor a proporção do uso de determinado sistema varia de acordo com fatores como a estratégia de cada unidade, as próprias colheitadeiras e com as restrições técnicas impostas pelos locais onde estão inseridos os canaviais.

O incremento das novas tecnologias no setor canavieiro foi responsável por alterar a dinâmica do mercado de trabalho, pois passou a necessitar de trabalhadores mais qualificados para operar os maquinários, assim como domínio de técnicas novas e modernas, com isso, muitos postos de trabalhos foram extintos e muitos trabalhadores ficaram sem emprego. Isso mostra toda a perversidade dessa modernização, pois se de um lado tira muitos trabalhadores de trabalhos penosos, por outro extingue muitos postos de trabalho, retirando o que muitas vezes é a única fonte de renda da família do sujeito (idem).

Esse fato é percebido pelos trabalhadores, visto que os mesmos enxergam um fim em um futuro próximo para o corte manual da cana-de-açúcar, como afirmam, Manoel e Joaquim, ex- cortadores de cana. Manoel que viajou para trabalhar em 22 safras, vivenciou desde a década de 1970 até os primeiros anos do século XXI, muitas das transformações ocorridas no setor canavieiro paulista, portanto se faz necessário adiantar que sua fala estará mais presente no texto do que as demais. sobre isto ele relata:

Manoel - Hoje em dia tem máquina demais, a máquina que mesmo corta já vai enchendo atrás, ela vai cortando e enchendo ela mesma, só que onde tem pedra, meia banda (terreno acidentado ou inclinado) ela não corta, porque não tem como cortar, a palha já cai adubando a terra.

Vocês acham que tá diminuindo a quantidade de gente que tá indo?

Manoel - Rapaz com certeza. Uma máquina daquela, logo quando apareceu tomou o serviço de 100 homem, uma máquina só, fazia o trabalho de 100 homens no dia, agora tem máquina mais moderna ainda, menino né brincadeira não, tá muito moderno hoje, muito civilizado.

Joaquim - Hoje em dia as máquinas cortam por 400, já pensou você escalar 400 eitos de pessoas, e a máquina fazer assim em uma hora?

(Entrevista realizada com Manoel e Joaquim, São José de Piranhas, setembro de 2018)

O trabalhador entende a concorrência a que está submetido, visto que na verdade a grande potência da máquina obriga os trabalhadores a trabalharem num ritmo muito mais alto, para que possam permanecer no trabalho, isso aumentou bastante a subordinação e reduziu o poder de barganha dos trabalhadores que atuam na colheita da cana. Outro ex- cortador que relata a perda de espaço é, Chagas:

Hoje em dia vai pouca gente em comparação aquele tempo?

Chagas - É vai menos, por causa das máquinas que tão cortando, mais não é porque os caras não tão querendo ir, é as firmas que não tão pegando mais.

(Entrevista realizada com Chagas, São José de Piranhas, setembro de 2018)

O grande desempenho das máquinas na colheita da cana citadas pelo entrevistado pode ser visto na imagem 1 abaixo, disponibilizada pelo Portal da UNICA.

Imagem 1 - Máquinas agrícolas utilizadas na colheita da cana-de-açúcar



Fonte: Portal UNICA, 2018.

Fredo e Caser (2017), pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola (IEA), apontam que no ano de 2016 a colheita mecanizada no estado de São Paulo atingiu um percentual de 90%. Na safra de 2007, ou seja, apenas nove anos antes, este número girava em torno de apenas 40,7% e absorvia cerca de 163. 098 trabalhadores. Dados apontam ainda que a cada aumento de 1% no percentual de mecanização representa a diminuição de aproximadamente 2.700 postos de trabalho.

No entanto, não se pode atribuir a redução dos postos de trabalhos na colheita da cana unicamente a mecanização, mas também as novas formas de gestão e ao aumento da produtividade, visto que as usinas passaram a selecionar os trabalhadores mais produtivos, e dispensar os menos produtivos, já que os trabalhadores com melhor desempenho praticamente compensam os que são dispensados (NOVAES, 2009).

Pinheiro (2013), afirma que se pode perceber na agroindústria canavieira uma coexistência entre o “novo” e o “velho”. Para a autora o novo nada mais é do que as modernizações nela inseridas, já o velho corresponde às velhas práticas, sejam elas de contrato de trabalho, uso de trabalho nos moldes escravistas, ou seja análogo a escravo.

A modernidade trouxe transformações irreversíveis as relações de trabalho na agroindústria canavieira. Novaes (2007) chama atenção justamente para a realidade do trabalho nos canaviais nos últimos anos, visto que este vem mudando drasticamente. Segundo ele:

As usinas passaram a exigir maior produtividade e maior disciplina no trabalho, com a introdução de novos arranjos produtivos e implantação do sistema de corte mecanizado, além de mudanças nas formas de gestão, controle e organização do trabalho agrícola. Essa expansão, que incorporou novas tecnologias, passou a exigir novo perfil dos trabalhadores, visando, visando à melhoria de sua eficiência em suas funções. Assim, o novo padrão tecnológico determinou um novo perfil para os trabalhadores da lavoura canavieira (NOVAES, 2007, p. 93).

Sendo assim, a modernização da agroindústria canavieira, traz em sua face moderna as velhas práticas de acumulação capitalistas, a exploração exacerbada dos seus trabalhadores, via de regra migrantes sazonais, provindos de regiões mais pobres do país. Esses sujeitos vivem muitas das vezes no limite das condições mínimas de sobrevivência e por isso vivem na dependência de trabalhos penosos como o corte de cana, sendo assim, muito explorados pela agroindústria canavieira.

No próximo ponto será analisado justamente a dependência e superexploração dos trabalhadores do agronegócio canavieiro brasileiro, reforçando as discussões com relatos e dados coletados diretamente com esses sujeitos.

2.3 A dependência e a superexploração dos trabalhadores da agroindústria canavieira

As boas perspectivas para a nova fase de expansão da agroindústria canavieira, trazem consigo uma gama de modificações, expressivamente entre elas as mudanças nas relações de trabalho. Historicamente, mesmo a evolução da modernização da agroindústria canavieira de forma heterogênea entre as etapas e setores, e o avanço do corte mecanizado, não puseram fim ao corte manual e a figura do trabalhador migrante temporário, seja no início predominantemente com mineiros do Vale do Jequitinhonha, baianos e paraenses e posteriormente com migrantes dos demais estados do Nordeste.

As condições dos locais de origem desses migrantes, ou melhor, a falta de condições para se obter renda suficiente para o sustento da família, associado a oferta de trabalho na agroindústria canavieira paulista faz com que milhares de nordestinos, entre estes muitos trabalhadores de São José de Piranhas na Paraíba migrem anualmente para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar. Como bem esclarece Silva (2012, p. 38):

São as “gentes do norte”, os “paraibas” ou os “baianos” etc., como são denominados nos espaços de destinos. Gente que veio de longe, atraídos, dizem alguns pelo ouro verde da cana; iludidos, dizem outros, pelo apelo das mil e uma mercadorias que lhes acenam com a promessa de felicidade; empurrados, dizem ainda outros, pela fome e pela miséria de suas regiões de origem.

Para Alves (2007), quando estes trabalhadores migram para São Paulo a sua subsistência e de sua família passa a ser intermediada pelo dinheiro do assalariamento no trabalho com a cana, fato que em seu lugar de origem não ocorria, ou ocorria de forma parcial, já que antes o mesmo produzia em parte ou totalmente os produtos de subsistência com seu trabalho. Sendo assim esse sujeito necessita adaptar-se às exigências do processo de trabalho, visando a manutenção do emprego temporário, ele precisa se tornar um “trabalhador padrão”.

Essa necessidade ocorre porque, caso contrário a manutenção do trabalho não acontece e esse sujeito é obrigado a retornar durante a safra para seu lugar de origem. Devido às suas condições como migrante, e ao fato de não poderem retornar por causa dessa dependência do dinheiro ganho com a safra, e a resistência ao fracasso que seria retornar sem esse dinheiro necessário à subsistência do grupo familiar, somado ao fato de que os ganhos com o corte da cana são bem superiores aos rendimentos do trabalho em sua região de origem, fazem com que não seja esperado destes sujeitos qualquer manifestação de resistência em relação às exigências do trabalho, sobre a produtividade, esforço físico e remuneração (idem).

De acordo com Alves (2006), em seu trabalho intitulado “*Por que morrem os cortadores de cana?*”, o corte de cana-de-açúcar é um trabalho muito desgastante. Para se ter uma noção o autor compara o desgaste de energia de um cortador ao desgaste de um atleta corredor fundista⁷, justamente por este se destacar pela resistência. Segundo ele os cortadores de cana mais produtivos não são precisamente os mais providos de grande volume de massa muscular, mais em sua maioria são sujeitos de pouca massa muscular, corpo seco, com pouca gordura e muita resistência física, características fundamentais para a execução das atividades repetitivas e exaustivas, realizadas sob o sol, na presença da fuligem, poeira e fumaça, por longas jornadas que variam entre 8 e 12 horas de trabalho durante o dia.

Neste mesmo trabalho o autor detalha o ato de cortar cana-de-açúcar em números, mostrando o quão degradante e penoso é este trabalho. Segundo ele:

⁷ Corredor fundista refere-se a indivíduos que praticam atletismo, ou seja, atividades físicas que levam o corpo a grandes desgastes físicos (LOURENÇO, 2005, p. 22).

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros (ALVES, 2006, p. 94-95).

Vale salientar que o processo descrito acima, trata-se de um padrão de corte de 6 toneladas de cana por cada trabalhador durante o dia, no entanto, é importante frisar que o aumento na produtividade mais que dobrou nas últimas décadas, passando de 6 toneladas diárias na década de 1980 para uma média de 12 toneladas na primeira década do século XXI.

Para Novaes (2007), esses migrantes são subordinados a lógica da produção e eficiência, superexplorados no trabalho por produção, pois para se manter no emprego eles tem que cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia. Sendo assim, pode-se concluir que o desgaste descrito por Alves também mais que dobrou.

Abaixo imagem de trabalhadores de São José de Piranhas-PB na colheita de cana no município de Piracicaba-SP em 2018. A título de esclarecimento, as fotos que mostram as atividades sendo desenvolvidas no próprio corte de cana no estado de São Paulo como também alguns relatos foram adquiridos via aplicativo *Whatsapp*, enviados por um migrante que se encontra na colheita da cana no município em questão.

**Imagem 2 - Trabalhadores de São José de Piranhas – PB
na colheita de cana no município de Piracicaba- SP**



Fonte: VIEIRA, A. M. 2018.

São muitos os mecanismos utilizados pelas usinas para que os trabalhadores atinjam o padrão de produtividade desejado, como por exemplo a distribuição de leite de soja, prêmios para os trabalhadores que atingirem a média de produtividade da empresa, e também o sorteio de prêmios para aqueles que não perderam dias de trabalho e obtiveram grande padrão de produtividade (NOVAES, 2007).

Deve-se chamar atenção para fatores que interferem na produtividade do trabalhador, entre eles o desempenho de funções extras, exercidas pelos cortadores como o transporte da cana até o local onde será colocada nos caminhões ou mesmo a retirada do pendão da cana, visto que a remuneração se dá por quantidade de cana cortada, ou seja, seu pagamento é por produção, logo todas as atividades extras não são remuneradas, entram como acréscimo ao trabalho, exigências no padrão de produção que evidenciam a "mais valia"⁸, a superexploração desses sujeitos, e aumenta o dispêndio de energia. Sendo assim, essas funções extras fazem com que a produção seja reduzida e assim, para manter o nível da produção os trabalhadores são

⁸ A definição do termo mais-valia está associada à exploração da mão de obra assalariada, em que o capitalista recolhe o excedente da produção do trabalhador como lucro, como aponta (MARX, 1974).

obrigados a aumentar rigorosamente o ritmo de trabalho. Sobre isso Alves (2007, p. 32) explica que:

Dessa forma, as exigências na forma de realização das atividades, por parte das usinas, não estão sob o controle do trabalhador, mais interferem em sua capacidade de produção. O resultado é: o trabalhador para cortar a mesma quantidade de cana que cortava antes das exigências, necessita aumentar o ritmo de trabalho, que, por sua vez, significa aumentar a intensidade do trabalho, e sucessivamente, maior dispêndio de energia física, que se não for conveniente resposta acarretará perda de capacidade de trabalho, ou comprometimento da saúde, ou, ainda, levará a morte prematura.

Outro fator importante a se considerar é quanto aos locais onde estes trabalhadores atuam, visto que o corte mecanizado não abrange a todos os locais dos canaviais, com isso, embora venha crescendo o índice de mecanização da colheita e reduzindo o número de postos de trabalho, é inviável para as usinas deixarem de contratar trabalhadores para o corte manual, pois, além de ser mão-de-obra mais barata e muito eficiente, o trabalho desses sujeitos é direcionado para as áreas mais acidentadas, onde a máquina não consegue chegar, isso mostra que existe uma separação entre o local de atuação da colheitadeira e dos cortadores, de forma que estes atuam nos piores locais, o que reduz a sua produtividade (ALVES, 2007).

Esse ritmo severo de trabalho exigido aos cortadores de cana traz aos mesmos, segundo Menezes e Silva (2007) uma série de enfermidades ao qual adquirem ao longo dos anos com essa atividade, quando não os leva a morte.

Segundo Novaes (2007) os principais problemas de saúde provenientes do exaustivo trabalho no corte da cana são entre elas as dores no corpo, tendinites, bursites e problemas de coluna, sem contar com os problemas respiratórios. Sobre isso, Manoel e Joaquim falam sobre o adoecimento no eito da cana:

Vocês acham que o corte de cana acaba muito com o trabalhador, ele se acaba muito?

Joaquim- Eu acho que sim, o corte de cana é muito forçado tá entendendo, [...], se acaba mais ainda você engolindo aquele carvão (da cana queimada), [...], você de boca aberta, cansado, tem que se esforçar, o câncer acaba com o caba, agora é aquilo que nós falamos, principalmente quem é casado, que precisa trazer o pão pra dentro de casa, tá entendendo.

Manoel- rapaz o corte de cana é forçado pra quem quer trabalhar, eu cortei muita cana meu amigo, o fogo na frente e eu atrás, pra dar uma pneumonia é bem ligeirinho. O caba que não fosse bem sadio tava era morto. Vi muitos caras se acabar lá, quando era de tarde você escarrava e vinha tudo preto, até dentro dos olhos tinha carvão. O cara que disser que corte de cana não é sofrido tá mentindo.

Joaquim- Se a gente vomitasse vinha só o pó de cana, é como eu lhe disse, acaba com a gente.
(Entrevista realizada com Manoel e Joaquim, São José de Piranhas, setembro de 2018)

Em entrevista realizada com 30 cortadores que estavam de saída para trabalharem no corte de cana em Itapetininga-SP no ano de 2017, os migrantes foram questionados sobre as doenças ou problemas adquiridos nessa atividade, do total, 87% dos entrevistados afirmaram não ter adquirido nenhum problema de saúde que fossem provenientes desse trabalho, e apenas 13% admitiram serem acometidos por algum problema de saúde que adquiriram no corte de cana.

Durante as entrevistas, os mesmos ficaram retraídos, com certo receio de responder a alguns questionamentos por medo de se prejudicar de alguma forma. Quando perguntados se conheciam alguém que adquiriu problemas de saúde devido ao trabalho no corte de cana, 27% afirmaram que sim e 73% afirmaram não conhecer ninguém nessas condições.

As respostas dos entrevistados para essas perguntas são contraditórias em relação ao relato de ex- cortadores de cana, ou mesmo do próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, que afirmam ser comum esses sujeitos contraírem doenças crônicas ou mesmo serem vítimas de acidentes de trabalho que lhe deixem sequelas permanentes.

Em documentos encontrados nos arquivos do STR de São José de Piranhas, foram achados arquivos que relatam um caso ocorrido no ano de 2010, onde o portal de notícias Exatas News trouxe uma matéria chocante cujo título dizia “*Jovem picado por carrapato em SP fica tetraplégico e volta para CZ*”, a matéria referia-se a um jovem de 21 anos proveniente do município de Monte Horebe-PB, vizinho a São José de Piranhas. Esse jovem foi picado por um carrapato infectado no corte de cana em Santa Barbara do Oeste- SP, onde o mesmo acabou ficando tetraplégico. São variados os casos de adoecimentos e acidentes nos canaviais, onde muitas das vezes o resultado final é a morte de trabalhadores. São muito comuns também acidentes com serpentes, quando o trabalho acontece na cana crua, que não pode ser queimada geralmente devido à proximidade de centros urbanos.

Os acidentes mais comuns, no entanto, são os acidentes com as ferramentas de trabalho, o podão ou facão, cortes profundos, que muitas vezes poderiam ter sido evitados pelo uso do Equipamento de Proteção Individual- EPI. Alguns dos entrevistados afirmaram que muitas das vezes esses EPI's não são utilizados, pois alegam que o uso atrapalha na hora do corte e isso implica em perda de produtividade. Quando os acidentes ocorrem, muitas vezes os trabalhadores calam-se, preferem não buscar apoio por parte da usina, pois tem receio de que

devido ao tempo que terão de passar sem trabalhar sejam mandados embora, sem qualquer direito trabalhista, com isso, preferem cuidar eles próprios das enfermidades, como relata Manoel sobre acontecido em que ele estava presente:

Manoel- O caba tem que pedir a Deus pra não morrer nem adoecer né, porque não tinha acompanhamento de nada não. Teve um colega meu que perdeu isso aqui da mão dele (gesto mostrando parte da mão), o cara perdendo sangue, e nós gritando, “vamo socorrer o homem se não ele vai morrer”, e eles diziam, “não, deixa terminar ali”, o cara chegou (ao hospital) quase esgotado de sangue. É desumano demais [...] e não teve direito a nada, saí de lá e o cara não teve direito a nada não.

(Entrevista realizada com Manoel, São José de Piranhas, setembro de 2018.)

Problemas temporários de saúde devido à grande produtividade durante a safra como febres, problemas respiratórios e principalmente problemas provenientes da exaustão física, como as câimbras são muito comuns, devido ao alto índice de repetitividade dos movimentos do trabalho, intensidade e as condições em que essa atividade acontece, normalmente estes trabalhadores são retirados para os hospitais devido a esse problema. Essa situação foi relatada via aplicativo *Whatsapp* por Alberto, 22 anos, primeira vez no corte de cana, sobre isso ele diz:

Eu já vou completando 40 dias, desses 40 dias só folguei dois dias só, tô emendando de domingo a domingo aqui, tô vendo a hora dar um treco aqui na roça, o pessoal tirar eu nos braços como já tiraram um bocado de peão nos braços lá. Esses dias um cara lá se afogou demais no trabalho lá, se afogou tanto no trabalho lá que ele caiu no chão tremendo, câimbra demais [...], nós corremos lá, pegamos ele nos braços, o busão entrou na cana lá, arregaçando a cana, foi buscar ele lá dentro do talhão de cana, jogamos ele dentro do busão e corremos pra cidade, chegando lá ele foi direto pro hospital, já foi aplicando injeção e tal, ele ficou ruim que só, passou dois ou foi três dias dentro do barraco sem poder trabalhar, cheio de dor, câimbra demais. Eu também tô nesse mesmo pique, parar de forma alguma [...], é assim mesmo, tem que enfrentar a luta, tem que enfrentar a guerra [...].

(Relato de Alberto via *Whatsapp*, setembro de 2018)

Ainda de acordo com Novaes (2007) e Alves (2007), devido ao rigoroso ritmo e as condições como o trabalho se desenvolve, esses sujeitos levam seus corpos ao limite da exaustão, as câimbras são por vezes motivo de morte. Na tentativa de diminuir esses incidentes, as usinas passaram a distribuir alguns suplementos vitamínicos para a reposição de minerais perdidos durante o trabalho, com estes suplementos os trabalhadores sentem-se mais dispostos e as dores diminuem. O problema é que muitos trabalhadores abusam desses compostos para ganharem mais resistência, e com isso produzirem mais.

Ainda Novaes (2007, p. 111), esclarece que existe um denominador comum entre os cortadores de cana que é o ganho por produção, ou seja, os mesmos são a favor do pagamento nesses moldes, onde, quanto mais se corta mais se ganha, assim, os trabalhadores chegam no seu destino com a disposição de acionar toda a sua força física, e ainda acrescenta: “toda a sua habilidade e resistência para alcançar bons níveis de produtividade. O que, sem dúvida, não apenas os qualifica diante dos gestores e empresários como os justifica diante dos familiares que ficam”.

A produtividade se apresenta como um desafio a ser superado a cada dia, não é uma tarefa fácil, visto que o ganho varia de acordo com o peso, a metragem e o tipo de cana que foi cortada. Para Alves (2007), embora a produtividade venha aumentando nos últimos anos a remuneração tem diminuído, pois o CAI dispõe do trabalho de migrantes submissos e com pouco poder de reivindicação.

Quanto a medição da produtividade, essa tem sido motivo de desconfiança constante já que envolvem uma série de cálculos que fogem do entendimento dos trabalhadores, fogem dos padrões a que estão acostumados no roçado, sendo assim motivo para constante suspeita de roubo, assim se veem obrigados a se calarem, pois, qualquer demonstração de insatisfação pode gerar até mesmo a demissão (NOVAES, 2009). Sobre esta situação mais uma vez, Manoel esclarece com detalhes esta situação. Segundo ele:

Alí você podia cortar dez mil metros, se eu quisesse colocar só 5, tava alí anotando, pronto. Você cortava seiscentos metros, se eu quisesse colocar os seiscentos bem, se não eu colocava quinhentos ou cem.
(Entrevista realizada com Manoel, São José de Piranhas, setembro de 2018)

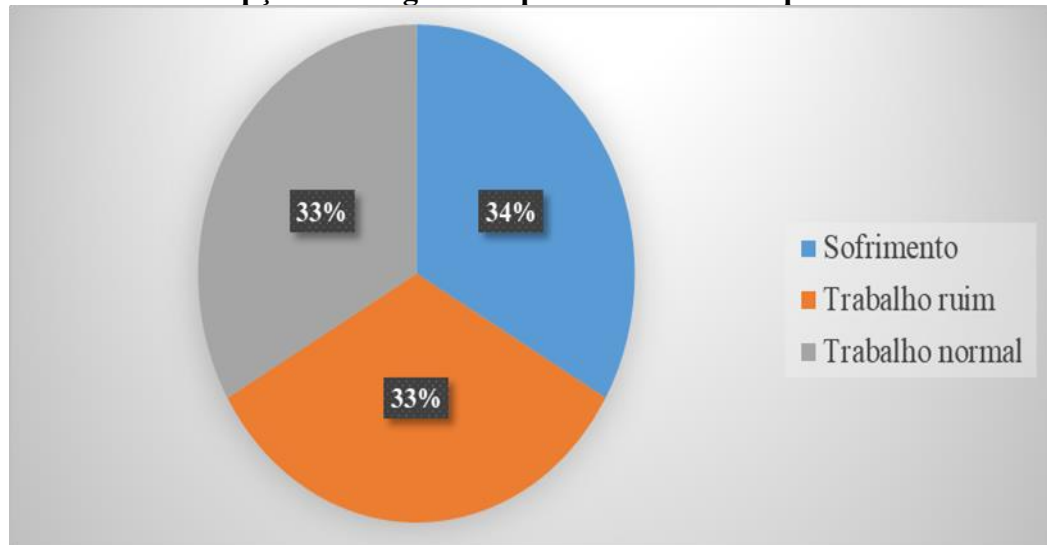
Um ponto importante na colheita da cana-de-açúcar é o uso de mão-de-obra de migrantes nordestinos, isso tem motivo facilmente explicado por Novaes:

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana (NOVAES, 2007, p. 171).

O autor mostra que esses trabalhadores reúnem muitas características que os qualificam para esse trabalho, entre elas a destreza e o costume com o trabalho desgastante na agricultura. Mesmo sendo um trabalho tão degradante os migrantes não saem mal informados de sua terra natal, eles conhecem histórias de viagens fracassadas, as exigências do trabalho, dos problemas de saúde, dos problemas quanto aos cálculos da produção. Mas mesmo diante de tais dificuldades, acreditam no sucesso e conseqüentemente na melhoria de vida, creem que podem se tornar “campeões de produtividade” e com isso obter reconhecimento frente ao seu desempenho (NOVAES, 2007).

A prova de que estes sujeitos não saem mal informados pode ser constatado através da entrevista com os cortadores de cana, onde se buscou saber se eles sabem a realidade dos cortadores de cana, o que acontece com eles, sua percepção sobre as condições de trabalho e de estadia durante a safra. O gráfico 4 traz as respostas desse questionamento.

Gráfico 4 - Percepção dos migrantes quanto à atividade que desenvolvem



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

O gráfico 4 traz um grande equilíbrio nas respostas dos sujeitos, pois cada resposta foi compartilhada por 10 migrantes. Uma parte da amostra, 34% dos sujeitos, considera uma prática sofrida, já 33% afirmam ser um trabalho ruim, no entanto se vem sem opções de escolha e são obrigados a enfrenta-lo de qualquer jeito. Os últimos 33% dos entrevistados afirmaram ser um trabalho normal, o que vem a reafirmar o que diz Alves (2007), Menezes e Silva (2007) sobre a percepção dessa atividade pelo trabalhador nordestino, pois segundo eles a afinidade com o trabalho duro no roçado desde pequenos, faz com que, embora para muitos seja um trabalho ruim ou sofrido, não fuja muito a regra da dureza do trabalho na roça, porém com um ganho bem melhor, fazendo com que seja visto com normalidade e talvez por isso as condições de

trabalho em si não tenham sido elencadas pelos mesmos como uma das dificuldades dessa atividade.

Segundo o autor este é o principal motivo pelo qual as usinas canavieiras preferam esses trabalhadores em vez dos trabalhadores paulistas já que o pagamento dessa atividade é feito por produção, levando grande vantagem o trabalhador nordestino.

A vida durante os meses de safra é bem sofrida, longe da família e de sua terra esses migrantes se doam ao trabalho na tentativa de acumular o máximo de dinheiro possível, e com isso, levam seus corpos a exaustão, ao seu limite, pois quem corta mais ganha mais, e isso pode representar êxito ou não, frente aos objetivos que cada um tem para realizar com o dinheiro ganho ao voltar para casa.

Menezes e Silva (2007), explicam que a forma como o trabalho se interioriza a partir dos processos de socialização em sua terra natal, faz com que esses sujeitos analisem o trabalho com a cana em comparação com o trabalho em seu lugar de origem, em sua análise os dois trabalhos são pesados, no entanto, o corte de cana, em comparação com a roça, é mais vantajoso financeiramente, de forma que, lhes possibilita o acesso a renda, o que conseqüentemente permite após o retorno, acesso a práticas de sociabilidade que antes da migração eram mais difíceis, auxilia na concretização de projetos de emancipação como a aquisição de casa e terrenos, sem contar o acesso a bens de consumo como roupas, perfumes, calçados, carros e motos. Essa satisfação do acesso a bens de consumo pode ser constatada na fala de Luís, 30 anos, ex- cortador de cana:

Acha que valeu a pena?

Luís - Rapaz na minha época eu gostei, não vou mentir, na época de 2006 a 2010 eu gostei. Aqui não tinha serviço.

Deu pra adquirir algo?

Luís – Deu, minha primeira motinha comprei com o corte de cana, uma colônia boa através do corte de cana, uma roupinha melhor foi tudo através do corte de cana.

(Entrevista realizada com Luís, São José de Piranhas, setembro de 2018)

Quanto a dominação, esses sujeitos são submetidos a um rigoroso controle de suas ações durante a safra, isso quer dizer que durante esse período são vigiados pelos fiscais, pelos próprios arrematadores, uma série de regras e restrições lhe são impostas como, por exemplo, não poder dormir tarde, não levar mulheres para os alojamentos, proibem televisões nos alojamentos, bebedeiras entre outras coisas que possam causar prejuízo ao seu rendimento no trabalho, com isso, impõem uma disciplina, para que não percam dias de serviço, e que

recuperem o máximo de energia possível para que o trabalho seja mais produtivo (COVER, 2011).

Sobre essa dominação Novaes (2007, p. 111) esclarece que:

Do início até o fim do contrato esses trabalhadores ficam totalmente disponíveis para a empresa, que pode controlar todas as horas de suas vidas, inclusive aquelas em que eles se encontram fora do trabalho. Esse expediente evita qualquer tipo de desconcentração que possa prejudicar a produtividade, tal controle pode se iniciar no momento de arregimentação, no local de origem, ou na contratação em São Paulo.

Cover (2011) relata que tem fiscais de turma ou os próprios turmeiros que chegam a morar nos alojamentos juntamente com os cortadores, com o objetivo unicamente de fiscalizar e controlar suas ações.

A escolha dos sujeitos que irão viajar para a safra segue uma criteriosa lista de atributos, logo as usinas perseguem aqueles trabalhadores mais produtivos, levando em conta o desempenho dos mesmos nas safras passadas, uma característica tão importante quanto a produtividade é o perfil de subordinação aos chefes e as exigências do trabalho, são os trabalhadores que “não dão trabalho”, ou seja, não questionam ou burlam as regras impostas pelos seus chefes, caso contrário, se esses sujeitos tiverem histórico de rebeldia os turmeiros nem os levam. Luís ex- cortador de cana esclarece o que é dar “trabalho” segundo os cortadores:

Tinha muito cara que era trabalhoso?

Luís - Tinha ne.

Aí no outro ano levava?

Tiago - Os caba dizia “rapaz traga mais não”.

Eles faziam o que?

Luís - Bebiam, perdiam dia de serviço, não respeitavam fiscal.

(Entrevista realizada com Luís, São José de Piranhas, setembro de 2018)

Menezes e Silva (2007, p. 248) esclarecem que essa filtragem dos trabalhadores é um mecanismo necessário utilizado pela usina para a dominação dos trabalhadores. Elas buscam segundo eles:

[...] à formação de “corpos dóceis e úteis” ou, em outras palavras, de um corpo adestrado de tal maneira que execute o mínimo gesto com o máximo de eficiência e eficácia e seja, ao mesmo tempo, um corpo “educado”, isto é, obediente, controlado, resignado diante de toda e qualquer exploração (MENEZES E SILVA, 2007, p. 248).

Os autores complementam essa informação afirmando que a docilidade é desejada de tal forma, que pode ser mais valorizada que até mesmo a própria produtividade e qualidade do serviço, o que esclarece o interesse na dominação e superexploração desses sujeitos.

A função de encontrar trabalhador com o perfil desejado pela usina é dos arregimentadores, também conhecidos por “turmeiros” ou como denominado antigamente, “gatos”. Esse sujeito é o responsável pelo recrutamento desses trabalhadores em sua região de origem, são geralmente oriundos do mesmo lugar, por isso muitas vezes já tem informações sobre os cortadores que os procuram ou os que ele recruta, geralmente são ex- cortadores de cana, que devido a sua experiência com a migração e por serem conhecedores do ofício, ganham uma oportunidade de serem os intermediadores entre a usina e os trabalhadores (SILVA, 2012).

Essas figuras, segundo Silva (2007) são os principais responsáveis pela terceirização das relações de trabalho nos canaviais. Segundo relatos dos pesquisados, o gato é, como já dito, quem faz o intermédio entre a usina e os trabalhadores. Sendo assim, ele é o responsável pelo bom funcionamento das atividades, era ele quem fazia os pagamentos, arranjava o local onde os trabalhadores residiriam durante a safra, dentre outras funções.

Segundo os trabalhadores, muitos turmeiros de São José de Piranhas ficaram ricos com essa função, pois estes recebiam da usina o dinheiro para a execução dos trabalhos, e acabaria explorando mais ainda, pagando menos que o convencional, ele economiza com as necessidades básicas, colocava os trabalhadores para morarem em barracões sem nenhum saneamento básico, comida de péssima qualidade, dentre outros abusos e com isso eles lucravam bem mais do que era para ganhar. Suas funções muitas das vezes estavam envolvidas com irregularidades, aliciamento em vez de recrutamento, e segundo Silva (2007), até mesmo trabalho escravo.

Silva (2012) em sua tese de doutorado, traz que, essa nomenclatura, no entanto, diversificou-se, o “gato” deu lugar ao turmeiro ou arregimentador. Isso se deu principalmente pela tentativa de superar a imagem ruim associada a esse sujeito e ao seu envolvimento com coisas erradas. Essa função também sofreu modificações, de forma que na atualidade esse sujeito também pode ser um trabalhador contratado pela usina. Muitas de suas antigas funções são hoje desenvolvidas por outras pessoas ou setores, tudo buscando amenizar irregularidades no processo. Embora isso não queira dizer que a nova nomenclatura tenha mudado as irregularidades praticadas pelos mesmos.

A figura do arregimentador tem historicamente laços estreitos com o trabalho escravo nos canaviais, este que recruta/alicia o trabalhador é quem esclarece todos os detalhes e promessas da atividade a ser desenvolvida. E mesmo com todas as melhorias nas condições de

trabalho e na fiscalização do mesmo, ainda hoje é muito comum no Brasil a utilização de trabalho análogo a escravo.

Segundo estudo da ONG Reporter Brasil intitulado “*Escravo, nem Pensar*”, o corte de cana é um dos principais viveiros de trabalho escravo no Brasil. Por este motivo, tem sido alvo de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos últimos anos, e por isso entre 2003 e 2013 um total de 10. 709 trabalhadores foram libertados de condições de trabalho análogo a escravo. Esse número tem caído ano após ano, devido à pressão do Governo Federal, dos sindicatos, mídia e exigências de compradores dos produtos da agroindústria canavieira.

Vale ressaltar que o trabalho escravo é um crime contra a dignidade humana. Este crime viola o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, e pode ser constatado ao se enquadrar em quatro circunstâncias, que são elas: condições degradantes de trabalho, ou seja, a violação de direitos que ponham em risco a vida do trabalhador; Jornada de trabalho exaustiva, que possa submeter este a jornada de trabalho excessiva, pondo em risco sua saúde e até mesmo sua vida; o trabalho forçado, quando por meio de coação física ou moral, isolamento geográfico ou irregularidades no serviço, fazendo com que esse sujeito seja obrigado a se manter no trabalho, e por fim a servidão por endividamento, esta acontece quando o sujeito está obrigado a trabalhar devido a dívida adquirida com o empregador. O trabalho escravo pode ser confirmado mediante a presença de uma ou mais condições acima descritas. Características estas claramente presentes no corte de cana-de-açúcar.

Pinheiro (2013), informa que a condição dos trabalhadores nos canaviais pode ser considerada como escravidão em pleno século XXI, pois os trabalhadores são explorados ao extremo, vivem nas periferias das cidades, em barracões sem nenhum saneamento, sob condições mínimas de sobrevivência e mesmo doentes levam seu corpo ao limite para cortar o máximo de cana-de-açúcar por dia, para chegar a um pagamento melhor ao final, atingindo assim os objetivos da migração.

Na entrevista feita com os 30 cortadores de cana em 2017, foi questionado se os mesmos consideravam o corte de cana um trabalho escravo. Do total, 90% afirmaram que não e apenas 10% disseram considerar um trabalho escravo. Falas como “vai quem quer” ou “não, porque é de lá que a gente ganha alguma coisinha” foram muito comuns nas respostas dos sujeitos.

Foram poucos os trabalhadores que falaram de forma mais expressiva sobre o corte de cana, como Raimundo (2017), para ele esse trabalho é “Ruim, péssimo, humilhação, tudo, de tudo você encontra. Tem em uns lugares sim e outros não, em uns não são bem atendidos”.

Nonato (2017) não considera trabalho escravo, segundo ele “É razoável né, mais já foi pior. Todo dia pegar buzão bem cedo, cair na palha da cana todo dia e voltar a boca da noite

baquiado. Eu não considero escravo não porque é normal mesmo, num acho que seja explorado não”.

Se faz necessário analisar também o que é ou não trabalho escravo na ótica desses trabalhadores. Deve-se levar em consideração o seu costume com o trabalho pesado no roçado como fator que descaracterize a visão de trabalho anormal para esses sujeitos (ALVES, 2007). Isso, somado a vida difícil que muitos deles têm em seu lugar de origem, também a falta de oportunidades de trabalho somados a falta de escolaridade e o medo de perder essa oportunidade de trabalho, a única que tem em mãos e com ela o sustento da sua família. Esses trabalhadores são obrigados a ficar em silêncio, sem reclamar e apenas cortar o máximo de cana que seus corpos aguentarem.

Vale salientar que embora seja exigido desses trabalhadores características como a submissão às exigências do processo de trabalho, Silva (2012) referenciando Menezes (2002) esclarece que nem todos os sujeitos são passivos aos abusos cometidos na exploração de seu trabalho, formulando assim certas formas de micro resistências, como exemplo algumas delas seriam as formas de trabalho mal feitos, sabotagens, deserções, greves e manifestações. Para esses trabalhadores, muita das vezes acaba se tornando mais difícil arranjar trabalho nos anos seguintes, visto que as usinas descartam estes trabalhadores.

Pode-se concluir então, que o trabalho ou a busca incessante por ele tem sido motivo de metamorfoses nas próprias relações de trabalho. Essas transformações acarretam por sua vez em uma espécie de moldagem dos trabalhadores a partir de exigências de padrões para estes. Sendo assim, a necessidade por adquirir trabalho traz à tona duas faces econômicas do Brasil, um país de grandes disparidades regionais, onde coexistem a pobreza extrema que persegue o emprego, não podendo questionar suas condições e os empregadores que ditam as regras e exploram ao máximo esses sujeitos.

As migrações de trabalhadores se apresentam como alternativa para ambos os lados. A oferta e a procura pelo trabalho modelaram historicamente os fluxos migratórios no Brasil, e apresentam uma nova face no século XXI. Com isso, no próximo capítulo será abordado justamente as migrações no Brasil no século XXI, a migração de nordestinos e de trabalhadores residentes no município lócus desta pesquisa.

3. FLUXOS MIGRATÓRIOS DE TRABALHO NO BRASIL PARA O CAPITAL, NO SÉCULO XXI

O atual contexto das migrações no Brasil, é na verdade resultado de um processo que encontra-se em curso no país desde as décadas finais do século XX, e são provenientes de um contexto de fortes disparidades historicamente presentes entre as regiões brasileiras, onde, a necessidade de obtenção das condições de reprodução da própria sobrevivência funcionam como gatilhos para a agitação de determinados fluxos migratórios, como é o caso das migrações de nordestinos, entre eles trabalhadores de São José de Piranhas- PB com destino ao corte da cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro.

3.1 Os processos migratórios no Brasil no século XXI

A Migração é um processo comum às civilizações, independentemente do lugar ou do tempo. Esse processo pode ser impulsionado por diversos fatores e possuir também distintas características. A partir da imagem do migrante e toda sua trajetória desde o início da viagem até a chegada ao seu destino, constrói-se alguns questionamentos em torno do principal ou dos principais motivos dessa ação, tendo em vista o que esses indivíduos deixam para trás, e o que isso mudou em sua vida. Em uma análise sobre as migrações Gonçalves (2001, p.173), afirma que:

As migrações costumam configurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem muitas vezes como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico ou político, seja em termos sociais ou culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história (GONÇALVES, 2001, p.173).

Esse processo é reflexo de um contexto social, econômico e político impróprio e desfavorável a um percentual da sociedade, o que vai acarretar os deslocamentos espaciais em busca de melhores condições de vida.

Segundo Peixoto (2004), o tema das migrações foi muito ignorado pelos maiores autores das principais ciências sociais em seu momento de formação e consolidação. Durante o século

XX, apesar do crescente interesse pelo fenômeno, não houve ligações expressivas das teorias desse fenômeno aos campos do saber, e sua abordagem foi caracteristicamente subjetiva.

Na atualidade a ciência que talvez tenha dado uma maior atenção a esse tema seja a geografia, devido às ligações com o espaço geográfico e a utilização de teorias de outras ciências por geógrafos tenha contribuído para essa forte ligação. Contudo, esse fenômeno é trabalhado sob vários pontos de vista teórico, como também dos diferentes campos do saber, cada um sob sua perspectiva, o que impede a formulação de uma “teoria geral da migração”, onde Jansen (1969) *apud* Peixoto (2004, p. 4) afirma que:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante. (JANSEN, 1969, *apud* PEIXOTO, 2004, p. 4).

Sobre o conceito de migração Biagioni (2010, p. 6) coloca que:

Por migração entende-se não meramente o fenômeno demográfico de mudança do local de residência de um indivíduo ou família. Entende-se, sim, o processo social de deslocamento de população em contexto histórico específico e em período e território delimitados que definem o próprio fenômeno. O conjunto dos deslocamentos individuais caracteriza o fluxo migratório.

De acordo com Zamberlam (2004), a mobilidade humana na era moderna teve como gatilho a revolução industrial e a consumação da propriedade privada, no final do século XVIII, o que gerou um grande número de excluídos e alavancou o êxodo rural inicialmente nas regiões da Europa. Essas pessoas por sua vez, buscavam melhores condições de vida, deixando o seu local de origem em um primeiro momento, para viverem nas periferias das cidades, com as condições mínimas para essa sobrevivência.

No que tange as migrações internas brasileiras, pode-se afirmar que sofreram um processo acentuado de metamorfoses, onde segundo uma gama de autores, as transformações

econômicas ocorridas no Brasil no século XX, tiveram protagonismo como motores e modeladores das dinâmicas migratórias nacionais. Para se abordar as migrações internas brasileiras do século XXI, é de fundamental importância que se faça uma breve recapitulação sobre os mais consideráveis momentos e sua contribuição para as alterações em tais dinâmicas no século passado.

Aydos (s.d, *apud* PATARRA, 2003), aponta que os principais fluxos de deslocamentos populacionais movidos pelo desequilíbrio do desenvolvimento econômico regional do Brasil acontecem em três períodos, que contribuem para compreender a dinâmica migratória brasileira.

O primeiro momento acontece na instauração da República, com os trabalhadores empregados na produção do café provindos de áreas onde o ciclo de produção havia chegado ao fim, logo, trabalhadores dessas regiões mesmo em minoria já se faziam presentes, visto que nesse período a mão-de-obra nesse setor era constituída basicamente de imigrantes europeus.

O segundo momento seria o período compreendido entre os anos de 1930 e 1950, onde acontece a formação do mercado consumidor e produtor interno, além da industrialização dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando ainda mais as desigualdades de desenvolvimento econômico nacional e caracterizando estes estados como fortes polos de atrações migratórias.

O terceiro e último momento seria o período compreendido entre os anos de 1951 a 1980, devido à consolidação da industrialização pesada no país, e o crescimento populacional, estes processos migratórios para São Paulo e Rio de Janeiro se intensificaram, contudo, com redução do contingente de massa populacional em movimento.

De acordo com Baeninger (2011) os últimos 50 anos do século XX foram responsáveis pela reorganização da população no território nacional, em uma conjuntura em que o processo de industrialização, e a expansão das fronteiras agrícolas, sendo o primeiro bem mais significativo, apresentaram-se como destacados agitadores na dinâmica da distribuição da população entre os estados, principalmente aqueles de maior crescimento econômico (Principalmente São Paulo e Rio de Janeiro). Para a autora se tem, no entanto, o período entre a década de 1970 e 1980 como marco de grandes transformações dos processos migratórios nacionais.

Até a década de 1970 o êxodo rural apresentou-se hegemonicamente como o movimento migratório mais expressivo a nível nacional, reflexo disso foi o próprio aceleração do processo de urbanização, fazendo com que já na década de 1960 a população urbana superasse a população rural. Sobre isso, Brito (2007, p. 12) esclarece que:

Esse acelerado processo de urbanização era parte das profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia brasileira. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o lócus privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobrepunha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo: desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais.

Com a crise econômica internacional, associada ao fim do processo de industrialização e de expansão das fronteiras agrícolas os processos migratórios nacionais sofreriam uma profunda metamorfose na década de 1970, que só pôde ser percebida com mais clareza a partir do início da década 1980.

A partir desse período os deslocamentos migratórios se mantiveram altos, ainda embasados nas graves desigualdades econômicas regionais, no entanto, a partir desse momento as metrópoles já saturadas de mão-de-obra tornaram-se espaço de difícil acesso ao trabalho para os migrantes, o que acarretou o surgimento de novos fluxos migratórios como alternativa, além da ascensão das migrações de retorno aos estados de origem e das migrações temporárias.

Para Aydos (s.d, p. 9), “na década de 1980, a crise mundial e o processo de reestruturação produtiva no Brasil, que flexibilizou a relação entre capital e trabalho, alterou significativamente o contexto das migrações”.

Segundo Brito (2007), algumas transformações significativas nas dinâmicas migratórias internas a partir da década de 1980 foram a troca das dominantes migrações inter-regionais pela de curta distância e intra-regionais, principalmente com destino às cidades médias, além de grande incidência das migrações de retorno e pendular (nas grandes cidades). Para Biagioni (2010), o aumento da disputa pelas vagas existentes no mercado de trabalho, contribuiu para uma expansão de oportunidade de mobilidade, todavia em menor expressividade, logo, isso muito se deve a uma diminuição das desigualdades educacionais.

As migrações internas no Brasil revelam um contexto diferenciado a partir da década de 1980, no tocante a origem e destino dos sujeitos, no primeiro, um excedente de mão-de-obra que necessita se inserir no mercado de trabalho para viabilizar a própria sobrevivência e de seus familiares, no destino a possibilidade ou não de inserção dessa mão-de-obra ao mercado de trabalho para a geração de capital, em outras palavras, um contexto de diferentes origens para o mesmo destino, como exemplo, a migração de diferentes estados do Nordeste rumo aos

estados de São Paulo e Rio de Janeiro até a década de 1970, e uma conjuntura de uma mesma origem para destinos distintos, o que se explicaria pelo processo inverso ao primeiro exemplo a partir da década de 1980 (idem).

Mas é importante destacar que migrar nem sempre significa a inserção no mercado de trabalho, principalmente a partir do momento em questão, contudo, este ato dá aos sujeitos uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, principalmente em relação aos não migrantes, pelo fato de os mesmos encontrarem uma estrutura social que os permita uma maior possibilidade de competição por esse objetivo (idem).

Sobre o período compreendido entre 1991 e 2000 as metamorfoses migratórias se caracterizaram pela redução das migrações de longa distância, principalmente em direção as fronteiras agrícolas, a manutenção dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal na absorção dessas migrações de longa distância, recuperação migratória de espaços antes perdedores no âmbito intrarregional, principalmente os estados nordestinos, e por fim a origem e firmação de novos pólos de atração e absorção de fluxos, tanto em âmbito inter-regional como intrarregional, onde a maior parte dos estados passaram a ser ganhadores de população (BAENINGER, 2015).

Para Baeninger (2013), o século XXI traz consigo uma crescente importância nos estudos sobre as migrações internas no Brasil. Para a autora, as migrações de longa distância passam a redesenhar seus trajetos e significados. Quanto as dinâmicas regionais passaram a reproduzir particularidades as migrações urbana-urbanas. Vale salientar, no entanto, que estas transformações têm suas raízes nas mudanças ocorridas na década de 1980, quando as explicações para tal fenômeno se restringiam a questão econômica.

O recente contexto socioeconômico e urbano nacional e global trazem à luz um novo contexto as migrações, caracterizadas por diferentes condições migratórias que seriam elas as áreas de retenção de população ou polos de atração, áreas de percas migratórias e áreas de rotatividade migratória, ou seja, entram e saem migrantes. Essa nova fase traz consigo uma gama de mudanças quanto aos estados que ganham e perdem população, logo, não interessa a esta pesquisa sua abordagem, portanto se restringirá a rotatividade migratória.

Essa nova face é vivenciada na atualidade, evoluindo, a partir das fortes relações históricas de troca de fluxos migratórios entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, e já que este estudo se debruça justamente nas migrações temporárias de nordestinos de São José de Piranhas na Paraíba para o estado de São Paulo, se faz necessário um maior aprofundamento.

Sobre essa rotatividade entre essas duas regiões Baeninger (2015) fala que:

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção, perdas e rotatividade migratórias (entram migrantes e saem migrantes), redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade migratória. A tendência de perda migratória do Sudeste revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória (BAENINGER, 2015, p. 13-14).

Esta afirmação pode ser complementada pela autora quando a mesma afirma que:

O conceito de rotatividade migratória pressupõe, ainda, a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas. Desse modo, a rotatividade migratória pode estar vinculada a espaços regionais, fronteiriços, nacionais e até mesmo internacionais. A passagem da “condição migratória” das localidades como áreas de retenção, áreas de perda ou áreas de rotatividade migratória, operacionalmente apreendidas a partir do índice de eficácia migratória (imigração-emigração/imigração + emigração), depende de situações conjunturais e da inserção dos espaços da migração na divisão internacional do trabalho (BAENINGER, 2015, p. 14).

A autora esclarece que nessa nova face das migrações entre estas duas Regiões, o Estado de São Paulo continua como grande receptor de fluxos, principalmente provindos do Nordeste, no entanto, devido as transformações que se iniciaram na década de 1980 o Sudeste passou também a perder população devido as migrações de retorno para regiões de origem desses sujeitos, mostrando que estas migrações apresentam agora uma fase de idas e vindas, ou seja, de refluxos migratórios de intensa rotatividade migratória em certas áreas dessas regiões, como é o caso dos municípios que perdem trabalhadores por um determinado período do ano para laborarem na agroindústria canavieira paulista.

Pinheiro (2013) esclarece que tais movimentos da população estão intimamente ligados a dinâmica da produção e reprodução do capital e ao arranjo da divisão social do trabalho em um tempo histórico específico. Segundo a mesma, os fatores econômicos e sociais não são os únicos indicadores para esta prática, mas também fatores psicológicos, políticos e culturais, que, no entanto, não deixam de se relacionar com os movimentos da economia e sociedade.

Para Maciel Cover (2011), um dos principais motores que influem nas gigantescas proporções das migrações no Brasil são as grandes disparidades regionais, causadas principalmente por fatores políticos e econômicos. Sendo o Nordeste uma Região tão desfavorável a reprodução de sua população, que não restaria outra alternativa a não ser migrar.

É nesse cenário que entram em cena o setor agroindustrial canavieiro, que oferece o trabalho temporário no Sudeste como solução para amenizar tais problemas.

O tema das desigualdades regionais é amplamente discutido por renomados autores, assim é fundamental fazer uma abordagem a cerca desta categoria tão importante como objeto de estudo da geografia.

Sobre a construção do conceito de região, Roberto Lobato Corrêa (2000), traz uma discussão acerca da formação do conceito desta categoria por algumas correntes do pensamento geográfico.

Segundo Corrêa (2000), na geografia tradicional a região era vista como uma unidade espacial auto-suficiente. Nesta perspectiva são fundamentadas duas concepções de região, e são elas a Região Natural, embasada nas concepções deterministas e a Região Geográfica, embasada nas concepções possibilistas.

Para o autor a Região natural é vista como uma porção da superfície terrestre, dimensionada a partir de escalas territoriais diversas, sendo caracterizada pela uniformidade resultante da combinação ou integração em uma área, dos elementos da natureza. Já a Região geográfica abarca uma paisagem e sua extensão territorial, onde se combinam harmonicamente os elementos naturais e humanos. O método de análise era o descritivo e suas delimitações eram determinadas por fronteiras (idem).

Já na Geografia Nova a Região passa a ser entendida como um conjunto de lugares, onde as desigualdades em seu interior, sejam entre esses lugares inferiores as existentes entre os mesmos e qualquer componente de outro conjunto. O método utilizado por esta corrente baseava-se no uso de técnicas estatísticas descritivas (CORRÊA, 2000).

Na Geografia Crítica o autor esclarece que:

A Região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (...) como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2000, p. 24-25).

Para o autor, a análise desta categoria na perspectiva da geografia Crítica entende a Região como uma categoria espacial do processo de reprodução desigual e combinado do capitalismo.

É indiscutível que as desigualdades Regionais do Brasil são potentes motores responsáveis pela expulsão de muitos nordestinos, não lhes deixando alternativas se não migrarem para outras regiões mais desenvolvidas do País.

Tais disparidades são um problema histórico no desenvolvimento econômico e social do Brasil, e já teve grandes estudiosos como Celso Furtado que buscou compreender tal desenvolvimento desigual, com ênfase para a questão do Nordeste.

De acordo com Diniz (2009), tal desenvolvimento desigual nada mais é do que o produto de uma formação histórico- estrutural que só pode ser vencido por mudanças estruturais, fugindo do raciocínio de que o subdesenvolvimento do Nordeste se daria unicamente devido as secas. Tais disparidades, principalmente com relação ao Centro-Sul aumentaram ainda mais com os investimentos para a industrialização sendo direcionados para este, o que dinamizou e transformou as metrópoles do Sudeste, e as consagrou como grandes polos de atração de migrantes, principalmente nordestinos.

Gonçalves (2001) detalha alguns entraves, ou seja, problemas que assolam o país e são verdadeiros nós para o desenvolvimento social, e tem grande influência nas migrações. O autor salienta que as próprias características da formação econômica e social do Brasil sobre o tripé latifúndio, monocultura e exploração do trabalho escravo não são peculiaridades do período colonial, estes retratam na atualidade a situação do país, sendo fatores responsáveis pelas grandes desigualdades econômicas e sociais (GONÇALVES, 2001).

Quanto ao Nordeste, o autor atribui o problema da estiagem periódica e a indústria da seca as raízes das migrações, no entanto entende-se que esta não seja o motivo primordial para a saída de grande volume de migrantes dessa região. Para ele, tal fenômeno apenas agrava o problema fundiário amplamente desigual, ou seja, mais que a própria seca, o fator responsável pela expulsão dos nordestinos é a cerca. Segundo ele:

Cerca que, como hoje sabemos, concentra não somente a terra, mas também a água. Podemos afirmar que a estiagem marca a hora da partida, mas a causa profunda do êxodo reside na estrutura fundiária já assinalada. Não devemos confundir as motivações aparentes e superficiais com as razões estruturais da saída em massa. De resto, à concentração da terra e da água, haveria que acrescentar o patriarcalismo e o coronelismo, tão arraigados na cultura brasileira, e dos quais muita gente se liberta no ato mesmo de migrar para a cidade (GONÇALVES, 2001, p. 180).

Dota (2008, p. 14), traz dados do início do século XXI que mostram a conjuntura em que se encontra a população nordestina.

Essa insuficiência da estrutura produtiva do Nordeste fica clara quando analisamos que “em 2004, nada menos que 56,7% da população do Nordeste era considerada pobre (26,6 milhões de pessoas)” (IPEA, 2006). Além de ter o maior número de pessoas consideradas pobres do Brasil, a região, que sofre com grandes disparidades sócio-econômicas, também se destaca no quesito de possuir “oito dos dez estados brasileiros com menor rendimento domiciliar per-capita médio, [...sendo eles] Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte”.

Caldas e Sampaio (2015), detalham que segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2009, foram divulgados dados sobre a pobreza no Nordeste, de maneira onde organizaram as informações dividindo as áreas em urbanas e rurais, e não em dados gerais da região.

O Nordeste vem tendo melhorias significativas nas primeiras décadas do século XXI, no entanto, ainda é uma região considerada pobre e abaixo dos padrões de desenvolvimento das demais regiões do país. Devido a investimentos governamentais, programas sociais como o Bolsa Família e o acesso a educação, o índice de pobreza dessa região vem reduzindo bastante, mais do que no próprio Sudeste e Sul do país (ARAÚJO, 2014).

Segundo Caldas e Sampaio (2015), a linha de pobreza da área urbana dessa região em 2009 foi de R\$ 201,03 ao mês por pessoa, já nas áreas rurais foi de R\$ 179, 29 por pessoa ao mês. Assim, afirmam que 48, 27% da população rural e 31,02% da população urbana eram consideradas pobres nesse ano

Outro fator importante é o índice de GINI⁹, que é uma ferramenta utilizada para a medir a concentração de renda. Esta ferramenta varia entre 0 e 1, de forma que quanto mais próximo de zero, menores são as desigualdades sociais do lugar, sendo o oposto quanto a proximidade do 1. O IBGE esclarece que no Nordeste este índice estava em 2016 em torno de 0,522, sendo a região de índice mais alto, em contrapartida o Sul e o Sudeste foram as regiões de índice mais baixos, o que vem a reafirmar o alto índice desigualdades sociais no Nordeste. O índice do Nordeste é alto ao se considerar que em 2015 o índice de GINI do Brasil foi de 0, 515, onde foi considerado um dos mais altos do mundo.

É nesse cenário de fortes dificuldades que os sujeitos se veem obrigados a migrarem para obter renda, distantes de sua terra natal, submetendo-se a trabalhos precários. Similarmente o complexo agroindustrial canavieiro paulista se mostra como oportunidade de obtenção de

⁹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

trabalho temporário para esses nordestinos, possibilitando assim a obtenção de renda para amenizar as condições de sobrevivência do grupo familiar que fica em sua terra natal.

3.2 As migrações de nordestinos para os canaviais paulistas

Novaes (2007), afirma que o século XXI é responsável por um contexto em que as migrações internas acontecem em um cenário de riqueza e miséria. Nessa perspectiva, as grandes disparidades regionais causadas por fatores históricos e conjunturais são responsáveis pelas modificações e continuidades das migrações de nordestinos para o Sudeste do país. Fatores como o trabalho figuram nesse cenário como grande agitador e transformador dos espaços de origem e destino dos sujeitos. Tal fenômeno é assim então evidenciado na migração de nordestinos para o corte de cana no interior paulista.

É preciso migrar periodicamente para cortar cana, e assim assegurar o dinheiro necessário para complementar, juntamente com o dinheiro dos programas sociais e das poucas atividades desenvolvidas na terra, a sobrevivência da família no lugar de origem. Essa expulsão de trabalhadores acontece porque:

Historicamente, por suas relações de subordinação a grande propriedade e à monocultura, a pequena produção agrícola no Nordeste passa por ciclos de expansão e retração. Nas últimas décadas aprofundaram-se suas dificuldades: a substituição de lavouras tradicionais por produtos de maior valor comercial; a consolidação da fruticultura em áreas irrigadas: a manutenção de grandes extensões de terra como fonte de especulação; a diminuição da produção dos roçados em decorrência do enfraquecimento das terras; a elevação do preço do arrendamento e o insuficiente apoio das políticas governamentais são causas que dificultam a reprodução da pequena produção (NOVAES, 2007, p. 110).

Sobre o termo expulsão é importante esclarecer que deve ser entendido como todo e qualquer fenômeno social, natural, político, étnico-racial, econômico, de gênero ou religioso que impossibilite a reprodução das condições de sobrevivência dos sujeitos em seu lugar de origem, tornando-se necessário a busca por outro lugar que possibilite tal sobrevivência (ALVES, 2007).

Ao se considerar o fato que a nova etapa da expansão da agroindústria canavieira, ou mesmo, desde suas fases de ascensão no século XX, como nas décadas de 1970 e 1980 se encaixaram muito bem nos padrões dos novos fluxos migratórios que se instauravam no país naquele momento, o ciclo da cana associado aos novos padrões migratórios nacionais, principalmente a sazonalidade de trabalhadores de estados do Nordeste e de algumas regiões

de Minas Gerais, acabaram por consolidar essa prática de forma muito intensa, que se estende até os dias atuais.

Para Alves (2007), no capitalismo, o local buscado pelos migrantes é onde o capital está concentrado, havendo assim a demanda da força de trabalho. No caso dos cortadores de cana nordestinos, esse lugar está principalmente no Sudeste, especificamente no estado de São Paulo. Região esta que atrai, porém, também expulsa, pois, a utilização da força de trabalho desses migrantes é determinada pelo próprio ciclo da cana, explicando a sazonalidade desses fluxos.

Quanto a migração de trabalhadores do Sertão da Paraíba, Menezes e Silva (2007), afirmam que a partir da década de 1990 tais fluxos passam a ter maior visibilidade e importância.

Na tentativa de entender a expressividade da migração desses trabalhadores nordestinos em direção ao estado de São Paulo para o corte da cana-de-açúcar, foram feitas consultas documentais junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas - PB, lócus desta pesquisa, e do sindicato de Cajazeiras, onde também constam dados sobre a migração de trabalhadores provenientes em sua maioria do Sertão Paraibano e de municípios do Ceará que fazem fronteira com a Paraíba.

A pesquisa documental nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de São José de Piranhas - PB e de Cajazeiras - PB, aconteceu nos meses de agosto e setembro de 2018. Ambos os Sindicatos possuem arquivos que foram de grande valia para a construção desta pesquisa, tais como relações contendo os nomes de todos os trabalhadores da região que foram trabalhar na colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, os meses de partida, os nomes das usinas empregadoras, dentre outros documentos, os quais suas informações foram tratadas e discutidas mais adiante.

Inicialmente a pesquisa documental iniciou-se somente no STR de São José de Piranhas, o qual tem um grande acervo de documentos, livros, reportagens dentre outros materiais, pois a mais de 10 anos vem, na busca por melhorias para os migrantes, reunindo informações valiosas sobre a atividade, sendo referência para muitos estudos que tem sido desenvolvidos sobre a temática, contribuindo para teses, dissertações, monografias, artigos científicos e outros estudos acerca da temática, e devido a essa riqueza em seu acervo o STR é frequentemente visitado por pesquisadores das mais variadas áreas.

Esse interesse do STR de São José de Piranhas em reunir esse acervo documental, iniciou-se pelo fato de que muitos problemas relacionados a cortadores de cana que estavam chegando ao sindicato, mesmo de trabalhadores não filiados, além de que as usinas canavieiras paulistas muitas das vezes resolviam pendências com os trabalhadores por intermédio do

próprio STR. Na tentativa de aproximar-se dos trabalhadores e ajudá-los, o sindicato iniciou a construção do seu banco de dados por volta de 2008. Nessa época eram muito frequentes e explícitos os casos de exploração desses trabalhadores, que laboravam na colheita da cana.

Foi de grande importância para o STR a aproximação dos arregimentadores ou turmeiros, os antigos “gatos”, pois estes foram essenciais para trazer o trabalhador migrante para o sindicato, que por sua vez passou a realizar reuniões com estes a cada 2 anos, seja com a presença de auditores do trabalho para esclarecer questões sobre a atividade canavieira, seja com equipes médicas para falar sobre doenças a que estavam sujeitos os trabalhadores, falar dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros temas que trouxeram tanto os trabalhadores e mesmo familiares a se aproximar do STR. Outra ação importante foi filiar esses sujeitos cobrando-lhes a mensalidade apenas nos meses em que os mesmos se encontram em casa, ou seja apenas 3 ou 4 meses do ano, já que durante a safra os trabalhadores já estão contribuindo com a previdência.

Vale salientar, que o STR de São José de Piranhas, apesar de possuir um vasto acervo documental, só participava das etapas de contratação dos trabalhadores migrantes, como exames médicos e assinatura das carteiras de trabalho, de algumas usinas e de outras não, sem contar que o sindicato por sua grande estrutura é responsável pela mediação da contratação de trabalhadores de Monte Horebe - PB, Bonito de Santa Fé- PB, Barro- CE, Cajazeiras e de São José de Piranhas. O sindicato é muito ativo nas etapas de triagem e contratação dos trabalhadores como pode ser visto nas imagens 3 e 4.

Imagem 3 - Realização dos exames no prédio do Sindicato em 2018



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, 2018

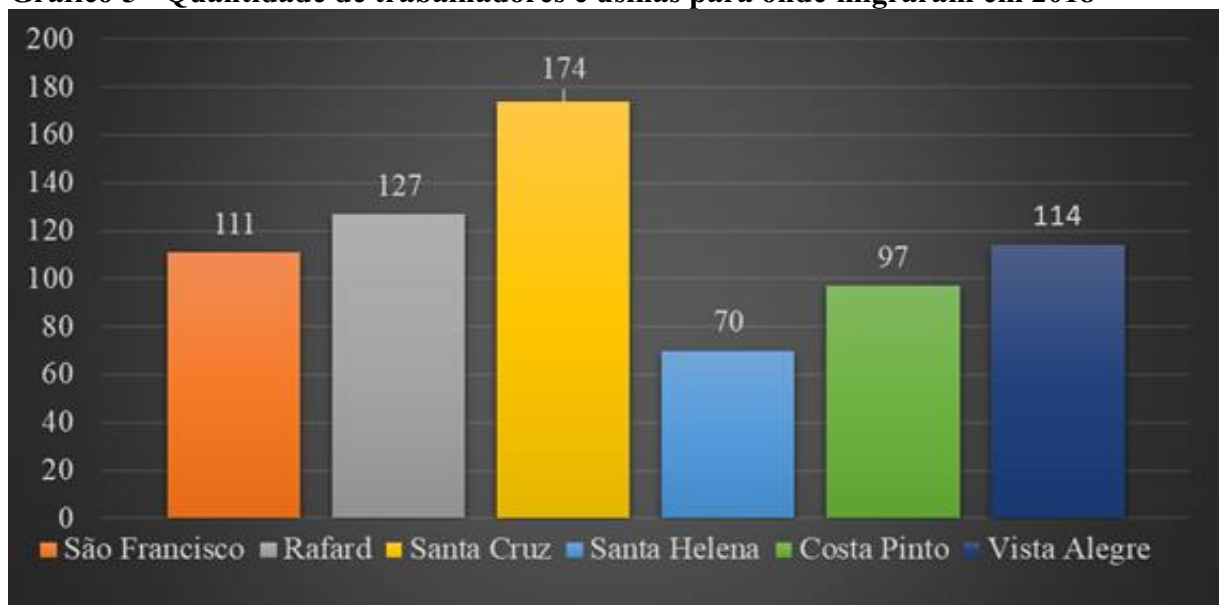
Imagem 4 - Assinatura dos contratos de trabalho



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, 2018.

Mais adiante serão apresentados alguns números acerca das migrações para o corte de cana que estão presentes no acervo. É importante entender que, apesar das lutas para melhorar a atividade, bem como a grande fiscalização, segundo a Pastoral dos Migrantes muitos trabalhadores ainda migram de forma clandestina para o trabalho nos canaviais, o que impossibilita a exatidão de qualquer número sobre essa prática, sendo aqui expresso apenas os registrados em documentos.

Gráfico 5 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2018



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor (2018).

O ano de 2018 é um ano muito rico em dados. É o primeiro ano em que o sindicato de São José de Piranhas separou os trabalhadores por município de origem, a fim de ter uma noção em números de quantos Piranhenses¹⁰ migraram neste ano para cortar cana. É também o primeiro ano em que o grupo Cosan fez a contratação dos trabalhadores por intermédio deste sindicato, visto que até 2017 essa contratação era feita no STR de Cajazeiras.

O grupo Cosan atualmente é quem mais contrata mão-de-obra de trabalhadores da região para atuarem em suas várias Unidades, só em 2018 contratou para 4, que são elas: Unidade São Francisco, localizada no município de Elias Fausto –SP, Unidade Santa Helena, localizada no município de Rio das Pedras-SP, Unidade Rafard, localizada em Rafard- SP e a Unidade Costa Pinto, localizada em Piracicaba- SP. Sobre estas 4 unidades pertencentes ao grupo Cosan não se tem qualquer data de saída para o estado de São Paulo.

Apenas em forma de adendo, o grupo Cosan é um dos maiores grupos do agronegócio brasileiro, atuando em diversos setores, desde a produção de açúcar e álcool com suas diversas usinas, sendo a maior produtora individual do mundo, além de atuar na distribuição de combustíveis e lubrificantes, distribuição de gás natural, entre outras. Possui diversas empresas, entre elas a Raízem, empresa criada pela Cosam em conjunto com a Shell para a produção justamente de açúcar e álcool de cana além da distribuição de combustíveis. Essa empresa é a responsável pela contratação dos trabalhadores que atuarão na colheita da cana.

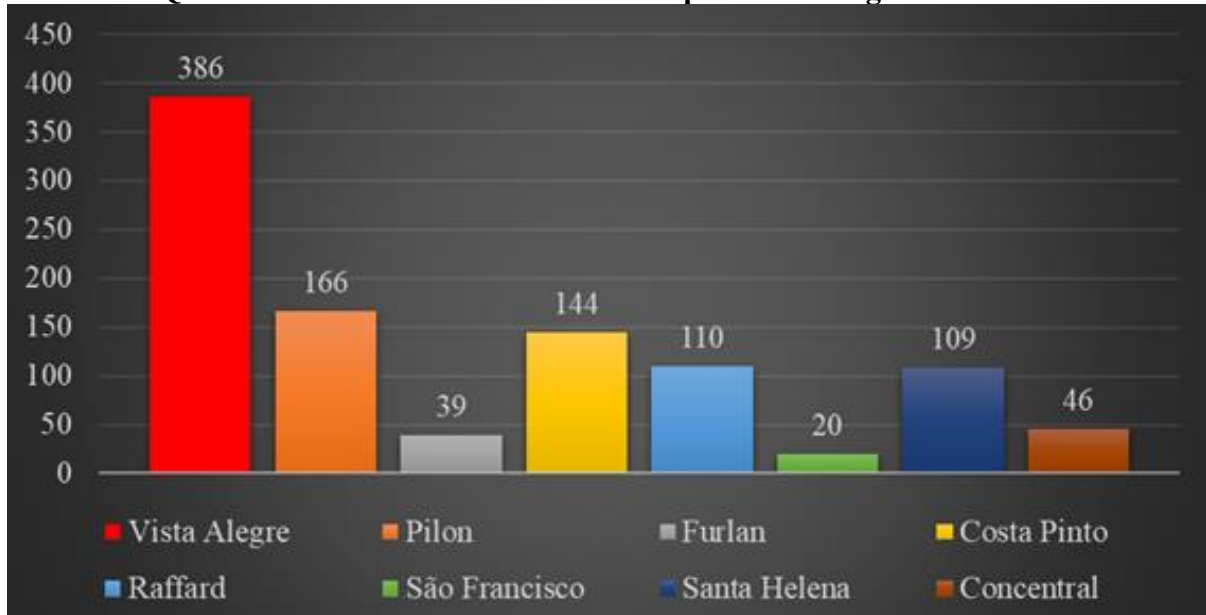
Outras duas usinas que levaram muitos trabalhadores no ano de 2018 foram as usinas Santa Cruz, situada no município de Américo Brasiliense-SP, que recebeu os trabalhadores no mês de junho. A outra Usina foi a Bela Vista, localizada no município de Itapetininga- SP.

No ano de 2018 foram registrados pelo STR de São José de Piranhas um total de 693 trabalhadores da região que foram contratados pelas usinas paulistas, dentre esses 154 são do município lócus da pesquisa. Salientando que este número é o que consta segundo os dados do sindicato, podendo variar. O transporte dos mesmos é feito por ônibus locados pelas usinas.

No ano de 2017 não foram encontrados dados referentes a Cosan em nenhum dos sindicatos, apenas dados da Usina Bela Vista, local de destino dos entrevistados desta pesquisa. Neste ano partiram 235 trabalhadores com destino a Itapetininga- SP, no início do mês de maio.

Dessa forma, no gráfico a seguir, constam os números da migração registrados no ano de 2016.

¹⁰ Refere ao gentílico do município de São José de Piranhas-PB, conforme o (IBGE, 2017).

Gráfico 6 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2016

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas e Cajazeiras. Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados do gráfico 6 foram coletados nos 2 sindicatos, sendo que o STR de Cajazeiras contribuiu com os dados referentes as unidades pertencentes ao grupo Cosan, onde constam as unidades: Costa Pinto, Raffard, Santa Helena e São Francisco. Importante salientar que o STR de Cajazeiras apresentou dados muito relevantes do período de 2014 a 2016, sendo que o STR de São José de Piranhas, por ter mais dados contribuiu mais com as informações tratadas no trabalho.

No ano de 2016 os sindicatos registraram um total de 747 trabalhadores que se deslocaram para o corte de cana, segundo as listas enviadas pelas usinas. Neste ano não se tem um total apenas dos migrantes da cidade lócus da pesquisa, esse dado começou a ser registrado em 2018.

Outro ponto importante no gráfico em questão é a presença da usina Pilon, já que este foi o último ano que ela levou trabalhadores da localidade para trabalhar em Cerquillo - SP, cidade de localização da usina. E de acordo com as informações obtidas nos sindicatos, essa empresa foi uma das mais expressivas contratantes de cortadores de cana-de-açúcar dessa região.

Neste ano a usina Vista Alegre recrutou para Itapetininga 386 trabalhadores que se deslocaram em dois grupos, o primeiro composto por 195 sujeitos que viajaram no mês de maio e o segundo grupo composto por 191 sujeitos que viajaram em junho.

A usina Pilon também atuou de forma semelhante, em abril encaminharam 84 trabalhadores para Cerquillo e em maio levaram mais 82, totalizando 166 sujeitos empregados pela usina.

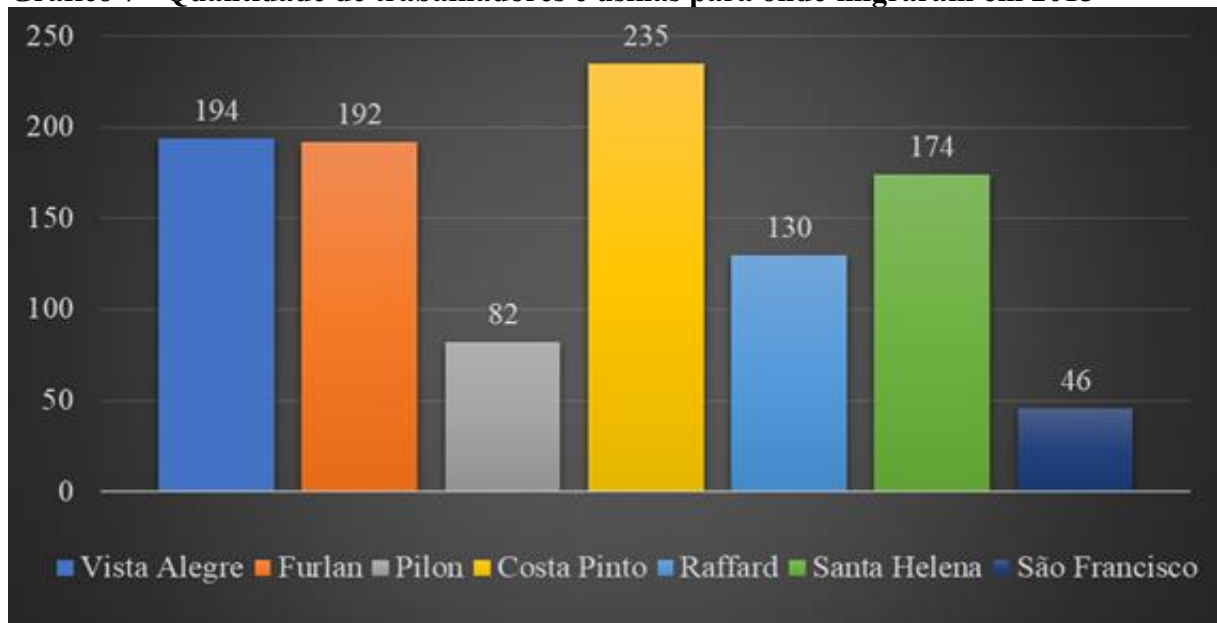
A Concentral foi outra empresa que contratou trabalhadores na região, 46 no total, estes deslocaram-se para a cidade de Laranjal Paulista- SP, durante o mês de março.

A usina Furlan transportou 39 trabalhadores para a cidade de Santa Barbara do Oeste-SP, porém, não se tem dados sobre o mês de saída desses sujeitos.

O grupo Cosan foi responsável pelo deslocamento de 383 trabalhadores, todos deslocaram-se para o Estado de São Paulo no mês de abril, sendo 144 para a Costa Pinto, 110 para a Rafard, 20 para a São Francisco e 109 para a Santa Helena.

No gráfico seguinte, verifica-se um quantitativo dos trabalhadores, como bem as respectivas usinas a quais foram destinados no ano de 2015.

Gráfico 7 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2015

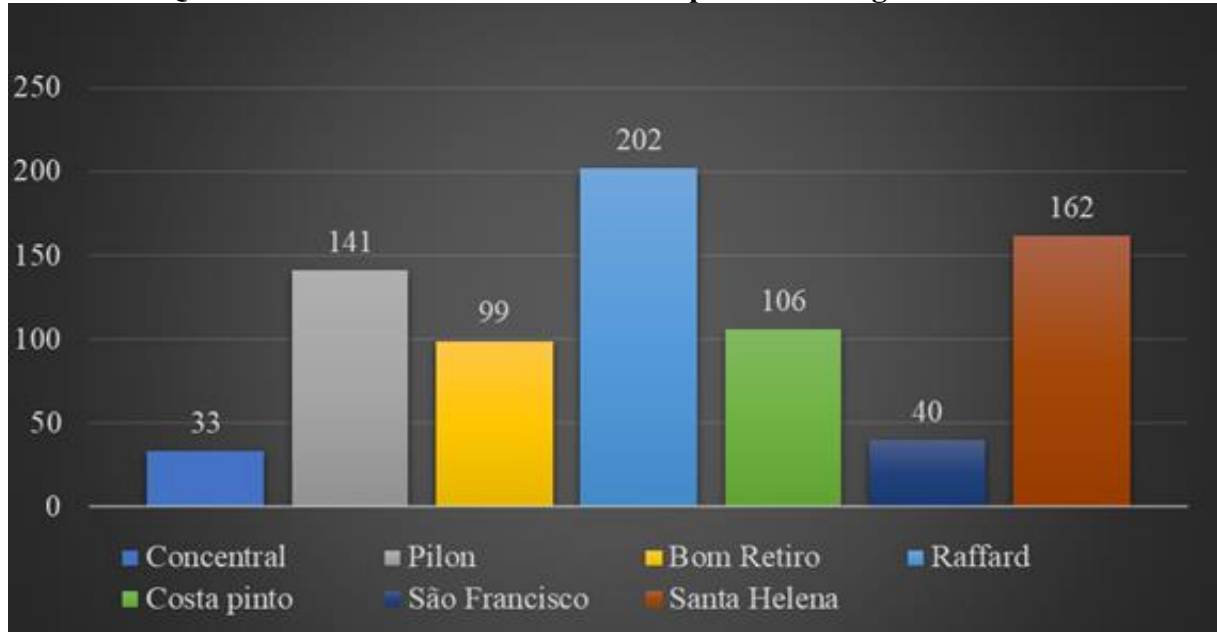


Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas e Cajazeiras. Elaborado pelo autor, 2018.

No ano de 2015 migraram segundo dados dos dois sindicatos, um total de 1053 trabalhadores, sendo 194 para a usina Vista Alegre em maio, 192 para a usina Furlan também em maio e 82 para a usina Pilon no mês de abril. O grupo Cosan foi responsável pelo deslocamento de 585 trabalhadores, no qual 130 deslocaram-se para a unidade Raffard no mês de abril, 174 trabalhadores deslocaram-se para a unidade Santa Helena no mês de janeiro, já para as atividades de plantio e cultivo da cana e posteriormente a colheita. Ainda no mês de abril 46 sujeitos migraram para as atividades laborais na unidade São Francisco.

Por fim, a unidade Costa Pinto que foi responsável pelo deslocamento de 235 trabalhadores, a viagem desses sujeitos aconteceu em janeiro deste mesmo ano, com 39 trabalhadores, em fevereiro com 71 e em abril com 125. Os sujeitos que migraram em janeiro e fevereiro, deslocaram-se para as atividades iniciais do cultivo da cana e ficaram posteriormente para a colheita.

Gráfico 8 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2014



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas e Cajazeiras. Elaborado pelo autor, 2018.

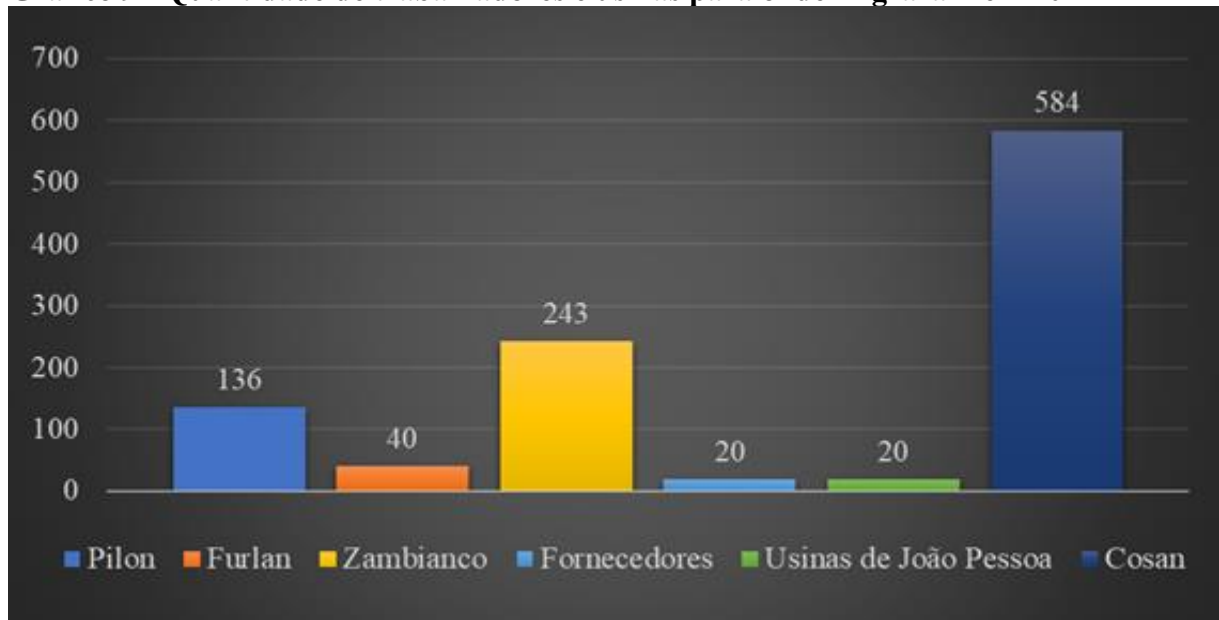
No ano de 2014 os documentos apontam 7 usinas como destino dos migrantes. Dados sobre as usinas Vista Alegre e Furlan não foram encontrados, porém, neste ano teve a atuação de mais uma usina pertencente ao grupo Cosan, a Unidade Bom Retiro. Neste ano essa unidade contratou 36 trabalhadores que viajaram no mês de janeiro e mais 63 que viajaram em maio, totalizando 99 cortadores que se dirigiram para o município de Capivarí-SP. A unidade Costa Pinto contratou 08 funcionários que viajaram em fevereiro e 98 que se deslocaram em maio, totalizando 106 trabalhadores. A unidade São Francisco transportou 40 migrantes em fevereiro. A unidade Santa Helena transportou 40 sujeitos em fevereiro e mais 122 em maio, totalizando 162 cortadores e por fim a unidade Rafard contratou 80 funcionários que viajaram em fevereiro e mais 122 em maio, somando um total de 202 sujeitos. Sendo assim, o grupo Cosan foi responsável pela contratação de 609 cortadores de cana.

As demais empresas foram a Pilon, que contratou 141 trabalhadores que viajaram no mês de maio e a Concentral que contratou 33 sujeitos que migraram no mês de maio. De acordo

com os documentos o ano de 2014 teve um total de 783 trabalhadores contratados pela agroindústria canavieira paulista. Os dados do STR de Cajazeiras só existem até esse ano, portanto, todos os dados expostos a seguir são unicamente do STR de São José de Piranhas.

Sobre o ano de 2013 não foram encontrados dados o suficiente para elaborar um gráfico, o único documento encontrado foi da usina Furlan que contratou 48 cortadores neste ano, sendo que nem o mês do recrutamento foi relatado no documento. Embora em registro só conste esses números sobre 2013, é muito provável que esse número seja bem maior, todavia faltam provas concretas para afirmar com segurança essa expectativa.

Gráfico 9 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2012



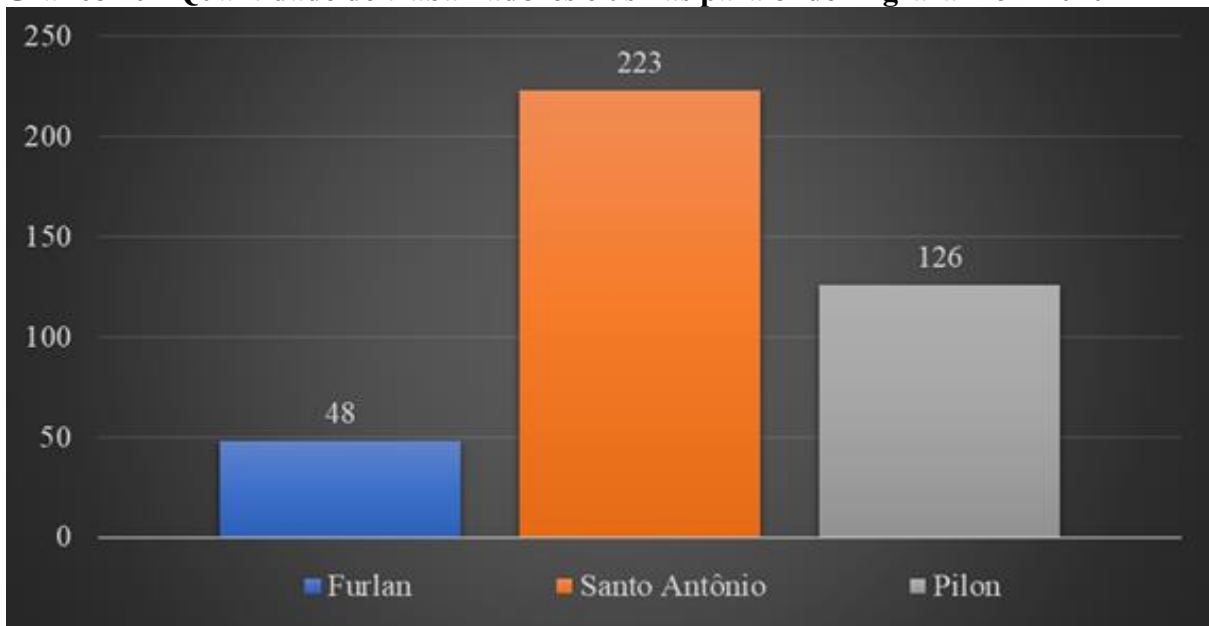
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor, 2018.

Os dados de 2012 mostram um número que se aproxima das demais safras, 1023 trabalhadores migraram neste ano para a colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, e 20 migraram para usinas canavieiras de João Pessoa-PB.

Neste ano os detalhes são bastante escassos, não se tem os meses em que aconteceram as viagens dos sujeitos rumo ao Sudeste. Com relação ao grupo Cosan, os dados adquiridos pelo STR sobre esse ano de 2012 foi a partir de documentos em posse dos turmeiros, sabe-se que esse grupo transportou 584 trabalhadores, no entanto, não se tem uma divisão mais detalhada da quantidade por cada unidade produtora. Nesse ano usinas como Pilon e Furlan já figuravam como duas grandes usinas muito presentes na contratação anual desses trabalhadores. E em 2012 é o último ano que se tem registro da usina Zambianco, que contratou 243 cortadores para laborarem no município de Laranjal Paulista-SP.

No que tange ao ano de 2011, também não foram encontrados dados sobre as migrações nessa localidade. Nem mesmo de uma única usina, o que se sabe é que a Pilon neste ano contratou trabalhadores, isso pode ser confirmado por algumas procurações encontradas no STR, embora que dados como quantidade e mês de saída inexistem nesse documento, o que se pode afirmar mais uma vez é que muito provavelmente esse número seja bem expressivo, e infelizmente provas documentais não foram encontradas para confirmar essa hipótese.

Gráfico 10 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2010

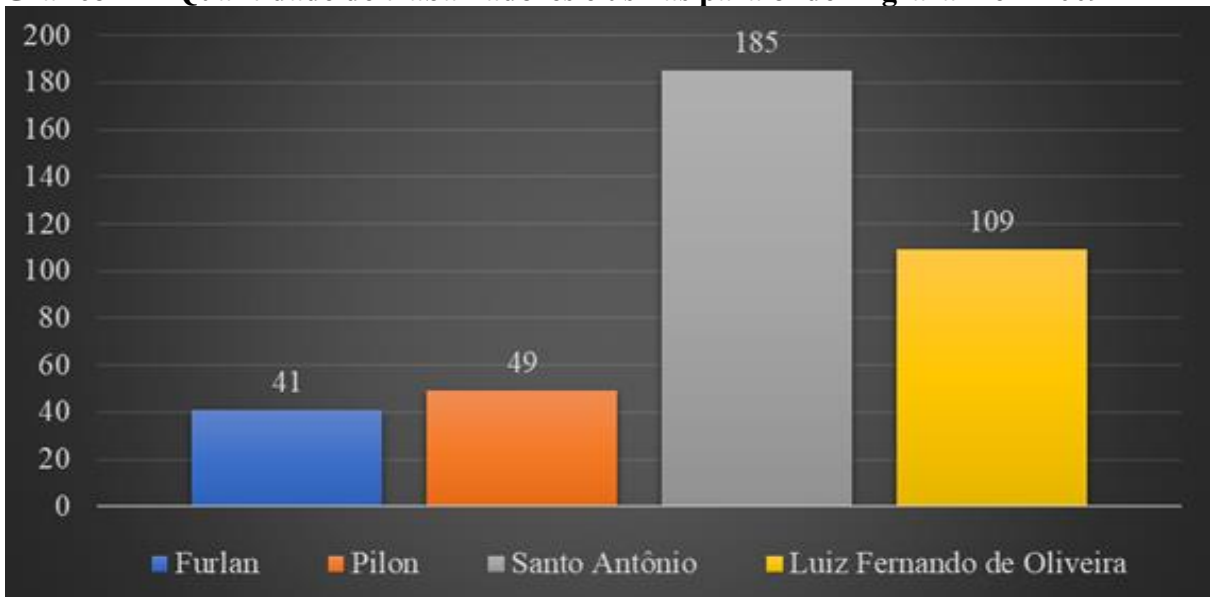


Fonte: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor, 2018.

Sobre o ano de 2010 se tem registro apenas de 3 usinas que são elas: Furlan, que contratou 48 trabalhadores, estes se deslocaram no mês de abril, a usina Santo Antônio, que transportou 223 trabalhadores para o município de Sertãozinho- SP, sobre essa usina não foi encontrado o mês de saída dos migrantes. A terceira usina é a Pilon, que contratou 126 trabalhadores, estes viajaram no mês de abril.

Nesse mesmo ano de 2010 outra empresa canavieira também contratou trabalhadores por intermédio do STR de São José de Piranhas, a Agrovale, empresa localizada em Juazeiro-BA, contratando 88 sujeitos que migraram no mês de abril para a colheita da cana-de-açúcar.

Gráfico 11 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2009



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor, 2018.

Em 2009 foram contratados 384 cortadores com acompanhamento do STR de São José de Piranhas. Desses, a usina Furlan transportou no mês de abril um total de 41 trabalhadores para a colheita da cana, enquanto a usina Pilon transportou 49 cortadores no mês de abril, a usina Santo Antônio transportou 185 migrantes para o município de Tietê-SP no mesmo mês, e por fim a empresa Luiz Fernando de Oliveira, que foi responsável pela contratação de 109 cortadores para o município de Cesário Lange- SP, também no mês de abril.

Gráfico 12 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2008



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor, 2018.

Em 2008 migraram para as atividades laborais na colheita da cana um total de 401 trabalhadores, sendo que todos migraram no mês de abril. Desse total, 50 migrantes se dirigiram

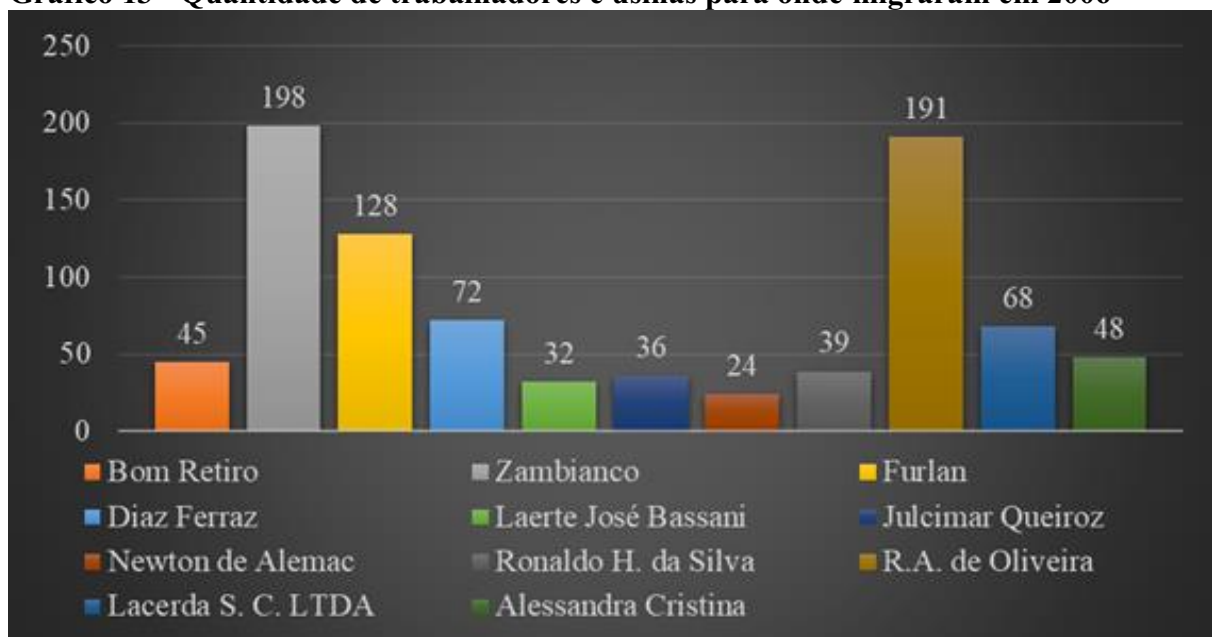
para a Furlan em Santa Barbara do Oeste, 93 trabalhadores se dirigiram para a Cesário Lange, para trabalhar no corte da cana da empresa Luiz Fernando Oliveira e a Pilon foi a usina que mais transportou migrantes neste ano, com um total de 258 cortadores que migraram para o município de Cerquilha.

Sobre o ano de 2007 os dados são escassos quanto aos detalhes. Consta no STR municipal de São José de Piranhas, que 6 empresas contrataram trabalhadores locais para a colheita da cana e são elas: R.A. de Oliveira, empresa localizada no município de Rio das Pedras-SP; F. Rosângela S. Andrade, localizada no município de Rio das Pedras-SP, que transportou trabalhadores no mês de março; Dias Ferraz, localizada em Capivari-SP que contratou seus trabalhadores no mês de abril; Luiz Fernando Ravangnani, localizada em Santa Bárbara do Oeste que transportou trabalhadores no mês de março e Usina Zambianco que transportou seus trabalhadores no mês de maio. A única empresa que consta a quantidade de trabalhadores contratados foi a usina Santo Antônio, com um número expressivo de 216 cortadores, sendo transportados no mês de maio.

Salientando que em 2007 o STR de São José de Piranhas tinha em seu acervo ainda poucos arquivos, apenas as procurações enviadas pelas usinas, o acervo rico que se encontra hoje foi fruto de muito trabalho por parte do STR para reuni-lo a partir de 2008.

Os dados do STR sobre os cortadores que migram para a colheita da cana-de-açúcar existem até o ano de 2006, onde os dados podem ser verificados no gráfico 13.

Gráfico 13 - Quantidade de trabalhadores e usinas para onde migraram em 2006



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas. Elaborado pelo autor, 2018.

De todos os anos trabalhados acima, o ano de 2006 é o ano com o maior número de empresas contratantes dos cortadores de cana locais, são 11 no total, com um número de 881 trabalhadores que se deslocaram para o Sudeste.

A usina Bom Retiro levou neste ano 45 trabalhadores no mês de maio, a usina Zambianco recrutou no mesmo mês 198 trabalhadores, a usina Furlan foi responsável pela migração de 128 trabalhadores no mês de abril, já a empresa Dias Ferraz foi responsável pela migração de 72 cortadores de cana no mês de maio, a empresa Laerte José Bassani, localizada no município de Santa Bárbara do Oeste-SP, contratou um total de 32 trabalhadores, a empresa Julcimar Queiroz transportou também para o município de Santa Bárbara do Oeste 36 sujeitos no mês de maio. A sétima empresa do gráfico, a Newton de Alemac foi responsável por levar um total de 24 trabalhadores também no mês de maio, a empresa Ronaldo de H. da Silva levou no mês de abril um total de 39 sujeitos, a empresa R. A. de Oliveira levou um total de 191 trabalhadores no mês de maio, a Lacerda S. C. LTDA levou no mês de abril um total de 68 sujeitos, e por fim a empresa Alessandra Cristina foi responsável pela migração de 48 trabalhadores no mês de maio.

Ao analisar os gráficos e informações contidas nos documentos é perceptível a grande vulnerabilidade do município lócus desta pesquisa através da grande potencialidade em ceder mão-de-obra para agroindústria canavieira paulista. Percebe-se também que a quantidade de empresas que contratavam os trabalhadores dessa região foram diminuindo gradativamente ao longo dos anos, e hoje predominam a maiores agroindústrias como recrutadoras desses trabalhadores.

Logo, tendo em vista os dados obtidos e colocados anteriormente, verifica-se que o município de São José de Piranhas se mantém como área que disponibiliza grande quantidade de trabalhadores para a agroindústria canavieira paulista. E por ainda não possuir mecanismos capazes de possibilitar a permanência desses sujeitos na terra, vislumbra-se na migração uma saída para a reprodução das condições de sobrevivência das famílias no lugar. No próximo ponto, será abordado as peculiaridades desse fenômeno no município em questão, bem como dos seus trabalhadores migrantes.

3.3 Fluxos migratórios em São José de Piranhas-PB

O município de São José de Piranhas -PB está entre os que mais expulsam migrantes com direção ao corte de cana, juntamente com outros municípios como Cachoeira dos Índios; Bom Sucesso; Cajazeiras; Cajazeirinhas; São José de Caiana; Sousa; Juru; Princesa Isabel e

Tavares, isto de acordo com o “Dossiê 2001-2003: rota da mobilidade humana para o interior paulista”, publicado pela Pastoral dos Migrantes do município de Guariba- SP (MENEZES e SILVA, 2007).

São José de Piranhas (mapa 01) é um Município situado na Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, na Região intermediária de Sousa-Cajazeiras com área de 677,305 km² e população estimada pelo IBGE (2018) em aproximadamente 20. 053 habitantes, sua densidade demográfica é de 29,60 hab./km².

No tocante a distribuição da população no território municipal, os últimos dados são do Censo de 2010 quando a população total era de 19.096, e possuía 10.795 habitantes na cidade e 8.301 pessoas morando na zona rural, com 49,9% da população total composta por homens e 50,1% por mulheres. Quanto a religião tem-se a Católica Apostólica Romana como principal religião do município seguida pela Evangélica, pessoas sem religião, Testemunhas de Jeová e outras religiões.

Em 2015 a economia do município baseava-se principalmente no setor de serviços, seguido por agropecuária e indústria. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹¹ do município é de 0,591 de acordo com o Censo de 2010, considerado baixo, porém bem próximo do índice considerado médio que é a partir de 0,600, no mesmo ano o IDH do Brasil foi de 0,699. A população de 15 anos ou mais considerada analfabeta girava em 2010 em torno de 25% no município.

Em âmbito social o município apresentava de acordo com dados do IBGE de 2003 que a incidência de pobreza naquele ano era de 52,75%, o índice de GINI municipal era de 0,42. Sobre o rendimento dos grupos familiares, o IBGE constatou que no ano de 2010, um percentual de 846 do total de 5.369 famílias viviam com no máximo 1,5 salários mínimos. O Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010 era de 48,8%. Quanto ao uso do solo, 82 estabelecimentos possuem lavouras permanentes, enquanto em 1.419 as lavouras são temporárias, e produzem basicamente os produtos básicos da subsistência do grupo familiar como verduras, frutas e legumes.

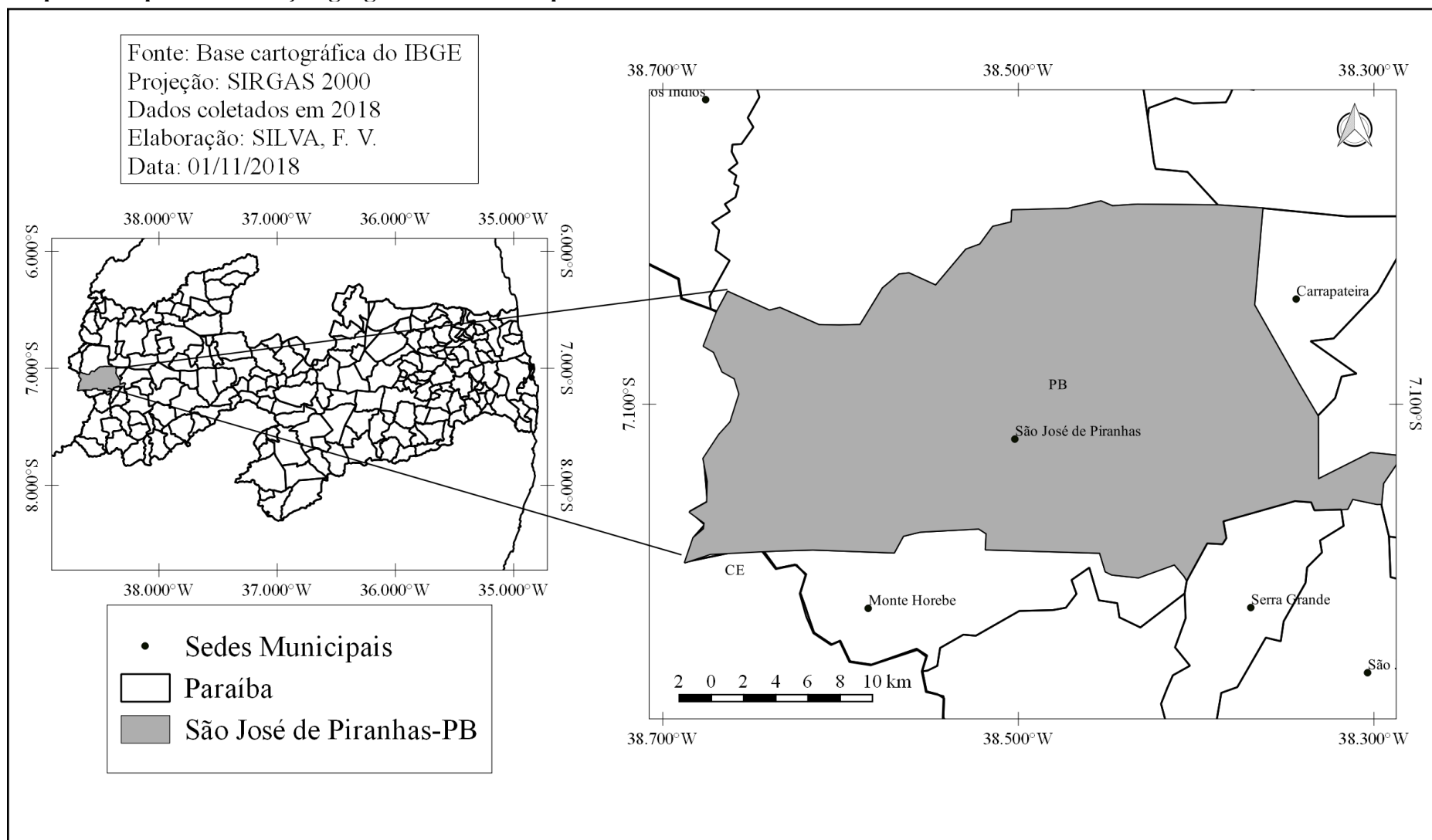
Devido à grande dificuldade das condições de obtenção de trabalho e renda que possibilite a reprodução das condições de sobrevivência do grupo familiar no município, grande parte dos trabalhadores do sexo masculino são obrigados a migrarem anualmente para cortar cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro, mais precisamente no estado de São Paulo todos os anos.

¹¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, de acordo com a (SPGG, 2018).

É uma prática sofrida segundo eles, de muitas incertezas, sendo a certeza só as dificuldades e as saudades da família que fica.

Sendo assim, por ser o município lócus desta pesquisa, buscou-se entender como acontece essa migração no município. Utilizando-se de uma série de metodologias que envolvem a participação direta dos cortadores, somado a pesquisa participante e envolvimento de sindicatos foi possível esmiuçar o panorama desse fenômeno no município.

Mapa 1 - Mapa de localização geográfica do município de São José de Piranhas-PB



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

As entrevistas foram realizadas inicialmente com 30 cortadores de cana, todos residentes no município, onde foram feitos 25 questionamentos aos mesmos sobre a atividade. No momento da partida (imagem 5) para o estado de São Paulo, no mês de maio de 2017 em São José de Piranhas.

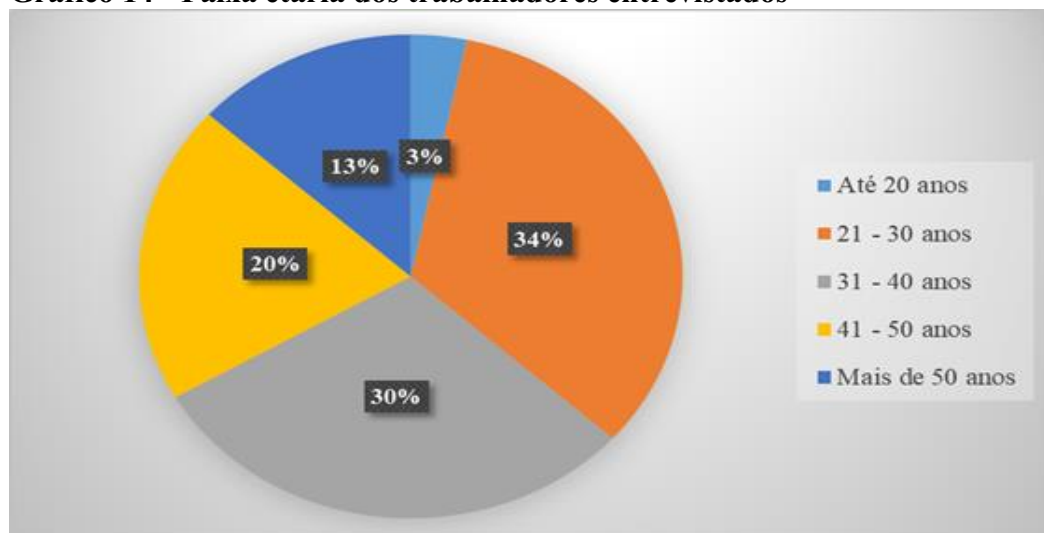
Imagem 5 - Momento da partida dos trabalhadores rumo ao estado de São Paulo



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Os dados estão representados mais adiante, iniciando pela faixa etária dos sujeitos, como visto no gráfico 14.

Gráfico 14 - Faixa etária dos trabalhadores entrevistados

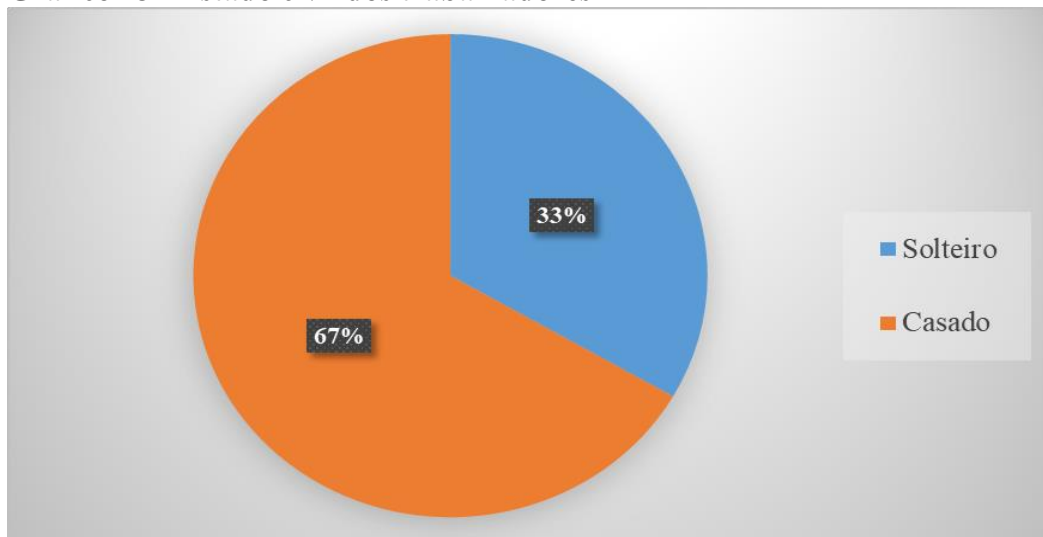


Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

A faixa etária dos sujeitos apresentou-se bem variada, mostrando que apenas 4% dos trabalhadores têm menos de 20 anos de idade e 13% para trabalhadores com mais de 50 anos. Na maioria das vezes se inicia muito cedo nessa atividade, seja por influência de familiares e amigos, seja pela própria necessidade pessoal e familiar ou até mesmo desejo de adquirir bens materiais mais improváveis de serem adquiridos no lugar de origem. O fato é que o corte de cana-de-açúcar possibilita a esses trabalhadores condições, mesmo que com muito sofrimento de melhoria de vida sua e de seus familiares.

Apesar da grande variedade de faixa etária observou-se o predomínio de trabalhadores experientes. Deve-se levar em conta que os veteranos já têm muitas safras trabalhadas, são velhos conhecidos das usinas e que ainda precisam migrar para manter o sustento da família, já que a grande maioria dos entrevistados são casados, como mostra o gráfico 15 e possuem filhos, como visto mais adiante no gráfico 16.

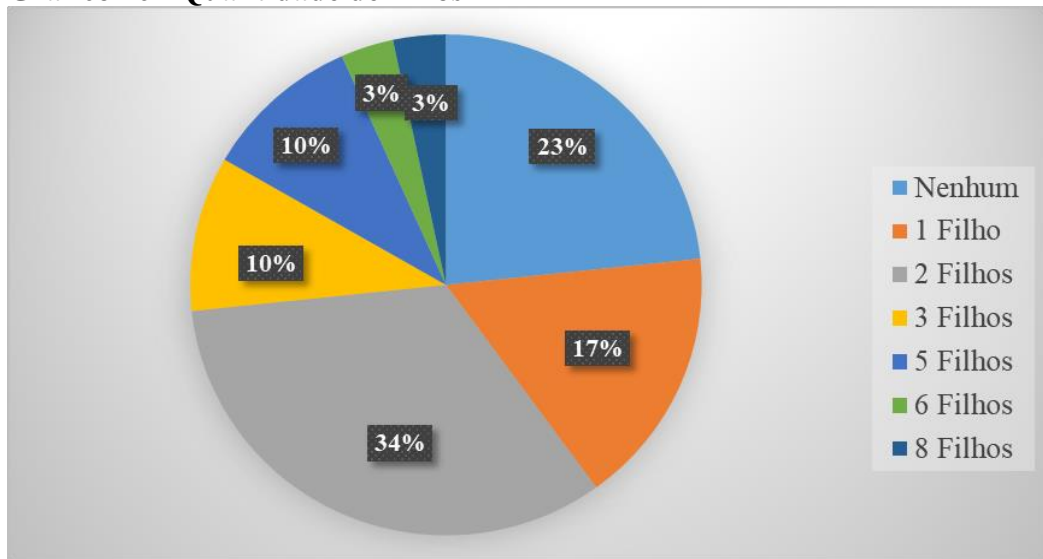
Gráfico 15 - Estado civil dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

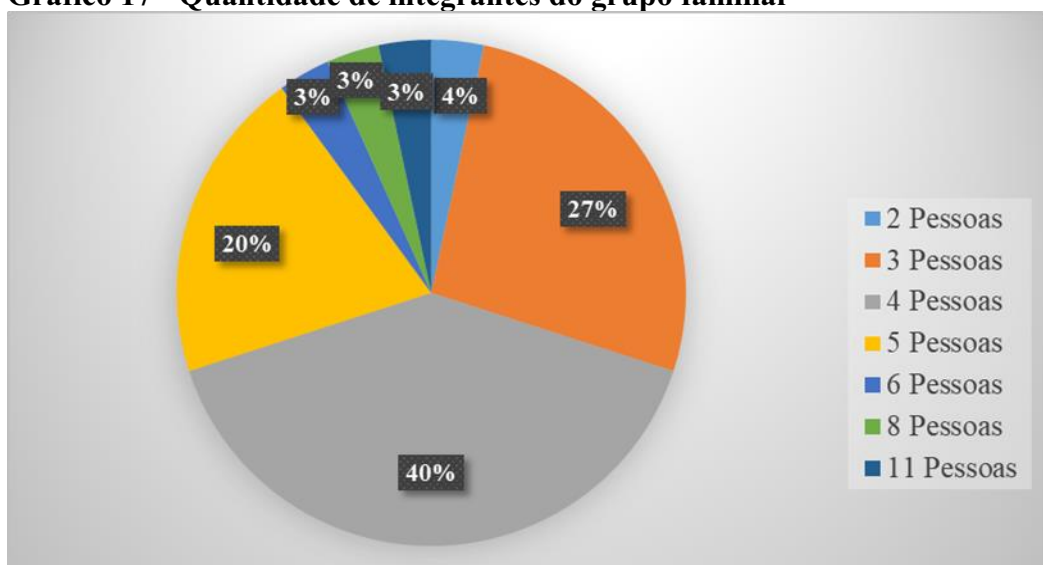
Dos entrevistados, um percentual de 67% é casado e chefe de família, portanto é o principal responsável pela obtenção de renda que irá assegurar o sustento do grupo familiar. É evidente, que essa responsabilidade de ajudar no sustento do lar não cabe apenas aos trabalhadores casados, visto que os trabalhadores solteiros também visam ajudar os familiares com o dinheiro adquirido na safra, além de adquirir poder de compra para a obtenção de determinados bens materiais.

No gráfico 16 será visto o percentual de trabalhadores que possuem filhos.

Gráfico 16 - Quantidade de filhos

Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Ao analisar o gráfico 16 percebe-se que apenas 23% dos entrevistados não possuem filhos, enquanto que 77% são pais de família, o que de certa forma aumenta a responsabilidade desses sujeitos de suportar as dificuldades dos meses de safra no corte de cana-de-açúcar. Todavia, muitos dos trabalhadores tem agregado ao grupo familiar algum outro integrante da família, sejam pais, irmãos, entre outros, como também os que moram na casa dos pais juntamente com a esposa e filhos, como mostra o gráfico 17, sobre a quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar de cada entrevistado.

Gráfico 17 - Quantidade de integrantes do grupo familiar

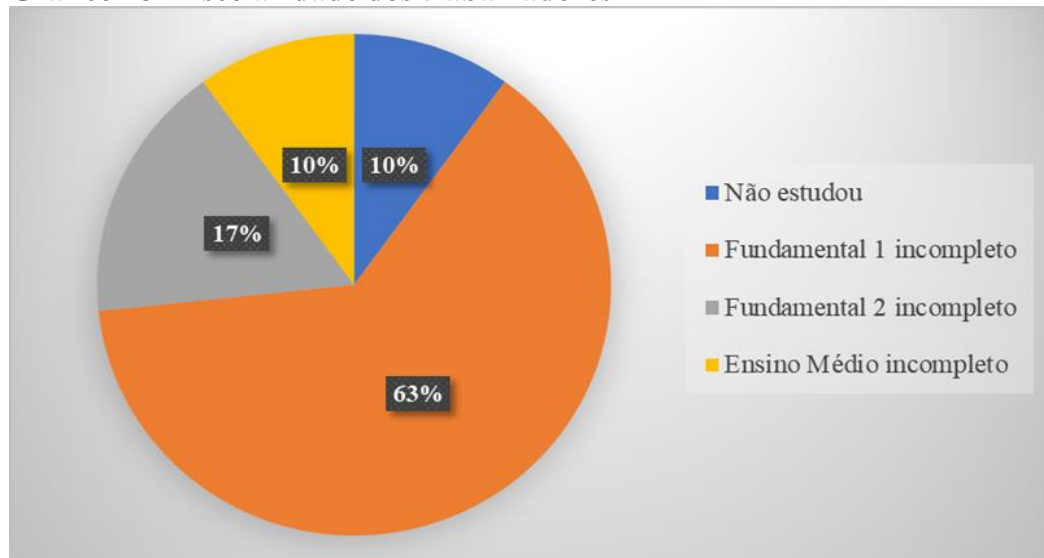
Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Como visto apenas 4% dos trabalhadores tem o seu grupo familiar composto por apenas 2 pessoas, sendo que foi afirmado a existência de grupos familiares de 8 ou até mesmo 11 pessoas.

Outro dado de bastante relevância para a pesquisa é que 50% dos entrevistados, ou seja, 15 trabalhadores residem no campo, e os outros 50% moram na cidade. Grande parte deles são oriundas da zona rural, e com ela mantém muitos vínculos, já que deixaram familiares ou até mesmo pequenos pedaços de terra na qual trabalham até os dias de hoje quando não estão migrando. Explicam essa mudança do campo para a cidade pela facilidade e necessidade de acesso a serviços como: escola para seus filhos, acesso a igrejas, saúde, praças e aos demais atrativos que a cidade disponibiliza.

O baixo grau de escolaridade é outra característica marcante desses trabalhadores que migram para o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, como será visto mais adiante no gráfico 18.

Gráfico 18 - Escolaridade dos trabalhadores



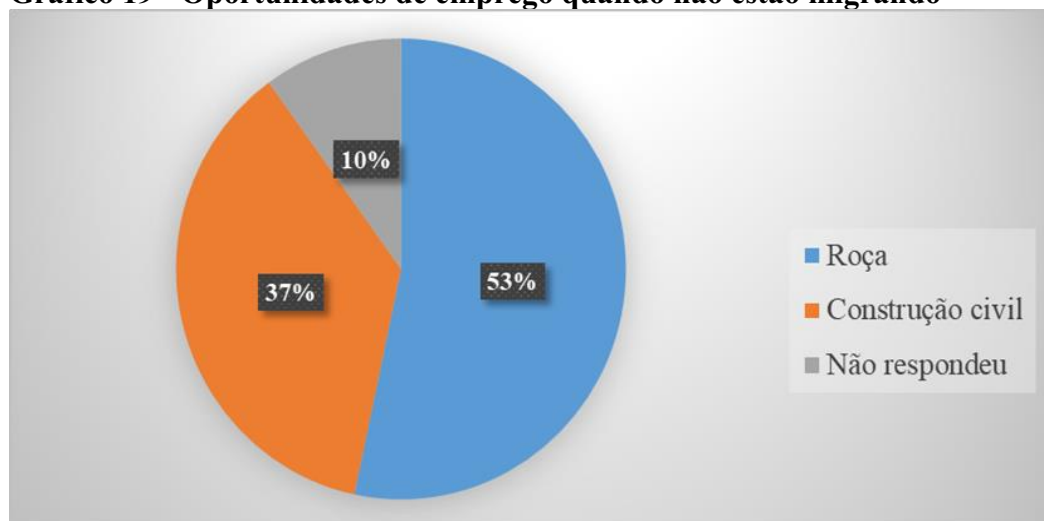
Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

A escolaridade vem reforçar ainda mais o perfil do migrante cortador de cana, trabalhador pobre e de baixo nível escolar. Como se vê, 10% nunca frequentaram a escola, e só sabem assinar o próprio nome, dos demais, 63% não concluiu o ensino fundamental 1 que vai até o 5º ano, antiga 4ª série. Segundo relatos dos mesmos, estudaram até a 2ª ou 3ª série, e afirmaram não terem domínio sobre a leitura ou escrita. Já 17% deles chegaram ao fundamental II, que vai do 6º ao 9º ano, porém não o tendo concluído. Apenas 10% dos entrevistados, ou seja 3 dos 30 totais chegaram ao ensino médio, mas também não concluíram.

Quando indagados sobre o motivo da evasão escolar a resposta foi quase que unânime, “tinha que trabalhar para ajudar em casa”. Isso vem a somar aos fatores que fragilizam esse trabalhador, e se refletem em poucas oportunidades de trabalho em que podem ingressar, das poucas opções o trabalho duro no roçado ou migrar anualmente para cortar cana, assim é a realidade difícil e sofrida de muitos migrantes piranhenses, como a dos demais oriundos de outras localidades, como bem afirma Alves (2007). São trabalhadores que amargam o dilema da escolha entre a enxada e o facão, como aponta Novaes (2009).

Dados do IBGE apontam que no município em questão apenas 5% dos trabalhadores possuem empregos formais, o que vem a reafirmar as poucas oportunidades de acesso ao trabalho no município. A frequência das secas no Nordeste, somado a falta de opções para obtenção de renda, cria um efeito dominó em conjunção com a falta de trabalho, seja para o serviço no roçado ou na construção civil que são as únicas oportunidades de atividades relatadas pelos sujeitos quando não estão cortando cana, como mostra o gráfico 19.

Gráfico 19 - Oportunidades de emprego quando não estão migrando



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Como visto as atividades no roçado são a principal fonte de renda desses trabalhadores durante a entressafra, seguida pela construção civil. Essas atividades, não se apresentam como fonte de renda permanente, ou de remuneração comparada ao corte de cana, sendo insuficientes para a permanência dos sujeitos na sua terra natal.

Quando perguntados se desenvolvem essas atividades no período da entressafra 53% dos trabalhadores afirmaram trabalhar no roçado, 37% desenvolvem atividades na construção civil e 10% não responderam se desenvolvem alguma atividade remunerada ao regressar da colheita da cana.

Um dos entrevistados, o senhor Antônio (2017), relata: “Além da construção civil, tem outros serviços, mas só que num dão né? Não compensa o caba trabalhar, aí o jeito que tem é o caba ir pra fora mermo num tem jeito não”.

Outro entrevistado, Adriano (2017) diz “A maioria é ajudante de pedreiro, faço muito serviço de pedreiro também mas tá difícil, não tem água também né”.

Vale salientar que ambas as atividades são dependentes das condições naturais principalmente da disponibilidade hídrica. Ao levar em conta a seca vigorosa enfrentada pelo Nordeste até o ano das entrevistas (2017) e a crise hídrica enfrentada pelo município, no qual foram feitos muitos racionamentos, percebe-se que essas atividades ficam escassas pela falta de água.

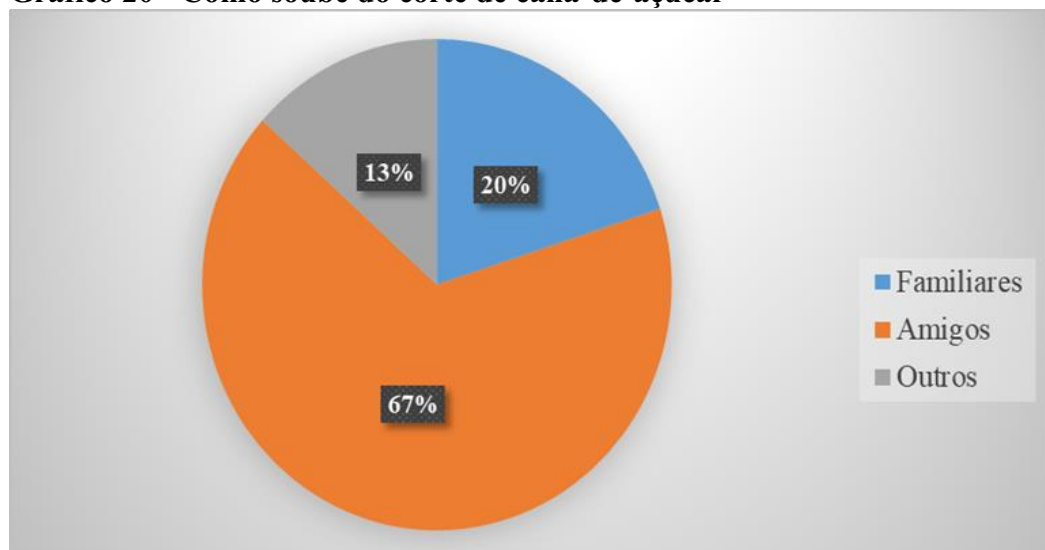
Todos os entrevistados foram diretos e convictos quando questionados sobre o real motivo de estarem migrando, “aqui não tem ganho”, 100% deles afirmaram que a falta de trabalho e renda impossibilita a permanência no lugar. Menezes e Silva (2007) são convictos ao afirmar ser o trabalho, ou a falta dele o principal motor das migrações no Brasil.

O migrante Antônio (2017), quando indagado sobre o motivo da viagem responde:

Rapaz, é a precisão do caba aqui né? Se tivesse serviço o suficiente aqui o caba podia ficar por aqui né? Mas, você sabe como que é né, o Nordeste é difícil, quando chega nesse tempo mermo o caba tem que ir mermo de um jeito ou do outro, mais o caba tem que ir.

No gráfico 20 será visto de onde vieram as primeiras informações que esses trabalhadores tiveram sobre o corte de cana-de-açúcar.

Gráfico 20 - Como soube do corte de cana-de-açúcar



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Como pode ser visto os amigos se destacam como primeira fonte de informação que os entrevistados tiveram sobre a atividade, em seguida vem os familiares e por último outras fontes.

A pesquisa revelou também que na maioria das famílias dos migrantes outros parentes já viajaram ou ainda viajam, e isso acaba sendo fato muito comum no município. Um total de 93% dos sujeitos alegou ter parentes que viajam ou já viajaram para essa atividade.

É comum viajarem juntos irmãos, muitas vezes juntamente com os pais, primos e outros parentes. Essa atividade mexe com o núcleo familiar de forma intensa. Como visto no gráfico acima, uma maioria massacrante dos entrevistados têm ou já teve familiares que trabalham ou trabalharam no corte de cana-de-açúcar, como é o caso do migrante Gilmar, que afirmou que em sua família, são sete irmãos e apenas um deles nunca viajou para cortar cana. Foi muito comum durante as entrevistas encontrar pais e filhos, irmãos, primos, cunhados que estavam a caminho do corte de cana.

Martins (1986) esclarece que ao sair, o migrante passa para a mulher, filhos ou amigos as funções antes desempenhadas por ele, seja, no roçado, na criação dos animais, ou na própria organização das funções do grupo familiar.

Durante entrevista com o senhor João, o mesmo falou sobre a questão da inserção dos filhos nessa atividade quando os mesmos crescem. Segundo ele a expectativa de futuro que os pais enxergam para seus filhos é pessimista devido à falta de outras oportunidades, isso dificulta a expectativa de um rumo diferente. Segundo ele:

Algum filho seu já foi?

João - Não, nunca foi não.

Quando seus filhos eram pequenos você esperava que eles fossem para o corte de cana?

João – A gente pensa né, esperava que sim, é a única coisa que tem.

(Entrevista realizada com João, São José de Piranhas, setembro de 2018)

Do grupo, 93% dos entrevistados já são veteranos no trabalho com a cana, enquanto apenas 7%, ou seja, 2 integrantes, justamente os dois mais jovens são os iniciantes.

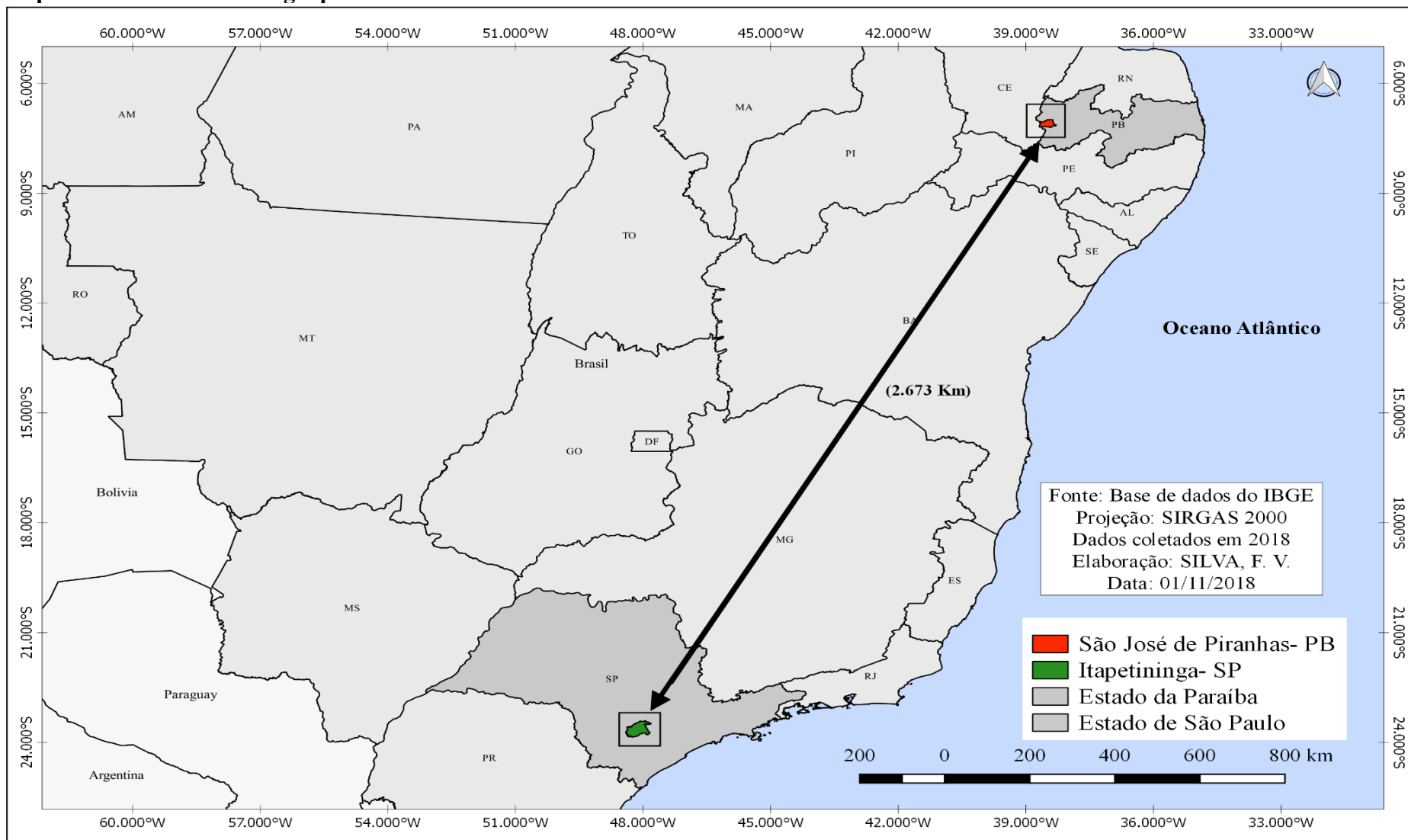
Dos entrevistados, um total de 97% afirmaram não gostar desse trabalho e só migram por que não há outras oportunidades de trabalho no município que os possibilite permanecer, 93% deles afirmaram que até buscam outros meios, porém não há, e 7% deles afirmaram nem procurar trabalho no período da entressafra pois já sabem que não tem, sendo o corte de cana sua principal fonte de renda como disse Jonas (2017) “Eu corto porque não tem outro meio, na falta vai esse mesmo. Não procuro outra coisa não”.

Os sujeitos entrevistados se dirigiam para o município de Itapetininga-SP (Mapa 2), município este que é um grande produtor de cana-de-açúcar, e uma de suas principais usinas é a Vista Alegre. O mapa 2 traz uma noção da distância aproximada do menor trajeto percorrido por esses sujeitos segundo dados do Google Maps. A seta de duas pontas indica fluxos nos dois sentidos, origem e destino.

O município de destino do grupo pertence a Região metropolitana de Sorocaba-SP, e fica a 168 Km da capital São Paulo- SP. Tem população estimada para 2018 de 162.231 habitantes, e possui um percentual de 24,1% de sua população economicamente ativa ocupada em trabalho formal. Tem como seu principal produto agrícola a cana-de-açúcar, produzindo em 2017 um total de 652 mil toneladas, em uma área de 8.150 hectares, o que demonstra a importância dessa cultura no município.

No que se refere a conhecer as condições de trabalho, verificou-se que os entrevistados veteranos, por terem ido muitas vezes já tenham se acostumado, e assim passam para os novatos algumas informações que serão pertinentes. De acordo com o gráfico, 70% dos pesquisados tem conhecimento, onde apenas 30% dos trabalhadores se dirigiam pela primeira vez para Itapetininga.

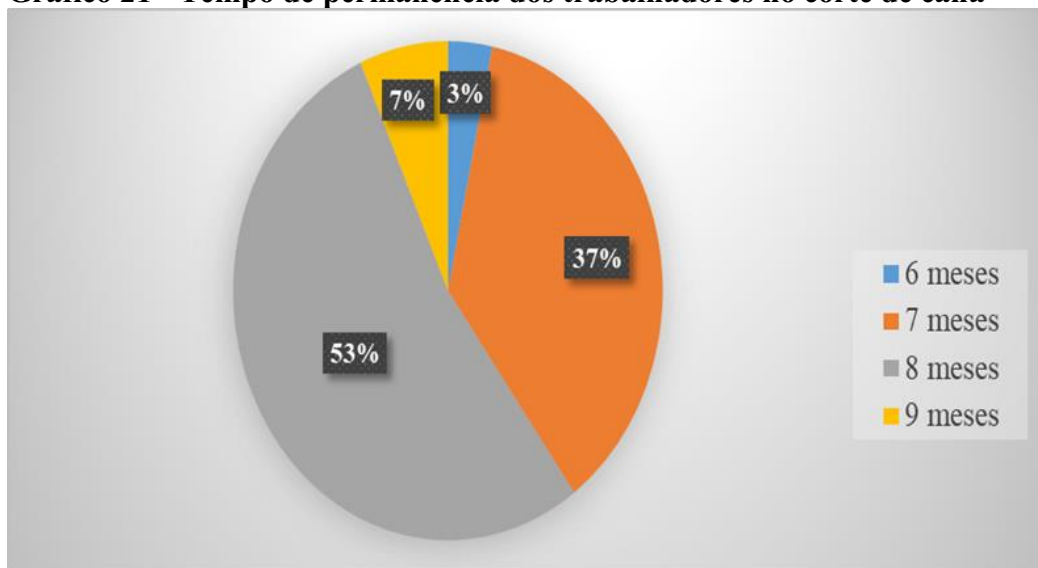
Mapa 2 - Deslocamento do grupo entrevistado



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Quanto ao período de duração das safras, este vem sofrendo mudanças como bem aponta Martins (1986), logo segundo o autor, esse período vem se intensificando ao longo do tempo, de forma que nas últimas décadas do século passado a média que era de 6 meses hoje dura por volta de 8 ou até mesmo 9 meses, como se vê no gráfico 21. Vale ressaltar que esse é o tempo que geralmente passam por lá, uma média geral, levando em conta todas as migrações desses indivíduos, logo o tempo de duração da safra 2017 para esses trabalhadores foi de aproximadamente 8 meses.

Gráfico 21 - Tempo de permanência dos trabalhadores no corte de cana

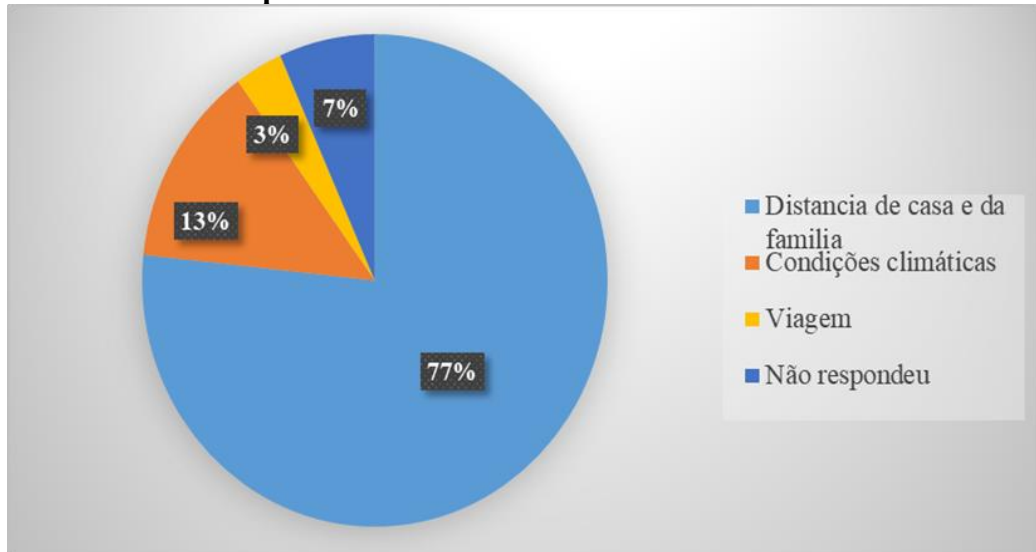


Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

A maior parte dos trabalhadores, ou seja 53% dos entrevistados calculou que passam em média 8 meses na safra da cana, no entanto houve variação de 6 a 9 meses, sendo os relatos de 6 e 9 meses menos comuns se comparado aos trabalhadores que afirmaram passar entre 7 e 8 meses.

O gráfico 22 mostra o que os entrevistados elencaram como as principais dificuldades inerentes a essa atividade.

Gráfico 22 - Principais dificuldades inerentes à atividade canaveira



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Segundo 77% dos trabalhadores a principal dificuldade inerente a esse trabalho é ficar longe de sua terra e de seus familiares, já que na maioria das vezes o restante da família fica no lugar de origem, pois leva-los representaria gastos adicionais com aluguel e outras coisas, visto que ao irem sozinhos ficam em alojamento e evitam esses gastos, o que possibilita mandar mensalmente alguma quantia de dinheiro para as necessidades da família além de ajudar para que possam juntar um pouco de dinheiro. Sobre isso relatou o migrante Camilo (2017) sobre a maior dificuldade dessa atividade, que seria: “saudades da família, trabalho pra mim tanto faz aqui ou lá, nunca tive medo de trabalhar não, mas a saudades da família”. O triste momento das despedidas mostra a tristeza de passar longos meses longe de sua família, do seu lugar, sendo assim verificado no dia em que foi realizada as entrevistas, como mostram as imagens 6 e 7.

Imagem 6 - Despedida entre migrantes e familiares



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Imagem 7 - Despedida entre migrantes e familiares



Fonte: STR de São José de Piranhas, 2017.

Mais uma vez volta-se a falar nos reflexos dessa atividade na estrutura familiar, Martins (1986) revela que esse tempo de ausência é responsável por criar “viúvas de maridos vivos”, outras não se adaptam a essa vida e acabam por separar-se de seus companheiros para viver com outros homens. Existem relatos de casos de pais que conhecem seus filhos com 7 ou 8 meses de vida, pois deixaram suas esposas grávidas ao partirem para São Paulo, conhecendo-os apenas ao retornar. Com isso percebe-se o grande impacto que as migrações causam dentro das relações familiares.

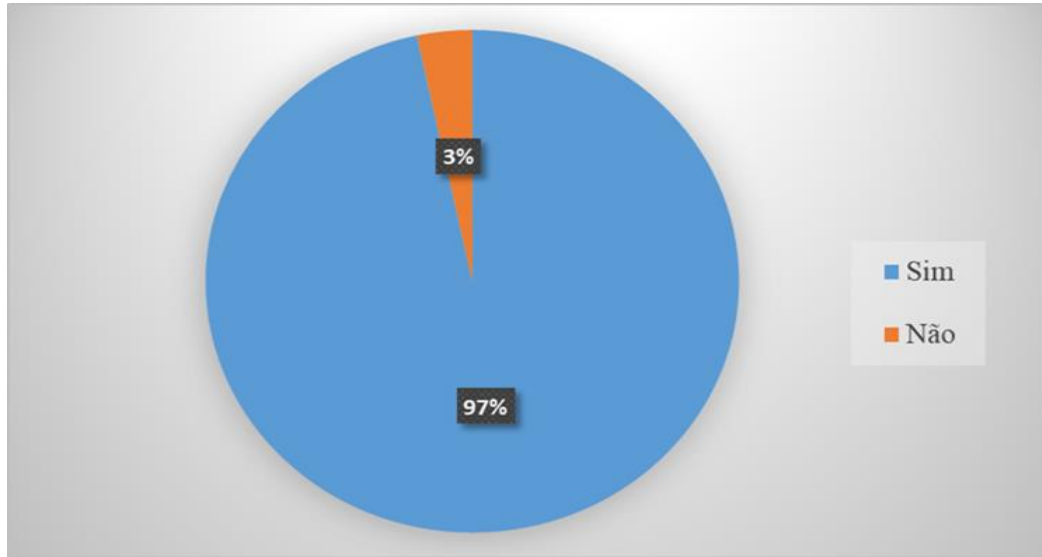
A segunda maior dificuldade elencada pelos trabalhadores dessa atividade está relacionada às condições climáticas. As bruscas mudanças climáticas a que são submetidos esses trabalhadores são muito sentidas pelos mesmos durante a safra. O ato de acordar de madrugada, no frio, para cortar cana, muitas vezes durante a geada como relataram, é um dos principais incômodos, pois é motivo de resfriados, febres, problemas respiratórios e até mesmo pneumonias, acarretando dificuldades para trabalhar e muitas vezes obrigando a perder dias de serviço ou mesmo serem obrigados a voltarem para sua terra como relataram durante as entrevistas. Outra dificuldade elencada foi com relação a viagem que dura entre 2 e 3 dias de ônibus, esta obteve 3% das respostas, e 7% não responderam à pergunta.

Sobre os planejamentos para o uso do dinheiro ganho com a safra, uma maioria de 57% dos entrevistados afirmou já ter planos para o dinheiro que irão ganhar no corte da cana, enquanto 43% deles afirmou só saber o que fazer após retornar a sua terra. Sobre isso, Damiano (2017) respondeu:

Rapaz, não tem (objetivos pré-planejados), porque o dinheiro que a gente traz de lá não dá pro caba praticamente, se fosse chegar lá começar a juntar um pouquim, mas tem que mandar pra família, quando sobra e tem uns pedaço de coisa, tem uma casa, tem um terreno, aí eu quero.

O corte de cana-de-açúcar proporciona a esses sujeitos a possibilidade de obter bens que via de regra são improváveis de serem adquiridos sem que o sujeito migre. Bens como eletrodomésticos, motocicletas, carros, terrenos ou mesmo casas na cidade. Adquirir bens de consumo pode representar o sucesso ou não desses sujeitos nessa jornada, o nível dos produtos comprados cria dentro desse grupo, como bem apontam Menezes e Silva (2007), disparidades de prestígio, pois aqueles que voltam com maior poder de compra, pela lógica, trabalharam mais e, portanto, podem ser considerados campeões de produtividade (NOVAES, 2007).

O gráfico 23 montado a partir da entrevista foi sobre a intenção ou não dos sujeitos de retornar para sua terra, a resposta dos mesmos pode ser observada no gráfico abaixo.

Gráfico 23 - Pretensão voltar a sua terra ao final da safra

Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Como se percebe 97% dos entrevistados afirmaram desejar retornar para sua terra, e apenas 3%, ou seja, apenas 1 dos sujeitos afirmou ter o desejo de ficar por São Paulo, no entanto, só saberia após o fim da safra.

A prática de migrar em definitivo era mais comum nas décadas finais do século XX, quando se intensificou a migração de nordestinos para o corte de cana. Atualmente os sujeitos que desejam ficar em São Paulo após o fim da safra, são os que encontram apoio de familiares e amigos que há tempos migraram com o mesmo propósito e lá se instalaram até os dias de hoje.

Contudo, esse fluxo migratório de trabalhadores é visto pelos sujeitos como algo necessário para a permanência de seus familiares, já que nos períodos de seca as possibilidades de permanência no lugar são agravadas. Dessa forma, o deslocamento de pessoas residentes no município a fim de exercerem atividades relativas ao corte da cana possibilita que as famílias obtenham uma renda, mesmo que pequena, mas consideravelmente maior do que permanecer no lugar sem trabalho e sem condições de produção por meio da agricultura. Essa atividade figura assim como uma estratégia de sobrevivência no semiárido nordestino.

4. A MIGRAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIA: DA RESISTÊNCIA À SUPEREXPLORAÇÃO

A migração temporária se apresenta como solução mais pontual para amenizar a falta de condições de acesso ao trabalho e obtenção de renda que fortaleça e possibilite as condições necessárias para a reprodução do trabalhador e sua família no seu lugar de origem.

Devido a diversos fatores, alheios ou não a sua vontade, esse sujeito acaba por repetir ano após ano esta prática. Contudo, se faz necessário buscar uma real análise se o mesmo possui liberdade ou não para tomar suas decisões.

4.1 Estratégias de sobrevivência no Semiárido paraibano: a migração permanentemente temporária e migração temporária

A sobrevivência no Semiárido nordestino é algo desafiador. Espaço este onde as condições da natureza na maior parte das vezes ainda se sobrepõem às necessidades e a capacidade transformadora do ser humano sobre o meio. Neste espaço, as condições climáticas são fundamentais para a agricultura de subsistência de uma grande parcela da população. Ao se levar em consideração a irregularidade histórica de distribuição pluviométrica, percebe-se o quão difícil é de se produzir em uma agricultura ainda tão dependente das condições naturais. Isto serve para grande parte das demais atividades econômicas desenvolvidas pela população de classe mais baixa e com pouca escolaridade. Um paradoxo, no entanto, ao se comparar com a progressista agroindústria canavieira paulista.

Rodrigues (2016) embasando-se em Manoel Correia de Andrade, aponta que ao serem feitas abordagens a temática da seca, dois aspectos devem ser destacados, o primeiro é a seca atrelada ao fenômeno natural e o segundo seria a questão econômica.

A seca é um fenômeno natural, que não pode ser evitada, ela é frequente como bem mostra a história do Semiárido nordestino. No entanto, partindo para a questão econômica, as secas não figuram como sendo isoladamente a principal causa das condições socioeconômicas desfavoráveis, a que estão submetidos a população que vive nessa porção do território nacional, mas também, a falta de estrutura econômica favorável, o que impossibilita a geração de emprego e renda para a população.

Sobre a estrutura econômica o autor afirma que “essa ausência é fruto de um processo histórico, que reservou à região, na economia nacional, o papel de viveiro de mão-de-obra barata para as áreas dinâmicas do País” (RODRIGUES, 2016). Um dos principais obstáculos

para essa população é o acesso à terra, já que o latifúndio historicamente predominou e predomina a estrutura fundiária dessa região. Pode-se acrescentar a isso a demora, ausência ou ineficiência do poder público em minimizar os efeitos das secas no Semiárido nordestino.

Cover (2011) remonta que fatores como o início do processo de industrialização do Sudeste na década de 1930, juntamente com a crise do algodão e do trinômio gado-algodão-policultura nas décadas seguintes, somado a criação do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960, foram grandes impulsionadores para a intensificação dos fluxos migratórios de nordestinos rumo ao Sudeste.

Ao se falar em estratégias de sobrevivência se faz necessário novamente fazer um breve panorama do município de São José de Piranhas e onde está inserido. Ao se analisar historicamente o espaço lócus da pesquisa, e sua relação com o desenvolvimento dos sujeitos nele residentes Moreira e Targino (1997, p. 19) relatam que:

O espaço agrário paraibano desde o início da colonização portuguesa, tem-se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização, subordinadas inicialmente a interesses do capital mercantil metropolitano e, mais recentemente, aos ditames da valorização do capital industrial e financeiro, não tem como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população.

Através desta contribuição fica claro a necessidade dos trabalhadores residentes neste espaço de buscar alternativas de sobrevivência, evidenciando a importância de migrar temporariamente ou permanentemente.

As principais fontes de renda no município são provenientes do trabalho com a agricultura, comércio, empregos públicos e benefícios como pensões, aposentadorias e programas sociais como o Bolsa Família (COVER, 2011).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Programa Bolsa Família contempla 3.070 famílias, aproximadamente 37,75% da população do município. Esse dado é do mês de agosto de 2018. Esse programa social é um grande paliativo para a população mais carente, visto que 2.979 famílias têm renda mensal de até meio salário mínimo. Também pode-se elencar dentre as fontes de renda o dinheiro ganho com a venda da força de trabalho dos migrantes que se deslocam para outros estados e Regiões, como é o caso do corte de cana. O complemento da renda familiar como proveniente dessa atividade é confirmado pelos ex-migrantes Manoel e Joaquim:

Tinha que mandar todo mês (dinheiro) pra família?

Joaquim- Tinha que mandar, os pais de família mandavam para as mulheres, pra elas pagar as contas, fazer outras compras, e quando chegava no final do ano apertava de novo.

Como é que tava aqui a nossa região nos anos que vocês viajavam, ano de seca, como era?

Manoel- A maioria dos anos que nos ia era isso, não tinha serviço, e hoje continua do mesmo jeito, o cara vai pra ganhar um pouquinho, pegar um seguro desemprego, trazer um pouquinho de dinheiro, pra comprar uma roupa no final do ano. Aqui quando acabou a colheita do algodão o nordestino morreu.

(Entrevista realizada com Manoel e Joaquim, São José de Piranhas, setembro de 2018).

A fala de Joaquim mostra a importância desse dinheiro na renda familiar, e a situação da família que se “aperta” novamente ao fim do ano quando geralmente acontece o retorno do migrante. Já Manoel relembra a situação que impulsionava e ainda impulsiona as migrações nesse lugar, e destaca a necessidade de migrar para obter renda.

Cover (2011) guiando-se por Singer (1973), chama atenção para duas ordens como fatores de expulsão desses sujeitos, quais sejam: os fatores de mudança, provenientes da incrementação dos modos de produção capitalista nestas áreas, e os fatores de estagnação, que pode ser entendida através da questão da disponibilidade de áreas cultiváveis, tanto pela apropriação das mesmas pelos latifundiários quanto pela baixa quantidade de terras aproveitáveis. Ainda segundo os autores, o primeiro fator remonta o próprio processo de industrialização, inclusive na agricultura, e o segundo a própria fragilidade dos sujeitos no acesso e produção significativa na terra.

É fato que as desigualdades regionais do Brasil se destacam como forte motor das migrações, Menezes (1985) citada por Cover (2011), aponta que fatores como as motivações sociais e as experiências dos atores devem ser consideradas no processo migratório de trabalhadores nordestinos. Nesse contexto, surgem grandes deslocamentos de trabalhadores, que encontram na sazonalidade, estratégias de sobrevivência no Semiárido nordestino, de reprodução da família camponesa e pode-se acrescentar a não camponesa.

Sendo assim Menezes (2004, p. 116-117) *apud* Cover (2011, p. 55-56) afirma que:

Esta perspectiva reconhece que a migração não é mera transferência de força de trabalho entre as regiões menos desenvolvidas (que expulsam) para as mais desenvolvidas (que atraem), nem é simplesmente um movimento entre os setores arcaicos e modernos, com os agentes sociais sendo apenas vítimas de um processo determinado pela estrutura social ou pelo processo de acumulação capitalista. Os agentes sociais da migração – os migrantes- não olham para si desta forma, mas se veem como trabalhadores, colonos,

pequenos agricultores, serventes de pedreiros, meeiros, garimpeiros, ou qualquer outra coisa, que para garantir sua sobrevivência e de suas famílias, utilizam de diversas estratégias, sejam em seu “lugar de origem” ou em seu “lugar de destino”.

A migração apresenta-se então como uma ferramenta, uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores e de seus familiares, o que mostra que estes sujeitos, como bem diz a autora supracitada, não são “vítimas passivas” dentro do contexto social a que estão inseridos, e sim sujeitos que encontram nessa prática um ato de resistência que possibilite a transformação ou melhoria de suas condições de vida. Esta estratégia está bem visível no município lócus desta pesquisa.

O ato de migrar anualmente para esta atividade é muito comum no município, desde a década de 1990 quando esta rota passou a se configurar como forte alternativa entre os trabalhadores. Destaca-se aqui o ato de também ao fim da safra retornar ao seu lugar. O indivíduo preserva mesmo com essa prática, fortes laços com seu lugar de origem, é claro que este não é o único motivo para que retorne, deve-se considerar que os locais que atraem também expulsam, obedecendo o ciclo da colheita da cultura plantada, neste caso a cana-de-açúcar.

Sobre as migrações temporárias, José de Sousa Martins (1986), em seu Livro “Não há terra para plantar neste verão”, traz uma grandiosa contribuição acerca desse fenômeno, onde segundo ele:

Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições com duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não está em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

A explicação do autor, mostra bem a duplicidade em que vive o migrante. Esse sujeito é obrigado a viver dessa maneira, pois quase sempre se encontra em situação difícil, juntamente com seus familiares, este grupo é tão frágil que até mesmo pequenas calamidades como doenças ou a seca pode ter efeitos desastrosos, obrigando o mesmo até mesmo a migrar em definitivo. Sendo assim, não se tem outra saída a não ser se tornar trabalhador assalariado para a agroindústria canavieira no período da colheita. Devido a todas as dificuldades que encontram, esses sujeitos vivem entre o ficar e o migrar definitivamente, vivem em uma duplicidade que altera de forma brusca as relações sociais em seu grupo.

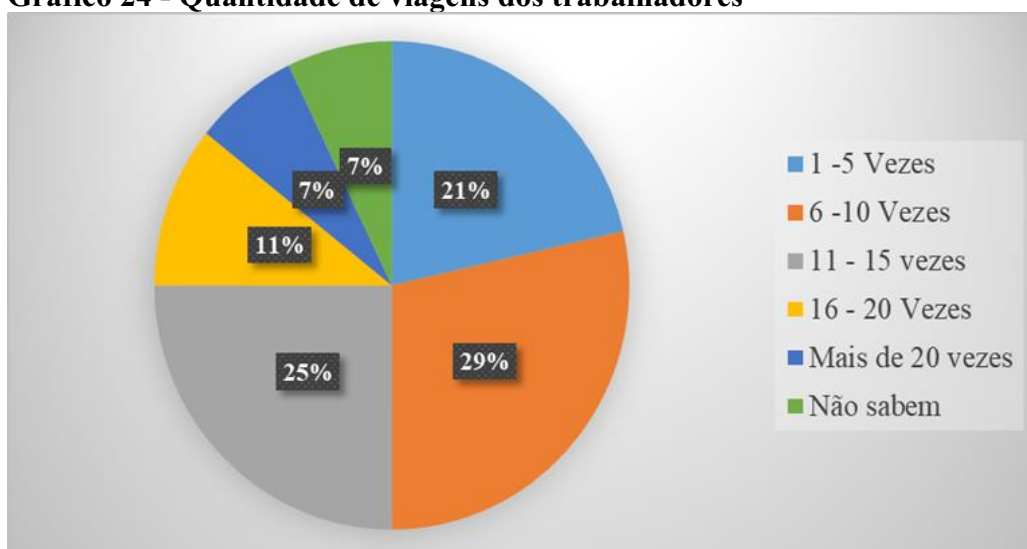
Martins (1986) esclarece essas mudanças quando afirma que:

[...] Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar já não é mais o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que o via antes (MARTINS, 1986, p. 45-46).

No entanto, os laços de afetividade com o lugar de origem, somado a duração dos ciclos das colheitas e a possibilidade de transformá-lo fez com que esses sujeitos criassem a cultura de uma migração permanentemente temporária, ou seja, o comum é que eles sempre retornem, todavia isso não quer dizer que muitos deles não migrarão definitivamente, porém, é mais comum recriarem na sua terra condições de sobrevivência. Pode-se compreender isso no gráfico 25 abaixo, onde observa-se a quantidade de vezes que os entrevistados já migraram para o corte de cana-de-açúcar, muitos deles de forma ininterrupta.

Os veteranos do grupo já são velhos conhecidos das usinas paulistas, já desbravaram trabalhos nos mais variados municípios do estado de São Paulo. Muitos deles tiveram seu primeiro contato com este trabalho ainda nos anos 90, e estão nele até os dias de hoje, alguns deles com mais de 20 viagens como mostra o gráfico 24.

Gráfico 24 - Quantidade de viagens dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa direta realizada com 30 cortadores de cana. Elaborado pelo autor, 2018.

Como se observa, alguns dos entrevistados afirmam já terem migrado até mais de 20 vezes, e apenas 21% dos entrevistados afirmaram terem migrado menos de 5 vezes. Os sujeitos demonstram sempre o interesse de retornar a sua terra, já que há o desejo de modificar, através

do dinheiro ganho com esse trabalho, o lugar onde residem, e continuar a migrar anualmente. Conclui-se, portanto, como sendo uma estratégia para não migrar em definitivo.

Pode-se analisar o fenômeno das migrações temporárias sobre duas perspectivas: a primeira delas do ponto de vista demográfico, onde o fator tempo é o principal foco do estudo das migrações temporárias, ou seja, é o ato de deslocar-se por algum tempo para vender sua força de trabalho fora do seu lugar de origem. A segunda perspectiva é do ponto de vista sociológico onde o foco é a ausência, como bem esclarece Martins (1986, p. 49-50):

[...] É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo <<fora de casa>>, <<fora do lugar>>, *ausente*, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de <<suas>> relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está. Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de <<adoção>>. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade de duas situações sociais. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária [...] (MARTINS, 1986, p. 49-50).

Pode-se entender que é de certa forma relativo o termo temporário. Em São José de Piranhas, muitos filhos da terra retornam depois de muitos anos longe, depois de terem partido para cortar cana ou exercer outras atividades, e por lá terem ficado por longos anos sem voltar no Nordeste, mas finalmente chega para muitos o dia de voltar para casa, depois de tanto tempo longe, nunca se dessocializaram do seu lugar.

Para Beaninger (2015), às migrações permanentes eram bem mais frequentes até nos anos 80. Após o fim do processo de industrialização e urbanização nessa década, a dificuldade de se conseguir êxito nos grandes centros urbanos, principalmente para os sujeitos com pouca ou nenhuma escolaridade foi responsável por modelar novas correntes migratórias no Brasil, entre elas justamente as migrações de retorno rumo ao Nordeste, como o fortalecimento das migrações temporárias de trabalhadores dessa região.

A pouca ou nenhuma escolaridade impede muitas vezes que esses sujeitos consigam trabalhos melhores nas regiões de destino, via de regra exercem os trabalhos mais marginais, ou seja, mais pesados como afirma os migrantes Bosco e Sebastião, quando comparam sua época com os dias atuais:

Bosco- Até um dia desses você chegava em São Paulo, qualquer cidadezinha do interior, era um caba com uma placa, escrita “tá precisando de serviço?”, tanto fazia você saber ler como não, você entrava em qualquer metalúrgica, empresas grandes, mais hoje em dia, se você não tiver curso é difícil. Vá uma caba analfabeto pra ver se você entra, ou se tiver um pistolão (alguém que dê uma força para colocar na metalúrgica).

Sebastião- [...], nunca briguei por causa de nada, o que eles dessem tava bom, injeitei (recusou) serviço bom porque não sabia ler, serviço de ser fiscal, de ser motorista, mais cadê a leitura?

(Entrevista realizada com Bosco e Sebastião, São José de Piranhas, setembro de 2018).

Bosco afirma que qualquer um, mesmo analfabeto conseguia emprego em metalúrgicas, e empresas grandes. Todavia as funções desempenhadas por eles eram trabalhos bastante pesados, de forma que sua penosidade pode ser comparada ao trabalho da colheita da cana. Vale destacar também a percepção do trabalhador na evolução da necessidade de escolaridade para o trabalho na atualidade. E por fim o relato de Sebastião, ao confessar ter sido obrigado até mesmo rejeitar trabalhos mais leves devido à falta de escolaridade, sendo obrigado a laborar em trabalhos mais degradantes.

Aos que tem familiares ou conhecidos nas regiões para onde migram para cortar cana é mais viável migrar pensando em permanência, em caso contrário a cultura da migração permanentemente temporária prevalece como estratégia de permanecer na terra, e assim ano após ano todo esse processo se repete, um novo ciclo, talvez, novos destinos, novas rotas como bem mostra a história desses sujeitos, no entanto, um dos pontos essenciais desse fenômeno prevalece: a vontade de permanecer no seu lugar de origem, como será visto mais adiante.

4.2 Trajetórias migratórias: um ato de resistência à permanência no lugar

As trajetórias migratórias de cada sujeito são longas e diversas. Estes trabalhadores em grande parte já viajaram bastante, seja entre as próprias cidades canavieiras paulistas, seja por outros estados do país, desenvolvendo alguma atividade econômica distinta do corte de cana. Sempre nos moldes das migrações temporárias, com ciclos distintos, e muitas das vezes em atividades não agrícolas, sempre com movimentos de ida e volta frequentes. Muitos desses sujeitos conhecem melhor outros estados do que mesmo o seu próprio lugar, alguns chegam a migrar para morar por algum tempo em outras localidades como é o caso de Joaquim, ex-cortador de cana que durante conversa revelou suas “andanças” pelo estado de São Paulo:

Antigamente muita gente ia pra morar por lá (no estado de São Paulo)?

Joaquim- Era sim, já saía daqui com um cantinho arrumado lá por outro arrumado (nordestinos que já moravam lá há algum tempo), tinha família, tá entendendo. Eu conheço mais cidades lá em São Paulo do que aqui na Paraíba, onde me criei.

(Entrevista realizada com Joaquim, São José de Piranhas, setembro de 2018, grifo nosso)

A fala do ex- cortador expressa uma grande trajetória migratória no Sudeste brasileiro. Embora migrem sem saber quando retornarão ao seu lugar de origem, os trabalhadores nunca saem em definitivo do seu lugar, assim como mostra Martins (1986), sobre a cultura da ausência como elemento fundamental das migrações temporárias. Embora estejam perto de familiares, o lugar que estão longe será sempre sua terra, as festas a que pertencem, sua cultura, sua culinária, suas peculiaridades, essas migrações são sempre inacabadas até o dia do seu retorno para casa, para suas relações sociais a qual nunca houve uma dessocialização, por este motivo essas migrações dão a vida desses sujeitos uma dualidade, existe o que pode-se chamar de uma vivência física, onde os sujeitos se encontram, e uma vivência subjetiva, onde há sempre o pensamento na terra que estão ausentes.

Apesar de não ser o único motivo, a relação com seu lugar de origem é fator determinante para o retorno. O retorno configura-se então como uma forma de resistência, persistência desses sujeitos em permanecer no seu lugar, indo buscar fora dele, meios para torná-lo menos inóspito. Sobre a vontade do retorno, Paulino expressa o desejo do migrante em retornar para sua terra:

Quando chegava o fim da safra não dava vontade de vim embora não?

Paulino- Ave Maria! era uma vontade miserável, cansei de contar nos dedos os dias que faltavam pra chegar o final do ano pra vim simhora, era uma saudade grande. [...], só vinha no tempo certo.

(Entrevista realizada com Paulino, São José de Piranhas, setembro de 2018).

Sendo o Lugar uma categoria tão indissociável ao tema das migrações, se faz necessário fazer uma abordagem sobre o mesmo. Embora o lugar seja analisado sobre uma gama de perspectivas, seu sentido está ligado para os sujeitos desta pesquisa ao sentido de pertencimento, sua casa, suas crenças, sua cultura, seus costumes, onde estão seus familiares e amigos, onde suas relações sociais acontecem. Como também associam a um lugar destinado ao descanso, tendo em vista que ao migrar tem como foco principal o trabalho, e ao retornar encontram descanso junto a seus familiares.

Moreira e Hespanhol (2007), afirmam que na Geografia Tradicional o Lugar estava mais associado à ideia de região e de localização geográfica, onde as formas de estudo nas relações

homem-meio estavam pautadas hora no determinismo geográfico ou no historicismo, e até mesmo fora abandonado como aconteceu na Geografia Quantitativa. No entanto, com o surgimento da Geografia Crítica, o lugar passa a se apresentar como espaço de construção social, ultrapassando a ideia de lugar apenas como espaço vivido, de tendência fenomenológica. Dessa forma o lugar assume um viés mais concreto, como também mutável pela sociedade, nele estão contidas as relações sociais, culturais e afetivas.

Sendo assim, a construção das relações sociais de afetividade dos sujeitos com o espaço vivido fundamenta o lugar, de forma que os sujeitos nele inseridos constroem suas identidades e laços de afetividade pautadas nas experiências coletivas nele vividas. Essas relações de pertencimento construídas ao longo das vivências fazem com que o “filho da terra”, via de regra, tenha dificuldade para se desligar do seu espaço de vivência e se ressocialize em definitivo em um novo ambiente. Afinal, por maiores que sejam as movimentações desses sujeitos pelo espaço, dificilmente vão estar plenamente em casa, e por mais hostil que seja o seu lugar de origem, e acolhedor que seja o novo espaço, será sempre o outro, a sua terra, a sua verdadeira casa. Isso contribui para a temporalidade das migrações, como acontece com os trabalhadores de São José de Piranhas que se deslocam para o estado de São Paulo.

De maneira geral, devido principalmente à falta de trabalho, outras atividades que ofertam renda fora do lugar são tomadas como alternativa para os sujeitos permanecerem na terra, sejam eles do campo ou da cidade. As atividades empregatícias são, entre elas a venda de confecções em outros estados como o Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. É um trabalho penoso, sem qualquer direito trabalhista, onde o lucro dos vendedores varia de acordo com a quantidade de produtos vendidos. Os trabalhadores desta atividade a denominam de “furadinha”, e o ciclo das migrações duram em média 45 dias, ao retornarem passam entre 15 e 20 dias em casa para retornarem novamente, muitos trabalhadores gostam dessa atividade pelo fato de estar com mais frequência em casa. Essa preferência é afirmada por Luís:

Gostou mais de trabalhar na furadinha?

Luís - Rapaz a diferença do corte de cana pra furadinha é que a pessoa passa menos tempo longe da família, passa só dois mês e você retorna pra casa (na furadinha), é quase a mesma coisa mais eu considero que no corte de cana a gente junta mais dinheiro que na furadinha pra mim no meu pensar, você passa um tempo parado sem ganhar, e lá você ganha direto e ainda tem seguro. (Entrevista realizada com Luís, São José de Piranhas, setembro de 2018)

Compartilhando o pensamento dos integrantes do STR de São José de Piranhas, pode-se analisar, que na atualidade o trabalho com a venda de confecções em outros estados tem se

tornado uma atividade mais penosa e perigosa, sem contar a ausência de qualquer tipo de direito trabalhista, fato que diverge da realidade dos cortadores de cana da atualidade, que são assegurados por alguns direitos conquistados após a atuação dos sindicatos trabalhistas e órgãos governamentais.

A alternativa mais significativa tomada pelos trabalhadores é justamente o corte de cana no Sudeste. Esta prática está intrínseca no cotidiano do município desde a última década do século XX, e as rotas para o interior paulista são as mais variadas, logo, estes migrantes já trabalharam em muitos municípios canavieiros paulistas, seja no corte da cana ou através desta se empregaram em fábricas e siderúrgicas. De toda forma, pode-se remontar que os destinos dos trabalhadores são os mais variados, onde houver oferta de emprego, geralmente temporário, certamente configurará como possível rota para esses sujeitos, informações estas destacadas pelos próprios entrevistados.

O dinheiro ganho nessas atividades, figura entre as fontes de renda de muitas famílias residentes da área de estudo. Estes sujeitos buscam a obtenção de poder aquisitivo fora do seu lugar, que não podem adquirir-los sem migrar, como mostra o migrante João, residente na zona rural do município.

Conseguiu comprar alguma coisa com o dinheiro adquirido no corte?

João - terreno, rapaz consegui tudo que eu tenho, adquiri em São Paulo, se eu não tem ido pra São Paulo nessas épocas ai, eu não teria comprado isso aqui. (Entrevista realizada com João, São José de Piranhas, setembro de 2018).

A compra de um terreno, reforma ou compra de casas na zona rural ou na cidade, compra de animais para a criação como bovinos, suínos e caprinos e até mesmo a abertura de um pequeno comércio como bares, são alguns dos muitos investimentos para melhorar as condições de vida do lugar, para estes e seus dependentes, e pode até parecer pouco, todavia ao se levar em conta a situação desses trabalhadores e a forma sofrida como obtiveram, dão a esses montantes um valor gigantesco para esses sujeitos (COVER, 2011).

A continuidade dessa prática pode estar muita das vezes em manter o que já se conquistou, já que estes recursos têm uma duração limitada, e o município não oferece renda suficiente para que permaneçam, além do mais os mesmos aproveitam a juventude, ou seja, o período de maior disposição para o trabalho pesado a fim de conseguirem o máximo de bens possíveis, já que com a velhice os mesmos perdem espaço nesta prática. E estas idas e vindas não garantem esse sucesso, visto que alguns trabalhadores não conseguem mais do que somente comprar o básico para o sustento da família como afirma o ex- cortador Manoel:

Deu pra juntar alguma coisa, comprar ou construir alguma coisa com esse dinheiro ganho nessas viagens?

Manoel- Eu mesmo nunca tive sorte com nada não, o que eu ganhava só dava pra cá, pra comer em casa, a turma era grande.

(Entrevista realizada com Manoel, São José de Piranhas, setembro de 2018).

Apesar de toda a penosidade dos trabalhos temporários, esses sujeitos se veem obrigados a enfrentá-los, pois se são penosos, pior é ficar sem trabalhar. Isso traz a uma série de indagações sobre possibilidade de escolha, pois os mesmos são obrigados, segundo eles, por falta de outras opções, a desenvolver estas atividades, o que abre margem para debater sobre a liberdade e o aprisionamento destes sujeitos, o que será feito no próximo ponto.

4.3 Entre a liberdade e o aprisionamento: ou isto ou aquilo

Este tópico se faz necessário para discutir a questão da liberdade e aprisionamento desses trabalhadores migrantes. Logo, em pleno século XXI, após tantas mudanças nas relações de trabalho, e tantas conquistas pelo proletariado, as fragilidades de certos grupos trazem a luz o real sentido do que seria a liberdade e o aprisionamento, pois embora a escravidão tenha sido legalmente abolida no século XIX, a penosidade e condições a que estão submetidos certos grupos, como os cortadores de cana-de-açúcar, remonta a necessidade de uma análise da falta de escolha desses sujeitos no tocante ao acesso ao trabalho para sua própria subsistência e de seu grupo familiar.

A falta de escolha pelos trabalhadores do município, assim como em seus municípios circunvizinhos obriga esses sujeitos a migrar anualmente para vender sua força de trabalho na colheita da cana-de-açúcar nos municípios canavieiros paulistas.

Essa prática da migração já muito comum no município, bem como na Região Nordeste é retratada na cultura popular local, seja no cordel, nos repentes, no forró, ou em poemas a vida sofrida e de poucas escolhas desses sujeitos é tratada. Em um de seus belos trabalhos, no livro infantil *Ou isto ou aquilo* (1964), Cecília Meireles que não trata sobre o tema aqui trabalhado, pois sua obra é voltada para o público infantil, contribui com um de seus poemas para esta pesquisa quando fala sobre as escolhas, a autora poetiza as difíceis decisões da vida de um migrante, e ao ler este poema é possível visualizar a realidade dos cortadores de cana de maneira lúdica, como sujeitos que vivenciam a dificuldade de escolhas, ou a falta delas. No poema a autora diz que:

Ou se tem chuva e não se tem sol,
 ou se tem sol e não se tem chuva!
 Ou se calça a luva e não se põe o anel,
 ou se põe o anel e não se calça a luva!
 Quem sobe nos ares não fica no chão,
 quem fica no chão não sobe nos ares.
 É uma grande pena que não se possa
 estar ao mesmo tempo nos dois lugares!
 Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
 ou compro o doce e gasto o dinheiro.
 Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
 e vivo escolhendo o dia inteiro!
 Não sei se brinco, não sei se estudo,
 se saio correndo ou fico tranqüilo.
 Mas não consegui entender ainda
 qual é melhor: se é isto ou aquilo.
 (Cecília Meireles, 1964)

O poema retrata a dificuldade das escolhas, dificuldade está vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa, ou viaja para ganhar o dinheiro do sustento da família ou ficar na terra e possivelmente passar dificuldades, ir ou ficar, essa é a constante escolha, ou melhor, falta de escolhas a que estes migrantes estão sujeitos ano após ano, as opções oferecem a penosidade de trabalhos precários e mal remunerados, que ano a ano vão desgastando o corpo do trabalhador, no entanto, pior é permanecer, nesse caso as consequências são bem mais gravosas, e ameaçam sua própria sobrevivência.

De acordo com relato de funcionários do STR de São José de Piranhas, durante fiscalizações do Ministério do Trabalho no município, no ano de 2010 foram encontrados dentro do baú de um caminhão, trabalhadores que se dirigiam para outras regiões do país de forma clandestina e sem qualquer direito trabalhista, a fim de atuarem vendendo produtos como panelas e outros utensílios domésticos. Ao serem abordados esses sujeitos expressaram a vontade de permanecer, todavia, quando indagados afirmaram a necessidade de partir, caso contrário suas famílias passariam fome.

A escolha entre o ficar e o partir é necessária e quase sempre vence o ato de migrar. Este ato pode ser analisado sobre duas óticas distintas remontando os termos liberdade e aprisionamento. A primeira sugere uma liberdade de escolha dos trabalhadores, ele pode partir ou não, ambas as ações têm enorme importância para si e sua família. Entretanto, a segunda, baseado na falta de outras oportunidades o aprisionamento, a única alternativa de sobrevivência para os trabalhadores, apresentando-se como paradoxo ao que seria a possibilidade de escolha.

O perfil do migrante de São José de Piranhas, expressa uma gama de fatores em comum, como a sua fragilidade e vulnerabilidade social, geralmente com pouco ou nenhum estudo, que

somente tem a oferecer sua força de trabalho para manter a família, ele é obrigado a laborar em serviços marginais, mais pesados e exploratórios.

Silva (2007), em um artigo de título: *Trabalho e trabalhadores na região do 'Mar de cana e do rio de álcool'*, faz uma discussão acerca da liberdade e também do aprisionamento, inclusive sobre as relações de trabalho análogas a trabalho escravo.

Segundo a autora, cerca de um terço dos trabalhadores libertados de situações de cativeiro em fazendas no Brasil acabam retornando voluntariamente ao trabalho escravo. No que tange ao trabalho nas usinas canavieiras, o trabalho é altamente exploratório, principalmente no aspecto de pagamento por produção, visto que a média diária da produção desses trabalhadores vem aumentando bruscamente desde a década de 1980, quando a média era de 5 ou 6 toneladas por dia, na década de 1990 passa a aproximadamente 10 toneladas e atualmente varia entre 12 e 15. Esse migrante, assim como o trabalhador das fazendas sempre volta espontaneamente mesmo contra a vontade, prevalece a necessidade. O trabalhador de baixa produtividade é dispensado, visto que o exército de reserva proveniente das próprias regiões mais pobres supre a necessidade de trabalhadores do agronegócio canavieiro, o que obriga o trabalhador cortar uma quantidade elevada de cana- de- açúcar como relata Chagas ex-cortador de cana:

O corte de cana era muito sofrido?

Chagas - lá ou trabalhava ou num trabalhava, porque se trabalhasse pouco você tinha que sair.

(Entrevista realizada com Chagas, São José de Piranhas, setembro de 2018)

A fala do trabalhador expressa a necessidade de se atingir alta produtividade, caso contrário o mesmo é dispensado para que retorne a sua terra. No que tange aos contratos de trabalho, a autora chama a atenção para dois fatores: o primeiro como ato de compra e venda legal de força de trabalho por indivíduos livre e sem coação física ou moral aparente, já o segundo ponto refere-se à aceitação forçada de forma oculta ou menos visível deste contrato.

Sen (2000) citado por Silva (2007), afirma que o desenvolvimento se apresenta como expansão das liberdades reais e que a liberdade necessita dos meios sociais e econômicos e dos direitos civis, sendo insuficiente apenas sua presença na constituição, sendo assim a liberdade é “letra morta” em países periféricos da economia capitalista, embora que ela seja o objetivo maior do desenvolvimento.

Sen (2000, *apud* SILVA, 2007, p. 77) esclarece que:

[...], a liberdade somente existe diante de alternativas (no plural), ou seja, de oportunidades, disposições, meios para que eles possam escolher a forma almejada para levar adiante seus projetos de vida. Portanto se não existem alternativas, más um único caminho, não há liberdade, logo, não há desenvolvimento.

O autor aponta que embora os programas sociais se apresentem como formas de apaziguar a fome fisiológica, o sujeito necessita também saciar outras fomes como a educacional, a social e a cultural. A obtenção de produtos materiais é apenas uma porção do objetivo principal desses sujeitos que é a qualidade de vida.

Assim, Silva (2007) afirma que sob a falta de escolhas, a que estão submetidos esses sujeitos embasa-se na necessidade que os mesmos têm de suportar o que lhes é oferecido no contrato de trabalho, não que ele aceite de boa vontade, ele é obrigado a aceitar pois uma situação contrária a isso é bem pior. Além do endividamento para se chegar aos locais de trabalho, esses sujeitos são moldados em uma cultura onde retornar sem o dinheiro para o sustento da família representa um descumprimento dos costumes vigentes nesse grupo social.

Pode-se acrescentar ainda mais fatores, onde de acordo com Novaes (2007), fatores como a negação ou o fracasso no corte de cana são um atentado ou mesmo uma desvalorização ao prestígio do sujeito como homem e trabalhador dentro da sociedade ao qual foi moldado e está inserido.

Por fim, pode-se afirmar que o retorno constante para um ambiente tão hostil, representa segundo a autora correntes invisíveis, forjadas pela falta de alternativas, ou seja, pela falta de liberdade. A liberdade é algo abstrato para esses sujeitos que vivem em uma dualidade, legalmente ela existe, porém, é uma liberdade que não liberta, ou seja, eles vivem entre a liberdade e o aprisionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central entender, com a participação dos cortadores de cana-de-açúcar residentes no município de São José de Piranhas-PB, como se dão as migrações temporárias desses sujeitos residentes no município com destino ao estado de São Paulo, caracterizar os migrantes e seus familiares, bem como analisar a situação de expulsão vigente no município.

Os dados mostram uma grande vulnerabilidade dos grupos familiares mais pobres de São José de Piranhas, e a falta de oportunidades para evitar as migrações desses sujeitos no município, bem como a incapacidade do município em impedir ou possibilitar o acesso ao trabalho e a renda que permita a esses trabalhadores a permanência na terra.

O estudo revelou uma situação preocupante, do desrespeito às condições dignas de trabalho e da própria dignidade humana. O constante aumento da exploração do trabalho para a reprodução do capital, é o motor de um processo contraditório, dois lados de uma mesma moeda, onde de um lado se tem a concentração da riqueza e do poder, ao mesmo tempo em que resulta em situações de miséria. Através do percurso metodológico foi possível traçar o perfil dos migrantes e também dos municípios de origem e de destino, como também esmiuçar as particularidades deste fenômeno.

A análise das categorias Região e Lugar foram fundamentais para entender o paradoxo contexto das estruturações dos espaços de expulsão e atração de fluxos migratórios no Brasil no século XXI. É evidente a carência de ações eficazes que possam minimizar a degradante situação socioeconômica em que vivem muitos nordestinos, inclusive em São José de Piranhas.

Foi perceptível nesta pesquisa que estes trabalhadores têm noção de sua real situação, do avanço da mecanização da colheita da cana e da perda dos postos de trabalho anualmente com esse processo. No entanto, na fragilidade em que se encontram, acabam sendo forçados a se submeterem as exigências desse setor a fim de assegurar o trabalho necessário a si e a sua família. É claro, uma série de outros fatores também influenciam para que suportem tais condições de trabalho, como visto nos capítulos anteriores.

As migrações de caráter temporário com destino ao corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, mostraram que tal processo se configura como forçado, quando a negação deste ato pode representar o agravamento de uma situação já muito frágil do trabalhador piranhense e seu grupo familiar. Entende-se assim que se faz necessário um olhar aprofundado para a situação deste município em questão, de forma a viabilizar a geração de trabalho e renda para que tal fenômeno deixe de ser algo indispensável e passe a ser verdadeiramente opcional.

Mesmo como autor e sujeito participante da pesquisa, viver a realidade desses trabalhadores, ouvir suas reflexões, suas histórias e planos para o futuro trazem a luz um contexto muita das vezes despercebido ou ignorado quanto a complexidade que esse fenômeno considerado simples e comum pode revelar. Ele é resultado de um problema conjuntural e histórico que assola o Nordeste brasileiro, e anseia por medidas que possam viabilizar a permanência desses sujeitos, bem como promover uma qualidade de vida aceitável para seu grupo familiar.

Embora se afirme semelhanças em tal processo, onde às vezes se chega a generalizar as particularidades das migrações nesta localidade, é importante frisar o caráter não dogmático nesta pesquisa, pois embora tenham semelhanças, devido a situação em que estão inseridos tais sujeitos, cada grupo familiar, município ou mesmo estados do Nordeste possuem suas peculiaridades.

Embora o Nordeste venha tendo melhorias significativas nos últimos anos, ainda se encontra em situação de muita fragilidade social. No tocante ao município de São José de Piranhas, pode-se dizer que compartilha essa tendência juntamente com muitos municípios Paraibanos, e por ser um dos que mais expulsa trabalhadores, evidência a necessidade de um olhar mais atencioso das políticas públicas.

Com isso, afirma-se que esta pesquisa buscou contribuir para reflexões sobre a temática, e assim, instigar o interesse no estudo das migrações de nordestinos para vender sua força de trabalho em outras localidades com o intuito de melhorar as condições degradantes em que estão inseridos, como também voltar os olhares para a situação em que o município lócus da pesquisa se encontra. Todavia, são vastas as possibilidades de reflexões sobre o tema aqui tratado. A maior certeza é que muito ainda se tem a discutir sobre tal fenômeno, inclusive no município de São José de Piranhas-PB. Espera-se que este estudo sirva para instigar continuidade e assim contribuir para que transformações positivas possam acontecer.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de Cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R. P. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 21-54.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?**. Revista Saúde e Sociedade. V. 15, n° 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e Pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Unesp, 1994.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et. al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro. BNDES, 2014. p. 540-560.

AYDOS, M. R. **Migrações internas no Brasil contemporâneo: Reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008**. In: XVI SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, S.D, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, s.d.

BAENINGER, Rosana. **Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global**. In: XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA. Santiago, set./ out. 2013. p. 2-11.

BAENINGER, Rosana. **Migrações Internas no Brasil: Tendências para o século XXI**. Revista NECAT. São Paulo, n° 7, p. 10-22, 2015.

BAENINGER, Rosana. **Migrações Internas No Brasil Século 21: Evidências Empíricas e Desafios Conceituais**. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BARBOSA, J. L. A. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça** [online]. ISBN: 978-85-7879-201-5, Ed. 21, p. 31. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/gr7y8/pdf/barbosa-9788578793302.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BELIK, W. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro et. al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007, p.141-170

BIAGIONI, Daniel. **Mobilidade Social e Migração Interna no Brasil**. Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel_biagioni.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

BOTELHO, Maria Isabel V.; SILVA, Gustavo Bianchi. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960- 1979). **Revista de Geografia Agrária**. V.9, n° 17, p. 362- 387, abril 2014.

BRITO, Fausto. **As Migrações Internas no Brasil: Um Ensaio Sobre os Desafios Teóricos Recentes**. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>>. Acessado em 10 de outubro de 2018.

CALDAS, Renata de melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no Nordeste Brasileiro: Uma análise Multidimensional. **Revista de economia contemporânea**. Pernambuco, p. 75-96, 2015.

CAMPOS, Natália Lorena. **Expansão canavieira e impactos sócio-espaciais da produção de agrocombustível no Triângulo Mineiro (1980-2011)**. Uberlândia, 111 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – Campus de Uberlândia, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. Disponível em: <https://kupdf.net/download/roberto-lobato-corr-ecirc-a-regiao-e-organiza-ccedil-atilde-o-espacial-01_590a40afdc0d60f576959ead_pdf_>. Acesso em: 28 out. 2018.

COVER, Maciel. **O “tranco da roça” e a “vida no barranco”: Um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

DOTA, Ednelson Mariano. **Migração Sazonal em Santa Bárbara d’oeste: Condições de vida e cotidiano dos Bóias- Frias**. Anais XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, set. / out. 2008. p. 1-20.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e desenvolvimento regional. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, V. 19, n°2, p. 227-249, mai./ago. 2009.

FAVORETTO, Thaís Mesquita. **Trabalho Agrícola, Migração e Mudanças Tecnológicas na Agricultura: Máquinas de empobrecimento: impactos da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais paulistas**. UNICAMP. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12660691-Gt-04-trabalho-agricola-migracao-e-mudancas-tecnologicas-na-agricultura.html>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

FONSECA, Rafael Oliveira. A Navegação de Cabotagem de Carga no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n1/1984-2201-mercator-14-01-0021.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FREDO, Carlos Eduardo; CASER, Denise Viani. **Mecanização da Colheita da Cana-de-açúcar Atinge 90% na Safra 2016/17**. Análise e Indicadores do Agronegócio. V. 12, N. 6, 2017. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-35-2017.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, J. A. Migrações internas: Evoluções e desafios. **Estudos Avançados**. Brasília, 2001, p. 173-184.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Patriarcalismo**. Mestrado em História (UFJF, 2013). Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/>>. Acesso em dez. 2018

KAGEYAMA, Angela A. **Modernização, Produtividade e emprego na agricultura- uma análise regional**. 1985. 468 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LOURENÇO, Thiago Fernando. **Estudo de Caso e Análise Crítica das Metodologias de Treinamento Utilizadas para Fundista e Meio Fundista e Maratonista**. Campinas, SP: [s.n], 2005. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000359988.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MACHADO, F. B. P. **Brasil, a Doce Terra: história do setor**. São Paulo, 2003. Disponível em:<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Revista Geo UERJ**. Rio de Janeiro, V. 22, nº 13, p. 290-322, 2011.

MEIRELES, Cecília Benevides de Carvalho. **Ou Isto ou Aquilo**. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/ceci28.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.

MDE – Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família e Cadastro Único em Seu Município**, 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 02 set. 2018.

MENEZES, M. A.; SILVA, M. S. As Migrações Sazonais do Sertão Paraibano para as Usinas Canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 233-256.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Modernização da Agricultura e formação dos complexos agroindustriais**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA. São Paulo, 2009. P. 2-17.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. In: **Revista Formação**. n. 14, vol. 2, p.48-60, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf> Acesso em: 10 out 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NOVAES, J. R. P. Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

NOVAES, J. R. P. Jovens Migrantes Canavieiros: Entre a enxada e o facão. **Revista do centro de Estudos Rurais**. Campinas, p. 105-127, 2009.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Revista Estudos Avançados**. p. 167- 177, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Maria Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. Repórter Brasil (Programa Escravo, nem pensar!) - São Paulo: Repórter Brasil, 2015.

PAULINO, Danilo Borges *et al.* WhatsApp como Recurso para a Educação em Saúde: Contextualizando Teoria e Prática em um Novo Cenário de Ensino-Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Uberlândia, p. 169-178, 2018.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Publicação seriada do SOCIUS, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: Uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João.; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2007, p. 255-270.

PILETTI, Nelson; MOSOLINO, Ivone. **A Questão da Terra no Brasil**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1999.

PINHEIRO, N S. **Trabalhadores migrantes no corte de cana-de-açúcar: Precarização e exploração do trabalho**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/caio-prado-jr-formac3a7c3a3o-do-brasil-contempor3a2neo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RODRIGUES, Natalício de Melo. **Todas as 130 secas registradas no espaço geográfico do Semiárido do Nordeste do Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://natalgeo.blogspot.com/2016/02/todas-as-128-secas-registradas-no.html>>. Acesso em: 26 out. 2018.

ROSA, Leandro Amorim; NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). **Revista Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, V.17, n° 1, p. 143-160, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 55-86.

SILVA, Marcelo Saturnino da. **Trabalhadores migrantes nos canaviais paulistas: Sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência!** 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2012.

SILVA, W. K. M. et al. **Migração sazonal de trabalhadores do semiárido com destino aos canaviais**. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO. Campina Grande, 8-10 nov. 2017, p. 1-10.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Revista Estudos Avançados**. V. 11, n°5, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8597/10148>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não o engenho de farinha de Frans Post. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 25, n° 41: p.61-83, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a04.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas, V. 2, n° 2, p. 21-42, set. 2005.

TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BEANINGER, R. **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Abeu, 2012. 369 p.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Unicadata**, 2018. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. IPEA. **O que é? - Índice de Gini**. Desafios do desenvolvimento, 2004. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em 07 dez. 2018.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004. 179 p.

APÊNDICES

Apêndice A- Instrumento de coleta de dados

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DOCENTE: Dra. Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo
DISCENTE: Fernando Vieira da Silva

**QUESTIONÁRIO DESENVOLVIDO COM OS MIGRANTES DO CORTE DE CANA-DE-
AÇÚCAR**

- 01- Qual é o seu nome?
- 02- Qual é a sua idade?
- 03- Qual é o seu estado civil?
- 04- Estudou? Até que série?
- 05- Em que você trabalha?
- 06- Possui filhos? Quantos?
- 07- Por quantas pessoas é formada a sua família?
- 08- Você mora no campo ou na cidade?
- 09- Quais são as oportunidades de trabalho onde você mora?
- 10- Qual a sua função durante a safra?
- 11- Como você soube do corte de cana?
- 12- Você já foi alguma vez para o corte de cana? Quantas vezes? Quanto tempo geralmente você passa por lá?
- 13- Qual é o maior motivo que leva você a migrar para o corte de cana- de- açúcar?
- 14- Outras pessoas da sua família viajam, ou já viajaram para o corte de cana?
- 15- Quais as suas expectativas para este período de trabalho?
- 16- Você sabe como são as condições do local onde você irá cortar a cana? Quais são?
- 17- Para você qual é a principal dificuldade dessa atividade?
- 18- Você gosta desse trabalho ou busca outras alternativas para ganhar dinheiro sem ter que migrar?
- 19- Você já tem algum objetivo em vista para realizar com o dinheiro que irá ganhar?
- 20- Você já ouviu falar sobre a realidade dos cortadores de cana? O que ocorre com eles? Você considera um trabalho escravo?
- 21- Tem algum problema de saúde devido ao corte de cana? Qual problema?
- 22- Algum conhecido seu apresenta problema em decorrência da atividade do corte de cana? Qual problema?
- 23- Nesta safra quanto tempo você ficará por lá?
- 24- Pretende voltar para a sua terra?

Apêndice B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) no estudo **Dinâmicas migratória de trabalhadores de São José de Piranhas, Paraíba para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro**, coordenado pela professora **Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo** vinculado ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande Campus Cajazeiras-PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo Geral: Compreender como se dá o fenômeno migratório de trabalhadores no município de São José de Piranhas -PB, dando ênfase às migrações temporárias para o corte de cana -de-açúcar no Estado de São Paulo e como Objetivos Específicos: **a-** Refletir sobre a agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital na modernização da agricultura; **b-** Investigar os fluxos migratórios de trabalho no Brasil para o capital, no século XXI; **c-** Analisar a migração permanente e temporária refletindo sobre a resistência e a superexploração dos trabalhadores.

Se faz necessário pela capacidade de amenizar a carência de estudos sobre esse fenômeno em São José de Piranhas-PB, visto a grandiosidade dessa atividade ainda nos dias atuais no espaço estudado e a relevante influência dessas migrações sobre a população local. Será buscado também contribuir para um olhar mais aprofundado das políticas e dos programas sociais, em prol da geração de trabalho e renda fortalecendo a permanência dos sujeitos do lugar, bem como de valorização de suas identidades.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **a-** Entrevistas estruturadas contendo 24 questões que serão realizadas no mês de dezembro de 2018 com os cortadores de cana-de-açúcar residentes no município de São José de Piranhas-PB que migrarão para laborar na colheita da cana no Estado de São Paulo; **b-** História oral por meio de conversas com sujeitos distintos dos entrevistados, na localidade onde residem.

Os possíveis riscos da pesquisa, a saber o de constrangimento ou sentimento de exposição, serão evitados através da orientação prestada pelo pesquisador, indicando a liberdade para manifestar-se ou para retirar-se da pesquisa a qualquer momento em que desejar, sem

necessidade de qualquer explicação. Caso desista da participação, essa escolha não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem-estar físico e os responsáveis pela pesquisa garantirão a assistência e/ou indenização diante de eventuais danos decorrentes dessa participação, caso existentes.

Quanto aos benefícios, embora não estejam previstos benefícios diretos da participação na pesquisa, os envolvidos poderão adquirir maiores conhecimentos sobre as migrações de trabalhadores locais para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste Brasileiro, nos momentos de construção dos relatos junto aos pesquisadores e, posteriormente, a partir do contato com o produto da pesquisa. Além disso, os participantes terão suas histórias e identidades valorizadas como algo legítimo e socialmente relevante.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço:

Telefone: 83 9 9602-5675

Email: ivanaldadantas@gmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cep@cfp.ufcg.edu.br

Tel: (83) 3532-2075

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo
estudo

Apêndice C - Termo de Compromisso dos Pesquisadores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE COMPROMISSO DO(S) PESQUISADOR(ES)

Por este termo de responsabilidade, nós abaixo-assinados, Orientador e Orientando(s) respectivamente, da pesquisa intitulada **“Dinâmicas migratórias de trabalhadores de São José de Piranhas, Paraíba para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro”**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outros sim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/CFP/UFCG (Comitê de Ética em Pesquisas/ Centro de Formações de Professores) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/CFP/UFCG, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

CAJAZEIRAS – PB, 18 OUTUBRO DE 2018


Orientador(a)


Orientando


Apêndice D – Termo de Divulgação dos Resultados


Termo de Compromisso de divulgação dos resultados

Por este termo de responsabilidade, nós, abaixo – assinados, respectivamente, autor e orientando da pesquisa intitulada “**Dinâmicas migratórias de trabalhadores de São José de Piranhas, Paraíba para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro**” assumimos o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Cajazeiras- PB, 18 de outubro de 2018


Orientadora


Orientando

ANEXOS

Anexo A - Termo de Anuência Institucional da Secretaria Municipal de Agricultura de São José de Piranhas-PB.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **ANTONIO COELHO DE SOUSA, SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB**, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **“Dinâmicas migratórias de trabalhadores de São José de Piranhas, Paraíba para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro”**, nesta instituição, que será realizada no período de 12/12/2018 a 19/12/2018, tendo como pesquisadora responsável a Prof(a). Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo e orientando Fernando Vieira da Silva.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, 17 DE OUTUBRO DE 2018

Antonio Coelho de Sousa

**ANTONIO COELHO DE SOUSA
ASSINATURA E CARIMBO**

Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DINÂMICAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, PARAÍBA PARA O CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR NO SUDESTE BRASILEIRO

Pesquisador: IVANALDA DANTAS N. BREGA DI LORENZO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02357018.8.0000.5575

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.061.741

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho buscará investigar os fluxos migratórios no município de São José de Piranhas – PB, esmiuçando as causas, consequências e a relação do migrante com o seu lugar de origem. Para a construção do projeto nos baseamos em conhecimentos prévios, somado a um aprofundamento teórico baseado em autores que tratam da referida temática, onde serão enriquecidos com história oral, entrevistas com os cortadores de cana e posteriormente essas informações serão tratadas e trabalhadas na monografia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como se dá o fenômeno migratório de trabalhadores no município de São José de Piranhas-PB, dando ênfase às migrações temporárias para o corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Objetivo Secundário: • Refletir sobre a agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital na Refletir sobre a agroindústria canavieira e o engendramento territorial produzido pelo capital na modernização da agricultura; modernização da agricultura;

• Investigar os fluxos migratórios de trabalho no Brasil para o capital, no século XXI; • Analisar a migração permanente e temporária refletindo sobre a resistência e a superexploração dos trabalhadores.

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

CEP: 58.900-000

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cep@cfp.ufcg.edu.br

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE



Continuação do Parecer: 3.061.741

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

os riscos e benefícios foram definidos conforme redação dos proponentes: Os possíveis riscos da pesquisa, a saber o de constrangimento ou sentimento de exposição.

Benefícios: Suprir uma carência de estudos sobre esse fenômeno em São José de Piranhas-PB, visto a grandiosidade dessa atividade ainda nos dias atuais no espaço estudado e a relevante influência dessas migrações sobre a população local. Busca-se também a contribuição para um olhar mais aprofundado das políticas e dos programas sociais, em prol da geração de trabalho e renda fortalecendo a permanência dos sujeitos do lugar, bem como de valorização de suas identidades.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante pela sua contribuição à literatura sobre o problema social migratório, assim como se constitui em informações importantes para o fomento de políticas públicas de inclusão dos trabalhadores que migram em estado de vulnerabilidade expostos à regimes de escravidão e cativo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados satisfatoriamente conforme as exigências legais.

Recomendações:

Anexar no corpo do projeto os riscos e benefícios do estudo.

Definir cronograma a atividade a ser considerada a participação dos colaboradores: Pesquisa de campo
12/12/2018 19/12/2018 Entrevistas 17/12/2018 17/12/2018

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Anexar no corpo do projeto os riscos e benefícios do estudo.

Definir cronograma a atividade a ser considerada a participação dos colaboradores: Pesquisa de campo
12/12/2018 19/12/2018 Entrevistas 17/12/2018 17/12/2018

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1131044.pdf	06/11/2018 10:21:12		Aceito
Outros	termodeanuencia_fernando.pdf	05/11/2018 14:58:08	IVANALDA DANTAS N. BREGA DI LORENZO	Aceito

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cep@cfp.ufcg.edu.br

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE



Continuação do Parecer: 3.061.741

Folha de Rosto	folha_fernando.pdf	05/11/2018 09:34:58	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
Outros	termodecompromissodedivulgacaodosre sultados_fernando.pdf	18/10/2018 16:42:58	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
Outros	instrumentodecoletadedados_fernando.p df	18/10/2018 16:41:56	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromissodospesquisadores _fernando.pdf	18/10/2018 15:27:30	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_fernando.pdf	18/10/2018 15:22:37	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_fernando.pdf	18/10/2018 15:18:38	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito
Cronograma	cronograma_fernando.pdf	18/10/2018 15:18:18	IVANALDA DANTAS N ₂ BREGA DI LORENZO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAJAZEIRAS, 06 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Paulo Roberto de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cep@cfp.ufcg.edu.br